

DIÁRIO

DO PODER JUDICIÁRIO



Boa Vista-RR, 20 de novembro de 2004

ANO VIII - EDIÇÃO 3010

R\$ 1,50

Notícias do Superior Tribunal de Justiça

Ação de investigação de paternidade independe de prévia ação de anulação de registro

A ação de investigação de paternidade pode ser proposta independentemente de prévia ação de anulação de registro de nascimento do investigante. A conclusão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do recurso de A. J. de O., de São Paulo, suposto pai de um garoto, registrado como filho por outro homem. Para a Turma, é perfeitamente possível a cumulação dos pedidos de investigação de paternidade e de anulação de registro, desde que o litisconsorte passivo seja admitido no processo.

Representado pela mãe, o menor T. O. entrou na Justiça com uma ação de investigação de paternidade cumulada com pedido de alimentos contra A. J. de O. Em primeira instância, o processo foi extinto sem julgamento do mérito. O juiz considerou o garoto carecedor de ação, alegando que, antes de requerer a investigação de paternidade e alimentos, deveria ser feito pedido de anulação de registro, tendo em vista constar da certidão de nascimento nome de terceiro como seu pai.

O menor apelou e o Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento à apelação, afastando a extinção do feito para possibilitar a inclusão do pedido de anulação de registro, com a chamada ao processo do terceiro que o registrou como filho. “Menor registrado em nome de outro pai – desnecessidade de ser proposta, previamente, ação anulatória de registro de nascimento – possibilidade de cumulação dos pedidos de investigação de paternidade e de anulação de registro, com admissão de litisconsórcio necessário”, diz a ementa da decisão do TJSP.

Segundo o Tribunal, pedidos conexos, ainda que com réus diversos, podem e devem ser examinados juntos, pois facilitam a prova pericial e a solução da questão. Embargos de declaração do suposto pai foram rejeitados posteriormente pelo TJSP. Ele recorreu, então, ao STJ.

No recurso especial, a defesa alegou violação do artigo 6º do Código de Processo Civil por suposta ocorrência de irregularidade processual. Afirmou, ainda, que a propositura da ação de investigação de paternidade antes do prévio ajuizamento de ação anulatória de registro de nascimento é impossível, tendo havido, no caso, ofensa aos artigos 340, I e II, 344, 348, artigo 178, § 3º e 4º, do Código Civil/16 e aos artigos 102 e 114 da Lei nº 6.015/73. Ainda segundo a defesa, é inviável a cumulação de pedidos contra réus diversos, bem como a modificação do pedido após a citação do réu, salvo com sua anuência.

“Na demanda em que se discute paternidade, o suposto pai biológico e aquele que figura como pai na certidão de nascimento devem ocupar, em litisconsórcio unitário, o pólo passivo, pois a relação jurídica objeto da ação é incindível, sendo impossível declarar a paternidade em relação ao suposto pai biológico, sem declarar a nulidade do registro”, considerou a relatora do processo no STJ, ministra Nancy Andrighi, ao votar pelo não-conhecimento do recurso.

Para a relatora, além de unitário, o litisconsórcio, na hipótese em exame é necessário, sendo sua implementação obrigatória, sob pena de nulidade absoluta. “Assim, necessário o aditamento da petição inicial, como entendeu o Tribunal de origem, para que P. J. O., que consta como pai na certidão de nascimento, seja incluído no pólo passivo, o que atrai a inclusão do pedido de anulação de registro, por ser este, na hipótese, consequência lógica do pedido de declaração de paternidade”, concluiu.

Só a lei pode conceder isenções do ICMS

Ato de governador de estado que, mediante decreto, concede remissão de crédito tributário é passível de nulidade. Com esse entendimento, a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) indeferiu o recurso do Estado do Rio Grande do Norte contra decisão do Tribunal de Justiça (TJ) estadual.

O TJ considerou que a concessão de remissão tributária de qualquer imposto somente é possível mediante uma lei específica. Inconformado, o Estado recorreu ao STJ sustentando que a remissão concedida por ele em nada contrariou a Lei Complementar 24/75 nem o artigo 172 do Código Tributário Nacional (CTN) e não há qualquer inconstitucionalidade, sequer declarada ou pedida pelo autor.

“Se o convênio pode autorizar a concessão de favores fiscais pelos Estados-membros, incensurável o Decreto 13.402/97 que conferiu remissão de débitos do ICMS à Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), porque editado em perfeita sintonia com os artigos 1º e 4º da LC 24/75”, argumentou o Estado.

A ministra Eliana Calmon, relatora do processo, ressaltou que o poder de isentar é da mesma categoria do poder de tributar, sofrendo ambos de limitações cujas raízes estão na Constituição, sendo a primeira delas o princípio da legalidade, proclamado de forma expressa no artigo 97 do CTN, o qual estabelece, no inciso VI, que só à lei é dado estabelecer a hipótese de exclusão do crédito tributário.

Na situação dos autos, tem-se um decreto do governador do Estado que concedeu isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) à COSERN. A pergunta que se faz é se tal decreto atende o princípio da legalidade.

Para a ministra, a resposta é negativa, pois não tem respaldo legal o argumento do Estado de que, se o convênio pode autorizar a concessão de favores fiscais pelos Estados-membros, pode o decreto do governador conferir o mesmo benefício.

“Ocorre que o convênio não é capaz de conceder ou retirar favor de ninguém, porque o ato que determina efetivamente a outorga é o decreto legislativo pela qual é aprovado o convênio. Aliás, é unânime a doutrina em dizer que os convênios são uma fase peculiar do processo legislativo, em matéria de isenção do ICMS. Dentro desse enfoque, não se há de comparar decreto do governador, com convênio aprovado por decreto legislativo”, concluiu a relatora.

Estado deve indenizar mulher com deformidade causada por tiro de policial no Rio

O Estado do Rio de Janeiro deve pagar a Maria Helena Santos indenização no valor de 500 salários mínimos devido à morte de seu filho e à deformidade permanente em sua perna direita. A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão anterior que reconheceu o direito de Maria Helena a receber indenização, reduzindo, somente, o seu valor de 1000 salários mínimos para 500.

O relator, ministro Franciulli Netto, ressaltou já ter o STJ firmado entendimento de que pode majorar ou reduzir, quando irrisório ou absurdo, o valor das verbas fixadas a título de dano moral, por se tratar de matéria de direito e não de reexame fático-probatório.

Maria Helena ajuizou ação de indenização contra o Estado do Rio de Janeiro, em decorrência da morte de seu filho e à deformidade permanente na ordem de 30% em sua perna direita causadas por disparos de arma de fogo por policial militar, posteriormente condenado penalmente.

Em primeira instância, a ação foi julgada procedente para condenar o Estado ao pagamento de indenização de 800 salários mínimos por dano moral, 200 salários mínimos por dano estético, além de dano patrimonial.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu parcial provimento ao apelo do Estado e a defesa de Maria Helena opôs embargos de divergência, providos também em parte, para condená-lo ao pagamento, a título de danos morais e estéticos, de “uma pensão mensal vitalícia equivalente a dez salários mínimos, limitado o total no valor correspondente a 1000 salários mínimos”.

Inconformado, o Estado do Rio de Janeiro recorreu ao STJ sustentando que Maria Helena requereu apenas a indenização por dano moral, e não por dano estético. “Dessa forma, pede-se que seja afastada a condenação à verba de 200 salários mínimos a título de dano estético. Ainda, não são cumuláveis os danos”, afirmou a defesa do Estado.

Além disso, o Estado afirmou que, de acordo com a jurisprudência do STJ, o valor das condenações é excessivo, pedindo a redução a 100 salários mínimos a título de dano moral e estético conjuntamente.

O ministro Franciulli Netto afirmou, quanto aos danos moral e estético, predominar no Tribunal o entendimento de que “as indenizações pelos danos moral e estético podem ser cumulados, mesmo quando derivados do mesmo fato, se inconfundíveis suas causas e passíveis de apuração em separado”.

Quanto à redução do valor da indenização, o ministro entendeu ser razoável a redução para 500 salários mínimos, a ser paga por pensão no valor de cinco salários mínimos por mês, até alcançar o total

TRIBUNAL DE JUSTIÇA**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO**

Secretário do Tribunal Pleno
BEL. GLAUBER BARBOSA LOPES

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO MANDADO DE
SEGURANÇA N.º 010 04 003019-8

Embargante: Estado de Roraima
Procurador Judicial: Diógenes Baleeiro Neto
Embargada: Rosana Juçara Vilaça da Silva
Defensor Público: Stélio Dener de Souza Cruz
Relator: Exmo. Sr. Juiz Convocado Cristóvão Suter

EMENTA

EMBARGOS DECLARATÓRIOS PREQUESTIONADORES. PRELIMINAR DE NULIDADE DO JULGADO POR FALTA DA ASSINATURA DE TODOS OS JULGADORES NO ACÓRDÃO – REJEIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM NÍTIDO CARÁTER INFRINGENTE – OMISSÃO E CONTRADIÇÃO INEXISTENTES – CONHECIMENTO PARCIAL.

Nos termos do estabelecido no art. 212 do Regimento Interno deste Tribunal, “Os acórdãos terão a data do julgamento e serão assinados pelo Presidente da sessão, pelo Relator, e pelos demais Desembargadores que o desejarem, e, ainda, pelo Procurador de Justiça, em caso que funcionar”. Rejeição da preliminar. Inexistindo quaisquer omissões ou contradições no julgado, destinando-se os declaratórios não à integração do decisum, mas à sua reforma, não merecem conhecimento neste particular. Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **Acordam** os membros do Tribunal Pleno, do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer parcialmente do recurso, nos termos do voto do relator, que passa a integrar este julgado.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos dezessete dias do mês de novembro de 2004.

Des. Ricardo Oliveira – Presidente

Juiz Convocado Cristóvão Suter – Relator

Des. Carlos Henriques – Presidente

Des. Robério Nunes – Julgador

Des. Almiro Padilha – Julgador

Juíza Convocada Tânia Vasconcelos – Julgadora

EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO MANDADO DE
SEGURANÇA N.º 010 04 002955-4

Embargante: Estado de Roraima
Procurador Judicial: Diógenes Baleeiro Neto
Embargada: Roseany Maria Rodrigues Almeida
Defensora Pública: Maria das Graças B. Soares
Relator: Exmo. Sr. Juiz Convocado Cristóvão Suter

EMENTA

EMBARGOS DECLARATÓRIOS PREQUESTIONADORES. PRELIMINAR DE NULIDADE DO JULGADO POR FALTA DA ASSINATURA DE TODOS OS JULGADORES NO ACÓRDÃO – REJEIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM NÍTIDO CARÁTER INFRINGENTE – OMISSÃO E CONTRADIÇÃO INEXISTENTES – CONHECIMENTO PARCIAL.

Nos termos do estabelecido no art. 212 do Regimento Interno deste Tribunal, “Os acórdãos terão a data do julgamento e serão assinados pelo Presidente da sessão, pelo Relator, e pelos demais Desembargadores que o desejarem, e, ainda, pelo Procurador de Justiça, em caso que funcionar”. Rejeição da preliminar. Inexistindo quaisquer omissões ou contradições no julgado, destinando-se os declaratórios não à integração do decisum, mas à sua reforma, não merecem conhecimento neste particular. Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **Acordam** os membros do Tribunal Pleno, do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer parcialmente do recurso, nos termos do voto do relator, que passa a integrar este julgado.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos dezessete dias do mês de novembro de 2004.

Des. Ricardo Oliveira – Presidente

Juiz Convocado Cristóvão Suter – Relator

Des. Carlos Henriques – Presidente

Des. Robério Nunes – Julgador

Des. Almiro Padilha – Julgador

Juíza Convocada Tânia Vasconcelos – Julgadora

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 010 04 003156-8

Impetrante: Vicente Augusto Xavier Izel

Advogado: Francisco de Assis Guimarães Almeida

Impetrado: Presidente do Tribunal de Justiça de Roraima

Relator: Exmo. Sr. Juiz Convocado Cristóvão Suter

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA – SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL CEDIDO – DEVOLUÇÃO AO ÓRGÃO DE ORIGEM – POSSIBILIDADE – ATO DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INEXISTÊNCIA DE DIREITO LIQUIDO E CERTO – DENEGACÃO DA SEGURANÇA.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos **Acordam** os integrantes do Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos e em consonância com o parecer Ministerial, em denegar a segurança, nos termos do voto do Relator que integra este julgado. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro.

Des. Carlos Henriques – Presidente

Juiz Convocado Cristóvão Suter – Relator

Des. Robério Nunes – Julgador

Des. Almiro Padilha – Julgador

Juíza Convocada Tânia Vasconcelos – Julgadora

Ministério Público Estadual

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 010 04 002864-8

IMPETRANTE: JOÃO ALVES MACEDO FILHO

ADVOGADO: UBIRAJARA DOS CAMPOS DE OLIVEIRA E CARVALHO LEITE

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E

ABASTECIMENTO DO ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR DO ESTADO: MARIO JOSÉ RODRIGUES DE MOURA

RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA – PRELIMINARES – ART. 19 DA LEI 10.910/2004 – INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 92, § 2º. DA LCE N.º. 053/2001 – REJEITADA - SERVIDOR PÚBLICO REGULARMENTE MATRICULADO EM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA CAPITAL – LOTAÇÃO NO INTERIOR – POSSIBILIDADE – INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DO DISPOSTO NO ART. 92, § 2º, DA LCE N.º 053/01 – SEGURANÇA DENEGADA.

O prazo para manifestação do representante judicial da Fazenda Pública prescrita no art. 19 da Lei n.º. 10.910/2004 é de 10 dias, em consonância com o art. 7º., I, da Lei n.º. 1.533/51, com alteração da Lei n.º. 4.348/64;

Servidor matriculado em curso de pós-graduação não está amparado pelo disposto no art. 92, § 2º., da LCE n.º. 053/01.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Mandado de Segurança n.º 010 04 002864-8, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes do Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em denegar a segurança, em consonância com o parecer ministerial, nos termos do relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro. (17.11.04)

Des. RICARDO OLIVEIRA
Presidente

Des. CARLOS HENRIQUES
Vice-Presidente

Des. ALMIRO PADILHA
Corregedor-Geral de Justiça e
Julgador

Des. ROBÉRIO NUNES
Julgador

Des. JOSÉ PEDRO
Julgador

Juíza Convocada TÂNIA VASCONCELOS
Julgadora

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA-RR, 19 DE NOVEMBRO DE 2004.

BEL. GLAUBER BARBOSA LOPES
Secretário do Tribunal Pleno

SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

Secretário do Conselho da Magistratura
BEL. GLAUBER BARBOSA LOPES

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

REEXAME NECESSÁRIO N.º 010 03 001243-8

ORIGEM: JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

AÇÃO CIVIL PÚBLICA N.º 010 02 049781-3

APELANTE: ESTADO DE RORAIMA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. INTEMPESTIVIDADE. REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO. DEVER DO ESTADO CUSTEAR AS DESPESAS PARA TRATAMENTO MÉDICO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO QUANDO NÃO PROPORCIONA, EM SEU TERRITÓRIO, O TRATAMENTO REQUERIDO. SENTENÇA MANTIDA. IMPROVIMENTO DO REEXAME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Reexame Necessário n.º 010 04 002386-2, acordam, os Desembargadores integrantes do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, confirmar a sentença *a quo*, nos termos do relatório e voto do Relator que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro. (10.11.04)

Des. RICARDO OLIVEIRA
Presidente

Des. CARLOS HENRIQUES
Vice-Presidente e Relator

Des. ALMIRO PADILHA
Corregedor-Geral de Justiça

Esteve presente: Dr.º FÁBIO STICA
Procurador-Geral de Justiça em Exercício

SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA, BOA VISTA-RR, 19 DE NOVEMBRO DE 2004.

BEL. GLAUBER BARBOSA LOPES
Secretário do Conselho da Magistratura

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA

Secretária da Câmara Única
BEL.^a SUANAM NAKAI DE C. NUNES

PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Robério Nunes, Presidente, em exercício, da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que, na Sessão Ordinária do dia **30 de novembro** do corrente ano, às nove horas, ou nas sessões subseqüentes, serão julgados os processos a seguir:

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0010.04.003140-2 – BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: L. KOTINSKI
ADVOGADO: MARCOS ANTÔNIO CARVALHO DE SOUZA
AGRAVADO: JÚLIO GOMES MORAES
ADVOGADO: SAMUEL WEBER BRAZ
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**APELAÇÃO CÍVEL N.º 0010.04.002441-5 – BOA VISTA/RR**

APELANTE: ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORA JUDICIAL: CLEUSA LÚCIA DE SOUZA LIMA
APELADOS: MARCOS DA SILVA SANTOS E OUTROS
ADVOGADOS: ALEXANDRE DANTAS E OUTROS
RELATOR: EXMO. SR. DES. CRISTÓVÃO SUTER (JUIZ CONVOCADO)

Autos n.º 4 2441-5

I – Julgo-me suspeito por motivo de foro íntimo;
II – À Secretaria da Câmara para as providências pertinentes, sem prejuízo de posterior compensação.
Boa vista, 18 de novembro de 2004.

Juiz Convocado Cristóvão Suter
Relator

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, BOA VISTA, 19 DE NOVEMBRO DE 2004.

Secretária da Câmara Única
BEL.^a SUANAM NAKAI DE C. NUNES

PRESIDÊNCIA**PORTARIAS DE 18 DE NOVEMBRO DE 2004****O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,**RESOLVE:**

N.º **793** – Autorizar o afastamento, com ônus, dos Des. **JOSÉ PEDRO FERNANDES** e **ROBÉRIO NUNES DOS ANJOS**, para participarem do “67º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil”, a realizar-se na cidade de Aracaju-SE, no período de 02 a 04.12.2004.

N.º **794** – Conceder ao Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES**, Juiz de Direito, Titular da 8.ª Vara Cível, 30 (trinta) dias de férias, referentes a 2004, no período de 22.11 a 21.12.2004.

N.º **795** – Autorizar o afastamento, sem ônus, do servidor **RICARDO JOSÉ DA MOTA MOREIRA**, Oficial de Justiça, para participar da avaliação psicológica, da prova de capacidade física e dos exames médicos do concurso público para Agente de Polícia Federal, a realizar-se na cidade de Manaus-AM, no período de 22 a 25.11.2004.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Presidente

CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Sindicância n.º 034/2004

DECISÃO

Nomeio a Escrivã **CLÁUDIA LUÍZA PEREIRA NATTRODT**, lotada na Vara da Infância e da Juventude, como Defensora Dativa do sindicato.

Junte-se cópia do livro de protocolo com o recebimento dos documentos pela Defensoria Pública.

Providencie-se os meios necessários.

Publique-se.

Boa Vista, 18 de novembro de 2004.

Des. ALMIRO PADILHA
Corregedor-Geral de Justiça

PORTARIANº 161/2004

O **Desembargador ALMIRO PADILHA**, Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Roraima, no uso de suas atribuições etc.

CONSIDERANDO o disposto no art. 24 do COJERR c/c o art. 18, XVI, do RITJRR, que atribuem ao Corregedor-Geral de Justiça o dever de impor penalidades de censura, advertência e suspensão pelo prazo de trinta dias aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Roraima, observado o procedimento estabelecido na Lei Complementar Estadual nº 053/01;

CONSIDERANDO o inteiro teor do relatório final da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, proferido nas Sindicâncias nº 032/04, nº 031/04 e nº 035/04, que opinou pela aplicação das penas de advertência e suspensão pelo prazo de trinta dias ao Sindicado, por transgressão ao disposto nos artigos 109, IV e X, da Lei Complementar Estadual nº 053/01;

CONSIDERANDO, ainda, a decisão de fl. 49 da Sindicância nº 032/04,

RESOLVE:

Art. 1º. Impor ao servidor ... a penalidade de **SUSPENSÃO** pelo prazo de trinta dias, com fulcro no disposto no artigo 18, XVI, do RITJRR, nos artigos 227, III, c/c o 235 do COJERR c/c art. 120, II, 123, *caput*, e art. 139, II, todos da Lei Complementar Estadual nº 053/01, em razão da infração aos artigos 109, IV e X, da Lei Complementar Estadual nº 053/01, apurada nas Sindicâncias nº 32/04, 031/04 e 035/04.

Art. 2º. O termo inicial da suspensão será o dia da publicação da presente portaria.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Boa Vista - RR, 18 de novembro de 2004.

Des. ALMIRO PADILHA
Corregedor-Geral de Justiça

PORTARIANº 162/2004

O **Desembargador ALMIRO PADILHA**, Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Roraima, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os motivos apresentados pelo Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar na Sindicância nº 034/04 (fl. 48), bem como a decisão de fl. 49,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Escrivã **CLÁUDIA LUÍZA PEREIRA NATTRODT** para, na condição de defensora dativa, apresentar defesa escrita, acompanhar a sindicância e adotar as demais providências que se tornarem necessárias em favor do servidor ...

que responde a Sindicância nº 034/04, instaurada nos termos da Portaria nº 046/04-CGJ, já que ele, apesar de devidamente intimado, inclusive através do Defensor Público, deixou de apresentar defesa escrita, conforme certidão de fl. 48.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Boa Vista - RR, 19 de novembro de 2004.

Des. ALMIRO PADILHA
Corregedor-Geral de Justiça

PROVIMENTO Nº 084/2004.

Revoga o provimento nº 031/99-CGJ.

O Desembargador ALMIRO PADILHA, Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Roraima, no uso de suas atribuições legais etc.

CONSIDERANDO os problemas encontrados pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Boa Vista para o fornecimento das informações de que trata o Provimento nº 031/99;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de alterações no SISCOM para o atendimento à SERASA – Centralização de Serviços dos Bancos S.A.,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o Provimento nº 031/99 desta Corregedoria.

Art. 2º. Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Boa Vista, 18 de novembro de 2004.

Des. ALMIRO PADILHA
Corregedor-Geral de Justiça

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE - 25**

Nº DO P.A.:	2277/2003
ORIGEM:	Diretoria - Geral
ASSUNTO:	Pagamento da taxa de coleta de lixo do exercício de 2004.
FUND. LEGAL:	art. 25, <i>caput</i> , da Lei n.º 8.666/93
CONTRATADA:	Prefeitura Municipal de Boa Vista.
VALOR:	R\$166,16

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE - 26

Nº DO P.A.:	2229/2004
ORIGEM:	Biblioteca
ASSUNTO:	Assinatura da Revista de Direito Administrativo e Constitucional.
FUND. LEGAL:	art. 25, I, da Lei n.º 8.666/93
CONTRATADA:	Prefeitura Municipal de Boa Vista.
VALOR:	R\$430,00

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE - 27

Nº DO P.A.:	2230/2004
ORIGEM:	Biblioteca
ASSUNTO:	Renovação de assinatura da Revista Trimestral de Jurisprudência do S.T.F.
FUND. LEGAL:	art. 25, I, da Lei n.º 8.666/93
CONTRATADA:	Editores Brasília Jurídica Ltda.
VALOR:	R\$821,88

EXTRATOS DE REGISTROS CADASTRAIS

Nº DO P.A.:	2179/2004
INTERESSADO:	RS Crédito, Financiamento e Investimentos S. A.
ASSUNTO:	Certificado de Registro Cadastral
DECISÃO:	Com fulcro no art. 2º, IV, da Portaria GP 590/03, autorizo a inscrição no Registro Cadastral.
DATA:	Boa Vista, 03 de novembro de 2004.

Nº DO P.A.:	2278/2004
INTERESSADO:	Ivan da Silva Castro.
ASSUNTO:	Certificado de Registro Cadastral
DECISÃO:	Com fulcro no art. 2º, IV, da Portaria GP 590/03, autorizo a inscrição no Registro Cadastral.
DATA:	Boa Vista, 16 de novembro de 2004.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIAS DE 19 DE NOVEMBRO DE 2004

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 590, de 08 de agosto de 2003,

RESOLVE:

N.º 469 – Conceder à servidora **RAQUEL MONTEIRO DE MACEDO**, Assistente Judiciária, licença por ter prestado serviços à Justiça Eleitoral, nos dias 10 e 11.02.2005, 16 e 17.03.2005.

N.º 470 – Conceder à servidora **DANIELE MARIA DE BRITO SEABRA**, Assistente Judiciária, licença para tratamento de saúde, no dia 17.11.2004.

N.º 471 – Alterar as férias do servidor **JOSÉ FABIANO DE LIMA GOMES**, Oficial de Justiça, relativas ao exercício 2004, para serem usufruídas no período de 09 a 18.02.2005.

N.º 472 – Alterar as férias da servidora **TATYANA DANTAS BARRETO**, Assistente Judiciária, relativas ao exercício 2003/2004, para serem usufruídas no período de 02 a 31.01.2006.

N.º 473 – Alterar as férias do servidor **KERWIN MURIEL HIRT MAYER**, Analista Judiciário, relativas ao exercício 2003/2004, para serem usufruídas no período de 01 a 30.06.2005.

N.º 474 – Alterar as férias do servidor **MOISÉS TELES DE JESUS NETO**, Técnico Judiciário, para serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.12.2004 (2003) e de 27.12.2004 a 10.01.2005, 01 a 15.06.2005 (2004).

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Bel.ª **LÍGIA SIMONE ARAÚJO DE FARIAS**
Diretora

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS DA SEGUNDA INSTÂNCIA

Expediente de 18/11/2004

TRIBUNAL PLENO

Relator: Carlos Henriques

AÇÃO ORDINÁRIA

00001 - 01004003324-2

Autor: Rawlins Coelho da Silva, Réu: Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima =>Distribuição por Sorteio, Valor da Causa: R\$ 500,00 Adv - Stélio Baré de Souza Cruz, Anair Paes Paulino, Denise Silva Gomes.

00002 - 01004003325-9

Autor: Francisca Fernandes Brandão, Réu: Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima =>Distribuição por Sorteio, Valor da Causa: R\$ 500,00 Adv - Stélio Baré de Souza Cruz, Anair Paes Paulino, Denise Silva Gomes.

00003 - 01004003326-7

Autor: Ronildo Bezerra da Silva, Réu: Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima =>Distribuição por Sorteio, Valor da Causa: R\$ 500,00 Adv - Stélio Baré de Souza Cruz, Anair Paes Paulino, Denise Silva Gomes.

00004 - 01004003327-5

Autor: Dennis Thomaz Brasche Júnior, Réu: Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima =>Distribuição por Sorteio, Valor da Causa: R\$ 500,00 Adv - Stélio Baré de Souza Cruz, Anair Paes Paulino, Denise Silva Gomes.

00005 - 01004003328-3

Autor: Fagner Pereira Vieira, Réu: Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima =>Distribuição por Sorteio, Valor da Causa: R\$ 500,00 Adv - Stélio Baré de Souza Cruz, Anair Paes Paulino, Denise Silva Gomes.

00006 - 01004003329-1

Autor: Davi Roque Felippin, Réu: Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima =>Distribuição por Sorteio, Valor da Causa: R\$ 500,00 Adv - Stélio Baré de Souza Cruz, Anair Paes Paulino, Denise Silva Gomes.

00007 - 01004003330-9

Autor: Náthima Ferreira Sampaio Danel, Réu: Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima =>Distribuição por Sorteio, Valor da Causa: R\$ 500,00 Adv - Stélio Baré de Souza Cruz, Anair Paes Paulino, Denise Silva Gomes.

00008 - 01004003331-7

Autor: Francisco Erisvaldo Farias Pontes, Réu: Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima =>Distribuição por Sorteio, Valor da Causa: R\$ 500,00 Adv - Stélio Baré de Souza Cruz, Anair Paes Paulino, Denise Silva Gomes.

00009 - 01004003332-5

Autor: Idelberto Lima Ramalho Filho, Réu: Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima =>Distribuição por Sorteio, Valor da Causa: R\$ 500,00 Adv - Stélio Baré de Souza Cruz, Anair Paes Paulino, Denise Silva Gomes.

00010 - 01004003333-3

Autor: Luís Cláudio Barbosa de Moraes, Réu: Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima =>Distribuição por Sorteio, Valor da Causa: R\$ 500,00 Adv - Stélio Baré de Souza Cruz, Anair Paes Paulino, Denise Silva Gomes.

00011 - 01004003334-1

Autor: João Lúcio Nascimento de Paula, Réu: Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima =>Distribuição por Sorteio, Valor da Causa: R\$ 500,00 Adv - Stélio Baré de Souza Cruz, Anair Paes Paulino, Denise Silva Gomes.

TURMACÍVEL

Relator: Robério Nunes

AGRAVO REGIMENTAL

00012 - 01004003335-8

Agravante: O Estado de Roraima, Agravado: Elene Marçal da Silva e outros =>Distribuição por Dependência, Adv - Francisco das Chagas Batista, Rodolpho César Maia de Moraes, Alexandre Cesar Dantas Socorro.

COMARCA DE BOA VISTA
JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 18/11/2004

001312AM-A =>00263
002026AM =>00347
002422AM =>00131
003032AM =>00257
003334AM =>00314, 00347
003351AM =>00325, 00340
011246DF =>00242
015195DF =>00328
062016MG =>00156
070839MG =>00156
071832MG =>00317
080466MG =>00156
087017MG =>00156
008154MT =>00152
005717PA =>00265, 00333
011336PA =>00318
010064PB =>00298
028105RJ =>00310
087790RJ =>00355
002365RN =>00239
000910RO =>00276
001302RO =>00240, 00343
000008RR =>00317
000010RR-A =>00352
000020RR =>00076
000021RR =>00073, 00238, 00272
000025RR-A =>00114, 00299, 00335
000030RR =>00098, 00101
000035RR-B =>00098, 00118
000037RR =>00098, 00338
000039RR-A =>00291
000041RR-E =>00267
000042RR-B =>00273, 00317
000042RR =>00101
000047RR-B =>00136
000048RR-B =>00142, 00308
000051RR-B =>00105, 00295

000052RR =>00159, 00160, 00167, 00168, 00169, 00170, 00171, 00172, 00173, 00175, 00182
000054RR-A =>00305
000055RR =>00360
000056RR-A =>00008, 00241
000058RR-B =>00340
000058RR =>00315, 00316
000060RR =>00243, 00252, 00263, 00325, 00340
000068RR-E =>00237
000070RR-B =>00298, 00319, 00373
000072RR-B =>00302, 00341
000073RR-B =>00113
000075RR-B =>00243
000077RR-A =>00101, 00163, 00240
000078RR-A =>00269, 00270, 00287, 00322, 00331, 00337
000078RR =>00071, 00274, 00287, 00329, 00353
000079RR-A =>00261, 00271, 00280, 00295
000084RR-A =>00105, 00159, 00160, 00162, 00167, 00168, 00169, 00170, 00171, 00172, 00173, 00175, 00182, 00195, 00196, 00199, 00200, 00201, 00202, 00203, 00204, 00205, 00206, 00207, 00208, 00209, 00210, 00211, 00212, 00213, 00214, 00215, 00216, 00217, 00218, 00219, 00220, 00221, 00222
000087RR-B =>00336
000091RR-A =>00100
000091RR-B =>00162
000094RR-B =>00105, 00183
000100RR-B =>00161, 00324, 00328
000100RR =>00005, 00342
000101RR-B =>00006, 00253, 00260, 00302, 00330, 00332, 00339
000103RR-B =>00114, 00147
000105RR-B =>00010, 00092, 00102, 00144, 00236, 00242, 00266, 00277, 00278, 00306
000106RR-B =>00055, 00365
000107RR-A =>00312
000110RR-B =>00010, 00313, 00327
000110RR =>00099, 00239
000111RR-B =>00315, 00316
000112RR-B =>00361
000114RR-A =>00157, 00245, 00267, 00300, 00331, 00344
000116RR-A =>00312
000118RR-A =>00112, 00237, 00242
000118RR =>00351, 00368
000119RR-A =>00237, 00271, 00274, 00350
000123RR-B =>00286, 00360
000124RR-B =>00073, 00149, 00245, 00272, 00368
000125RR =>00218, 00313, 00342, 00363
000126RR-B =>00344
000128RR-B =>00353
000130RR =>00273
000135RR-B =>00241, 00243
000136RR =>00247
000137RR-A =>00244
000138RR =>00342
000139RR-B =>00096, 00138
000140RR =>00362
000142RR-B =>00274
000144RR-A =>00073, 00272, 00359, 00368
000144RR-B =>00161, 00163, 00358
000145RR =>00099, 00132, 00150, 00151
000146RR-A =>00161
000149RR =>00115, 00240, 00287, 00311, 00341, 00343, 00346
000151RR-B =>00342
000155RR =>00064
000157RR-B =>00148, 00246
000157RR =>00101, 00251
000160RR-B =>00090, 00094, 00095, 00104, 00132, 00134, 00139, 00140
000160RR =>00153, 00262, 00292, 00345
000162RR-A =>00101, 00138, 00146, 00239, 00272
000164RR =>00135, 00319
000165RR-A =>00297
000169RR-B =>00324
000171RR-B =>00109, 00148, 00150, 00155, 00275, 00314
000173RR-A =>00154
000175RR-B =>00300
000176RR =>00246, 00284
000177RR =>00322, 00372
000178RR-B =>00047, 00063, 00097
000178RR =>00355, 00359
000179RR =>00251, 00342
000181RR-A =>00293, 00294, 00349
000182RR-B =>00104, 00246

000184RR-A =>00241, 00265, 00269, 00374
000185RR-A =>00074, 00092, 00123, 00135, 00295
000185RR =>00264
000186RR-A =>00293, 00294
000186RR-B =>00161, 00163
000187RR-B =>00345
000187RR =>00043
000189RR =>00072, 00128, 00261, 00312, 00341
000190RR =>00266, 00354, 00375
000192RR-A =>00093
000192RR =>00146, 00288
000199RR-B =>00314
000201RR-A =>00300
000202RR-B =>00148, 00150, 00155
000203RR =>00164, 00296, 00355, 00356
000209RR-A =>00091, 00111, 00345
000209RR =>00282, 00326, 00341, 00348
000211RR =>00069
000212RR =>00011, 00344
000213RR-B =>00157, 00305, 00328
000214RR-B =>00236, 00329
000215RR-B =>00158, 00176, 00183, 00184, 00190, 00192,
00224, 00227, 00229, 00230, 00231, 00232, 00233, 00234
000220RR-B =>00178, 00181, 00189, 00191, 00194, 00228, 00235
000221RR-A =>00243
000221RR =>00070, 00125, 00137
000222RR =>00012, 00013, 00014, 00015, 00051, 00107, 00108,
00117, 00122, 00143
000223RR-A =>00095, 00283, 00313, 00327
000223RR =>00129, 00284, 00288, 00290, 00357
000225RR =>00005
000226RR =>00110, 00156, 00253, 00281, 00285, 00346
000231RR =>00124, 00126, 00152
000232RR-A =>00123
000233RR =>00106, 00121, 00136
000236RR-A =>00154
000236RR =>00065, 00137, 00237, 00301
000239RR-A =>00255, 00299, 00319
000245RR-A =>00279, 00334
000248RR =>00103
000254RR-A =>00289
000257RR =>00075, 00100, 00130
000258RR-A =>00276
000258RR =>00247
000260RR =>00221
000262RR =>00245, 00267, 00326
000263RR =>00110, 00309, 00346
000264RR =>00004, 00016, 00245, 00284, 00300, 00301, 00310,
00344, 00347, 00354
000269RR =>00245, 00259, 00267, 00284, 00300, 00301, 00304,
00310, 00344
000279RR =>00049, 00052, 00061, 00062, 00127, 00141
000281RR =>00124
000282RR =>00307, 00357
000284RR =>00303
000285RR =>00250, 00355
000287RR =>00102
000298RR =>00286
000300RR =>00074
000305RR =>00019
000311RR =>00057, 00323
000315RR =>00248, 00345
000320RR =>00003
000335RR =>00315, 00316
000336RR =>00163, 00180
000337RR =>00124
000338RR =>00109
000343RR =>00317
000344RR =>00115, 00240, 00287
000352RR =>00264, 00268, 00282, 00344
000356RR =>00275
000368RR =>00348
000394RR =>00110, 00320, 00321, 00349
025730SP =>00249
069873SP =>00249
084206SP =>00254, 00256, 00320, 00321
088492SP =>00253
130524SP =>00304
149365SP =>00099
196403SP =>00164, 00165, 00166, 00174, 00177, 00179, 00180,
00185, 00186, 00187, 00188, 00193, 00197, 00198, 00223, 00224,
00225, 00226, 00228
000220TO =>00089

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

Distribuições em 18/11/2004

1A VARA CÍVEL

Juiz(iza): Elvo Pigari Júnior

ALIMENTOS - PEDIDO

00045 - 001004096379-4

Requerente: G.S.M.; Requerido: W.B.M. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 1.248,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

ALVARÁ JUDICIAL

00046 - 001004096364-6

Requerente: Maria Cleonice Oliveira Alves => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 1.735,68. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00047 - 001004096346-3

Requerente: V.E.S.; Requerido: E.C.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 260,00. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

Juiz(iza): Luiz Fernando Castanheira Mallet

ALIMENTOS - PEDIDO

00048 - 001004096378-6

Requerente: G.S.A.; Requerido: J.D.A. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 3.120,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CURATELA/INTERDIÇÃO

00049 - 001004096366-1

Requerente: F.B.C.; Interditado: J.C.C. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 378,00. Adv - Neusa Silva Oliveira.

EXECUÇÃO

00050 - 001004096354-7

Exeqüente: A.S.A.; Executado: L.A.S. => Distribuição por Dependência em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00051 - 001004096396-8

Exeqüente: G.M.P.O.; Executado: E.S.O. => Distribuição por Dependência em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 1.040,00. Adv - Oleno Inácio de Matos.

EXONER.PENSÃO ALIMENTÍCIA

00052 - 001004096348-9

Autor: M.G.C.; Réu: R.A.C. => Distribuição por Dependência em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 1.560,00. Adv - Neusa Silva Oliveira.

GUARDA DE MENOR

00053 - 001004096344-8

Requerente: T.P.S.; Requerido: V.O.C. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 378,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00054 - 001004096399-2

Requerente: D.B.R.; Requerido: M.C.R.F. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 5.400,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

SEPARAÇÃO CONSENSUAL

00055 - 001004096209-3

Requerente: A.M.F. e outros => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 260,00. Adv - Ivo Calixto da Silva.

3A VARA CÍVEL

Juiz(iza): Jefferson Fernandes da Silva

ANULATÓRIA ATO JURÍDICO

00009 - 001004096374-5

Autor: Melki Wesley Lima Azevedo => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXECUÇÃO

00010 - 001001006386-4

Exequente: Banco do Brasil S/A; Executado: Jose Antonio Martins => Transferência Realizada em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 116.694,86. Adv - Johnson Araújo Pereira, Milton César Pereira Batista.

INDENIZAÇÃO

00011 - 001004096391-9

Autor: Katiane da Costa Guerreiro; Réu: Waldecir Wanderley de Almeida => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 260,00. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

REGISTRO CIVIL

00012 - 001004096351-3

Requerente: Hélio Pacheco Ferreira => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 260,00. Adv - Oleno Inácio de Matos.

00013 - 001004096376-0

Requerente: Adrian Cyril Rodrigues => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 260,00. Adv - Oleno Inácio de Matos.

00014 - 001004096388-5

Requerente: Heglesmar Estefanny Siqueira de Oliveira => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 260,00. Adv - Oleno Inácio de Matos.

RETIFICAÇÃO REG. CIVIL

00015 - 001004096373-7

Requerente: Elencacia Xavier de Lima => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 260,00. Adv - Oleno Inácio de Matos.

00016 - 001004096403-2

Requerente: Rafaela Thayná Nunes Borges e outros => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 100,00. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro.

4A VARA CÍVEL

Juiz(iza): Cristovão José Suter Correia da Silva

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00004 - 001004096404-0

Autor: Banco Itaú S/A; Réu: Newton Oliveira da Silva => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 6.509,85. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro.

ORDINÁRIA

00005 - 001004096305-9

Requerente: Elcidon de Souza Pinto; Requerido: Banco do Brasil S/A => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 4.316,61. Adv - João Alfredo de A. Ferreira, Samuel Moraes da Silva.

6A VARA CÍVEL

Juiz(iza): Angelo Augusto Graça Mendes

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00006 - 001004096213-5

Autor: Cia de Credito Financ. e Investimento Renault do Brasil; Réu: Inez Custodio Dantas => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 14.196,49. Adv - Sivirino Pauli.

EXECUÇÃO

00007 - 001004096303-4

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Diogenes Mayer e outros => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 62.507,93. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INTERDITO PROIBITÓRIO

00008 - 001004096368-7

Autor: Augusto Alberto Iglesias Ferreira => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 5.000,00. Adv - Erivaldo Sérgio da Silva.

7A VARA CÍVEL

Juiz(iza): Arnon José Coelho Junior

ALIMENTOS - PEDIDO

00056 - 001004096384-4

Requerente: N.R.F.; Requerido: A.C.F. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 2.516,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXECUÇÃO

00057 - 001004096356-2

Exequente: S.L.A.; Executado: R.T.A. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 574,77. Adv - Emira Latife Lago Salomão.

00058 - 001004096358-8

Exequente: R.A.L.; Executado: R.N.L. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 2.476,19. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00059 - 001004096393-5

Exequente: R.P.V. e outros; Executado: J.M.P.R. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 538,37. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00060 - 001004096394-3

Exequente: L.S.A.A. e outros; Executado: F.B.A. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 1.059,10. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00061 - 001004096361-2

Requerente: W.R.P.M.; Requerido: F.G.A. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 3.960,00. Adv - Neusa Silva Oliveira.

REGULAMENTAÇÃO DE VISITA

00062 - 001004096386-9

Requerente: R.N.C.L.; Requerido: M.N.S.C. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 378,00. Adv - Neusa Silva Oliveira.

Juiz(iza): Paulo César Dias Menezes

ALIMENTOS - PEDIDO

00063 - 001004096381-0

Requerente: M.M.C.; Requerido: J.C.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 10.800,00. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

ALVARÁ JUDICIAL

00064 - 001004096401-6

Requerente: Alda Freitas da Silva => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 14.499,05. Adv - Antônio Oneildo Ferreira.

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00065 - 001004096318-2

Requerente: V.L.S.; Requerido: J.N.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 200,00. Adv - Josué dos Santos Filho.

INVESTIGAÇÃO PATERNIDADE

00066 - 001004096025-3

Requerente: Y.A.M.T.; Requerido: A.W.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00067 - 001004096359-6

Requerente: A.C.M.S.; Requerido: M.F.M. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 1.800,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

RECONHECIM. UNIÃO ESTÁVEL

00068 - 001004096349-7

Autor: E.R.; Réu: M.M.D.C. e outros => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 260,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

8A VARA CÍVEL

Juiz(iza): Cesar Henrique Alves

EMBARGOS DEVEDOR

00017 - 001004096313-3

Embargante: O Estado de Roraima; Embargado: Wagner José Saraiva da Silva => Distribuição por Dependência em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 953,33. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXECUÇÃO

00018 - 001004096298-6

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: Joaquim Rosa da Silva e outros => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 19.853,62. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INDENIZAÇÃO

00019 - 001004096411-5

Autor: Sebastião Batista da Silva; Réu: O Estado de Roraima => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 40.000,00. Adv - Natanael de Lima Ferreira.

1A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

CRIME C/ PESSOA - JÚRI

00040 - 001004094680-7

Indiciado: I.R.S. e outros => Distribuição por Dependência em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO EM FLAGRANTE

00041 - 001004096434-7

Autuado: Edney Fagundes da Silva => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(iza): Leonardo Pache de Faria Cupello

CRIME C/ PESSOA - JÚRI

00042 - 001004096055-0

Indiciado: A.T.B.F. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

LIBERDADE PROVISÓRIA

00043 - 001004096432-1

Requerente: Renato da Silva Miranda => Distribuição por Dependência em 18/11/2004. Adv - José Milton Freitas.

2A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Alcir Gursen de Miranda

CRIME DE TÓXICOS

00038 - 001004096338-0

Indiciado: R.A.S. e outros => Distribuição por Dependência em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO EM FLAGRANTE

00039 - 001004096436-2

Autuado: Flavio Barbosa Paiva => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

3A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Euclydes Calil Filho

PRECATÓRIA CRIME

00044 - 001004096328-1

Réu: Bernardino Alves Cirqueira e outros => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

4A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Jésus Rodrigues do Nascimento

CRIME C/ COSTUMES

00020 - 001004096418-0

Indiciado: J.S.L. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00021 - 001004096414-9

Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00022 - 001004096419-8

Indiciado: A. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00023 - 001004096423-0

Indiciado: J.V.R. => Distribuição por Dependência em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

LIBERDADE PROVISÓRIA

00024 - 001004096437-0

Requerente: José Antonio Alves da Silva => Distribuição por Dependência em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(iza): Marcelo Mazur

ABUSO DE AUTORIDADE

00025 - 001004096050-1

Indiciado: P.C.D.P.B. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00026 - 001003071840-6

Indiciado: K.N.C. => Nova Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. **AVERBADO** Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00027 - 001004096421-4

Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00028 - 001004096424-8

Indiciado: R.B.V. => Distribuição por Dependência em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO EM FLAGRANTE

00029 - 001004096425-5

Autuado: Rosivaldo Machado Silva => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

5A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Antônio Augusto Martins Neto

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00030 - 001004096095-6

Indiciado: J.M.S. => Distribuição por Dependência em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00031 - 001004096173-1

Indiciado: H.S.B. e outros => Distribuição por Dependência em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO EM FLAGRANTE

00032 - 001004096426-3

Autuado: Aluizio do Espírito Santo de Oliveira => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(iza): Lizandro Garcia Gomes Filho

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00033 - 001004096060-0

Indiciado: G.A.C. e outros => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00034 - 001004096416-4

Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00035 - 001004096000-6

Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00036 - 001004096408-1

Indiciado: J.S.L. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO EM FLAGRANTE

00037 - 001004096427-1

Autuado: Alessandro Matos Nunes => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Juiz(iza): Graciete Sotto Mayor Ribeiro

AÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA

00001 - 001004090386-5

Infrator: F.P.F. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**1A VARA CÍVEL****Expediente de 18/11/2004**

JUIZ(A) TITULAR:
Luiz Fernando Castanheira Mallet
JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:
Elvo Pigari Júnior
PROMOTOR(A):
Valdir Aparecido de Oliveira
ESCRIVÃO(A):
Liduína Ricarte Beserra Amâncio

ALIMENTOS - PEDIDO

00069 - 001002033626-8

Requerente: L.F.O.; Requerido: L.E.O.J. e outros => Pedido deferido(a). Despacho: Defiro o pedido de f. 81vº. Proceda-se como requerido. Boa Vista/RR, 11/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Rita de Cássia Macedo Coelho Queiroz.

00070 - 001003063874-5

Requerente: M.S.A.; Requerido: R.A. => Pedido deferido(a). Despacho: Defiro o pedido de f. 50. Sobreste-se o andamento pelo pazo ali indicado. Após, diga a DPE/RR. Boa Vista/RR, 10/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Inajá de Queiroz Maduro.

00071 - 001004083175-1

Requerente: I.B.; Requerido: J.S.P.C. => Aguarda Preparo do Cartório: apensar. Despacho: 1 - Apense-se (f. 15). Após, conclusos. Boa Vista/RR, 10/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Jorge da Silva Fraxe.

ARROLAMENTO DE BENS

00072 - 001002021427-5

Requerente: F.C.R.; Requerido: C.J.S.R. => Despacho: A petição de fls. 140 especifica os valores cabíveis a cada herdeiro decorrentes da caderneta de poupança. Assim, para facilitar o levantamento dos valores, expeçam-se alvarás judiciais, indicando os percentuais. A parte dos menores deverá ser levantada pela representante, deendo esta comprovar o depósito nas respectivas contas bancárias dos herdeiros mencionados. Boa Vista/RR, 18/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira.

00073 - 001003058651-4

Requerente: Márcio Eduardo dos Reis Lima e outros => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) inventariante. Despacho: Junte o inventariante as certidões negativas das Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, em 60 dias. Intime-se. Boa Vista/RR, 04/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Antônio Agamenon de Almeida, Pedro Xavier Coelho Sobrinho, Antônio Cláudio de Almeida.

ARROLAMENTO/INVENTÁRIO

00074 - 001002020793-1

Inventariante: Adauto Carneiro de Oliveira => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) causídico. ATO ORDINATÓRIO: O(a) causídico(a), manifestar quanto a certidão de fls. 125vº e 131/132vº. Boa Vista/RR, 18/11/04. Cartório da 1A Vara Cível. Adv - Maria do Rosário Alves Coelho, Agenor Veloso Borges.

00075 - 001003061485-2

Inventariante: Gloria Maria dos Passos; Inventariado: Carolina Moraes Mangabeira Espolio => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) inventariante. Despacho: 01 - A inventariante manifeste-se acerca do pagamento do ITCD. 02 - Caso negativo, defiro o pedido de fls. 52. Boa Vista/RR, 04/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz.

00076 - 001004089599-6

Inventariante: Maria da Conceição de Souza Mariê => Despacho: Oficie-se o Cartório ao Banco Itaú para que este informe sobre a existência ou não de saldo remanescente em conta da falecida. Antes, porém, determino - apresente a inventariante o nº da conta e agência para cumprimento do acima disposto. Intime-se. Boa Vista/RR, 11/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Dalva Maria Machado.

AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

00077 - 001004094368-9

Requerente: A.P.S. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Boa Vista/RR, 05/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00078 - 001004094369-7

Requerente: J.C.B.P.F. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Boa Vista/RR, 05/11/04. Luiz

Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00079 - 001004094385-3

Requerente: A.C.C. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Boa Vista/RR, 05/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00080 - 001004094388-7

Requerente: W.C.M.T. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Boa Vista/RR, 05/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00081 - 001004094389-5

Requerente: J.G.R.M. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Boa Vista/RR, 05/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00082 - 001004094479-4

Requerente: E.S.B. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Boa Vista/RR, 05/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00083 - 001004094481-0

Requerente: M.A.M.G. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Boa Vista/RR, 05/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00084 - 001004094601-3

Requerente: J.P.S. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Boa Vista/RR, 05/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00085 - 001004094602-1

Requerente: A.T.F. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Boa Vista/RR, 05/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00086 - 001004094611-2

Requerente: M.R.O. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Boa Vista/RR, 05/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00087 - 001004094612-0

Requerente: R.C.S. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Boa Vista/RR, 05/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00088 - 001004094614-6

Requerente: C.A.P. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Boa Vista/RR, 05/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CURATELA/INTERDIÇÃO

00089 - 001003065476-7

Requerente: M.S.S.L.; Interditado: V.S.L. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autora. Despacho: Manifeste-se a parte autora acerca das fls. 48/49. Boa Vista/RR, 04/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

00090 - 001004079278-9

Requerente: M.R.M.; Interditado: M.E.M. => Aguarda Preparo do Cartório: cumprir sentença. DECISÃO: Vistos etc. Final da decisão... Onde se lê: M.R.M., leia-se M.E.M.. Cumpra-se o final da sentença. Intimem-se. Boa Vista/RR, 11/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Conzales Leite.

00091 - 001004079477-7

Requerente: F.B.S.; Interditado: E.M.S. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) requerente. Despacho: Diga o requerente (f. 31). Boa Vista/RR, 11/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Margarida Beatriz Oruê Arza.

DISSOLUÇÃO SOCIEDADE

00092 - 001001002181-3

Autor: M.P.A.; Réu: A.C.P.C. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autora 48 h. Despacho: A parte autora manifeste-se acerca do despacho de fls. 136 em 48 h., sob pena de extinção. Boa Vista/RR, 04/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Agenor Veloso Borges, Johnson Araújo Pereira.

00093 - 001003073946-9

Autor: R.P.C.; Réu: F.S.T. => Pedido deferido(a). Despacho: Defiro f. 48; 2 - Cumpra-se o despacho de f. 46; 3 - Intimem-se. Boa Vista/RR, 04/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Scyla Maria de Paiva Oliveira.

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00094 - 001003069802-0

Requerente: O.G.M.; Requerido: C.M.M. => Aguarda Preparo do Cartório: designar audiência. Despacho: Defiro o pedido de fls. 39v°. Designe-se nova data para audiência de instrução e julgamento. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 11/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Conzales Leite.

EXECUÇÃO

00095 - 001003062833-2

Exeqüente: C.E.M.S.; Executado: H.S.S. => Leilão DESIGNADO para o dia 28/12/2004 às 09:00 horas. Leilão DESIGNADO para o dia 13/01/2005 às 09:00 horas. Boa Vista/RR, 18/11/2004. Adv - Christianne Conzales Leite, Mamede Abrão Netto.

00096 - 001004081058-1

Exeqüente: R.J.C. e outros; Executado: P.S.C. => Pedido deferido(a). Despacho: 1 - Defiro o pedido de suspensão de f. 36. Sobreste-se o andamento por 90 dias. 2 - Transcorrido o prazo, diga a DPE/RR. Boa Vista/RR, 04/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza.

00097 - 001004081786-7

Exeqüente: R.L.S.D. e outros; Executado: G.B.D. => Pedido deferido(a). Despacho: Defiro o pedido de f. 37. Sobreste-se o andamento por 60 dias. Transcorrido o prazo, diga a DPE/RR. Boa Vista/RR, 10/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00098 - 001001002343-9

Requerente: F.M.S.R.; Requerido: H.M.F.M. => Aguarda Preparo do Cartório: cumprir despacho. Despacho: Dê-se ciência às partes da baixa dos autos. Boa Vista/RR, 09/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - João Pujucan P. Souto Maior, Maria do Socorro R de Freitas, Elena Natch Fortes.

00099 - 001001019776-1

Requerente: G.G.M.C.; Requerido: G.M.N.G. => DECISÃO: Perícia designada para o dia 10/12/2004 às 08:30 horas. Adv - Josenildo Ferreira Barbosa, Jefferson Assad de Mello, Joaquim Pinto S. Maior Neto.

00100 - 001002037819-5

Requerente: K.K.A.S.; Requerido: D.N.S. => Arquivamento ordenado(a). Despacho: Arquive-se. Boa Vista/RR, 10/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Maria Helena Magalhães, Terezinha Muniz de Souza Cruz.

00101 - 001002046549-7

Requerente: I.V.S.C.S.; Requerido: R.S.L.S. => Vista ao autor. Despacho: Vista à parte autora dos documentos de fls. 168/192 para ciência, apenas. Após, cumpra-se item "5" dos despacho de f. 157. Intime-se. Boa Vista/RR, 18/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Roberto Guedes Amorim, João Pujucan P. Souto Maior, Catherine Aires Saraiva, Suely Almeida, Hindenburgo Alves de O. Filho.

00102 - 001003059099-5

Requerente: P.H.J.S.; Requerido: M.P.M.A. => Aguarda Preparo do Cartório: oficial pm/rr. Despacho: Oficie-se ao Comando Geral da PM/RR, informando os dados requeridos à f. 112, observando que constam às fls. 07 e 09. Solicite resposta sobre o efetivo cumprimento, no prazo de 05 dias. Boa Vista/RR, 11/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Rita Cássia Ribeiro de Souza, Johnson Araújo Pereira.

00103 - 001003061026-4

Requerente: A.M.K.S.G.; Requerido: E.M.N.S. => Aguarda Preparo do Cartório: cumprir sentença. DECISÃO: Vistos etc. Final da decisão... Onde se lê: E.M.N.S, leia-se: E.M.N.S.. Onde se lê: J.R.N.S., leia-se: J.R.N.S. Cumpra-se o final da sentença. Boa Vista/RR, 10/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Thaumaturgo Cezar Moreira do Nascimento.

NEGATÓRIA DE PATERNIDADE

00104 - 001004091991-1

Autor: D.R.S.; Réu: A.G.N.R. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autor. Despacho: Ao autor para falar sobre a contestação e documentos juntados (fls. 21/40), em 10 dias. Boa Vista/RR, 10/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Conzaes Leite, Geralda Cardoso de Assunção.

PARTILHA

00105 - 001002032102-1

Autor: M.L.M.P. e outros => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) .. Despacho: Vejo que os sucessores entraram em acordo conforme fls. 298/302. Todavia, a homologação depende da apresentação das certidões negativas das esferas administrativas e comprovante do ITCD. Fixo o prazo de 15 dias para tais providências. Boa Vista/RR, 04/11/04. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Severino do Ramo Benício, José Pedro de Araújo, Luiz Fernando Menegais.

REVISIONAL DE ALIMENTOS

00106 - 001002029964-9

Requerente: W.M.S.; Requerido: R.N.M. => Aguarda Preparo do Cartório: cumprir despacho. Despacho: Face ao teor da portaria n.º 702/2004 - oriunda da presidência do TJ/RR e publicada no DPJ, em sua edição n.º 2988 (16/10/04) - Pela qual cessou minha designação para funcionar neste juízo, devolvo o presente feito no estado. Boa Vista/RR, 18/10/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Grece Maria da Silva Matos.

SEPARAÇÃO LITIGIOSA

00107 - 001004081451-8

Requerente: J.A.O.; Requerido: C.A.O. => Vista ao(s) dpe/rr prazo de dia(s). Despacho: Vista à DPE/RR (fls. 38). Boa Vista/RR, 10/11/04. Elvo Pigari Júnior, Juiz de Direito Substituto da 1A Vara Cível. Adv - Oleno Inácio de Matos.

2AVARACÍVEL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) TITULAR:
Rommel Moreira Conrado

PROMOTOR(A) :
Luiz Antonio Araújo de Souza
ESCRIVÃO(A) :
Hudson Luis Viana Bezerra

CAUTELAR INOMINADA

00156 - 001004094407-5

Requerente: Norte Brasil Telecom S/A; Requerido: O Estado de Roraima => FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, com fulcro no art. 267, VIII, do CPC, extingo o processo sem julgamento do mérito. Custas pelo autor. Sem honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moeira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexander Ladislau Menezes, Juliana Junqueira Coelho, Igor Mauler Santiago, André Mendes Moreira, Paula de Abreu Machado Derzi.

EMBARGOS DEVEDOR

00157 - 001004093902-6

Embargante: O Estado de Roraima; Embargado: Lra Barbosa => DESPACHO: Manifeste-se o embargante acerca da impugnação aos embargos. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Diógenes Baleeiro Neto, Francisco das Chagas Batista.

EXECUÇÃO

00158 - 001004091165-2

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: Francisco J Araujo e outros => DESPACHO: Cite-se de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

EXECUÇÃO FISCAL

00159 - 001001003074-9

Exeqüente: Município de Boa Vista; Executado: Jonatan Gonçalves Vieira => FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, com base no art. 174, do CTN, c/c o art. 269, IV, CPC, extingo a presente execução fiscal com julgamento do mérito, sem ônus (custas e honorários) para ambas as partes. Após o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00160 - 001001003121-8

Exeqüente: Município de Boa Vista; Executado: J M Matos Eletrônica Matos => FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, declaro extinta a execução fiscal sem estabelecer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, de acordo com o art. 26 da Lei nº 6.830/80. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00161 - 001001003143-2

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: Comercial Rosas Importação e Exportação Ltda e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque, Geralda Cardoso de Assunção, Anastase Vaptistis Papoortzis, José Ferreira dos Santos.

00162 - 001001003268-7

Exeqüente: Município de Boa Vista; Executado: Nertan Ribeiro Reis => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - João Felix de Santana Neto, Severino do Ramo Benício.

00163 - 001001003342-0

Exeqüente: O Estado de Roraima; Executado: M Marinho da Silva e outros => REPUBLICAÇÃO FINAL DE DESPACHO: Do exposto, defiro o pedido de fls. 72, restituindo ao executado o prazo de 26 dias para oferecimento de embargos. Intime-se o executado, através de seu advogado, pelo DPJ. BV, 04.10.04. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Anastase Vaptistis Papoortzis, Marize de Freitas Araújo Morais, José Ferreira dos Santos, Roberto Guedes Amorim.

00164 - 001001003348-7

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: Cd Shop Comércio Ltda e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exeçúente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Francisco Alves Noronha, Alexandre Machado de Oliveira.

00165 - 001001003361-0

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: Depex Distribuidora Comercial e Importadora Ltda e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exeçúente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00166 - 001001003415-4

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: Gc da Silva Pena e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exeçúente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00167 - 001001003484-0

Exeçúente: Município de Boa Vista; Executado: Martins Refrigeração Ltda => DESPACHO: Expeça-se mandado de avaliação do bem referido às fls. 21. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00168 - 001001003486-5

Exeçúente: Município de Boa Vista; Executado: Cmc Costa => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00169 - 001001003498-0

Exeçúente: Município de Boa Vista; Executado: Ocp Júnior => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00170 - 001001003500-3

Exeçúente: Município de Boa Vista; Executado: Aleel Gonçalves Guimaraes => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00171 - 001001003504-5

Exeçúente: Município de Boa Vista; Executado: Afl da Silva => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 53 contar da data da petição. decorrido o prazo, intime-se o exeçúente para se manifestar. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00172 - 001001003510-2

Exeçúente: Município de Boa Vista; Executado: Ig dos Santos => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício, Lúcia Pinto Pereira.

00173 - 001001003532-6

Exeçúente: Município de Boa Vista; Executado: Terplam Terra Plenagem Ltda => FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, declaro extinta a execução fiscal sem estabelecer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, de acordo com o art. 26 da Lei nº 6.830/80. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00174 - 001001003596-1

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: Mm Barbosa de Moura e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exeçúente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00175 - 001001003623-3

Exeçúente: Município de Boa Vista; Executado: Rm Cardoso => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 53 contar da data da petição. decorrido o prazo, intime-se o exeçúente para se manifestar. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00176 - 001001003649-8

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: F Virino de Lima e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exeçúente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. **AVERBADO** Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00177 - 001001003704-1

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: Nelson Maria Alves de Souza Filho e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exeçúente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00178 - 001001003802-3

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: Diário de Roraima => DESPACHO: Manifeste-se o exeçúente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00179 - 001001003831-2

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: O Frangão Bar e Restaurante Ltda e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exeçúente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00180 - 001001003858-5

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: Bacabeira Materiais de Construção => DESPACHO: Manifeste-se o exeçúente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Marize de Freitas Araújo Morais, Alexandre Machado de Oliveira.

00181 - 001001003884-1

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: Conserge Construções e Serviços Gerais Ltda e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exeçúente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00182 - 001001003926-0

Exeçúente: Município de Boa Vista; Executado: Rocama Ltda => DESPACHO: Cite-se de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00183 - 001001019103-8

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: Ur Rodrigues e outros => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 53 contar da data da petição. decorrido o prazo, intime-se o exeçúente para se manifestar. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Luiz Fernando Menegais, Daniella Torres de Melo Bezerra.

00184 - 001001019129-3

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: Ap de Araújo Importação e outros => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 53 contar da data da petição. decorrido o prazo, intime-se o exeçúente para se manifestar. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00185 - 001001019134-3

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: Computer Informatica Ltda e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exeçúente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00186 - 001001019182-2

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: Marcos & Rocha Ltda e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exeçúente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00187 - 001001019198-8

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: Nef Comércio e Representação Ltda e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exeçúente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00188 - 001001019250-7

Exeçúente: O Estado de Roraima; Executado: Ja de Oliveira e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exeçúente. Boa Vista, 16.11.04.

Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00189 - 001001019356-2

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Msc Araújo => FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, com base no art. 174, do CTN, c/c o art. 269, IV, CPC, extingo a presente execução fiscal com julgamento do mérito, sem ônus (custas e honorários) para ambas as partes. Após o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00190 - 001001019398-4

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Rosa Helena Batista Teixeira Me e outros => DESPACHO: Defiro fls. 66. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00191 - 001001019531-0

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Modelar Comércio e Representações Ltda e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00192 - 001001019610-2

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Deck Com Rep e Serv Ltda => FINAL DE SENTENÇA: Isto posto, com base no art. 174, do CTN, c/c o art. 269, IV, CPC, extingo a presente execução fiscal com julgamento do mérito, sem ônus (custas e honorários) para ambas as partes. Após o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, arquivem-se. P.R.I. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00193 - 001002020631-3

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: O Barros e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00194 - 001002020635-4

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Moreira e Bessa e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00195 - 001002036831-1

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: Célio Alves Rodrigues Júnior => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00196 - 001002037010-1

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: Francisco Sales => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00197 - 001002045576-1

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Carpegiane Barros da Silva e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00198 - 001002045834-4

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Sebastião Mesquita Pimentel => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00199 - 001002046115-7

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: Pericles Viana Bezerra => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00200 - 001002046176-9

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: Raimundo Rodrigues Bezerra => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04.

Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00201 - 001002046178-5

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: Raimunda de Castro Nunes => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00202 - 001002046187-6

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: Sebastiao Leci da Silva => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 53 contar da data da petição. decorrido o prazo, intime-se o exequente para se manifestar. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Severino do Ramo Benício.

00203 - 001002046777-4

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: An Lucia Aguiar => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00204 - 001002046826-9

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: Massilon Oliveira Albuquerque => DESPACHO: Expeça-se mandado de avaliação do bem penhorado. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Severino do Ramo Benício.

00205 - 001002046830-1

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: Dina Comercio Representação e Serviços Ltda => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 53 contar da data da petição. decorrido o prazo, intime-se o exequente para se manifestar. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Severino do Ramo Benício.

00206 - 001002046987-9

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: Francisco Moraes Silvestre => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00207 - 001002050404-8

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: Mec Cnae => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Severino do Ramo Benício.

00208 - 001002051479-9

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: M das G da S Freitas => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00209 - 001002051620-8

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: Jose Ivanildo de Souza => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00210 - 001002051640-6

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: Jesus Frois Coelho => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 53 contar da data da petição. decorrido o prazo, intime-se o exequente para se manifestar. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Severino do Ramo Benício.

00211 - 001002051802-2

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: Rg Rep e Com Ltda e outros => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 53 contar da data da petição. decorrido o prazo, intime-se o exequente para se manifestar. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.
Adv - Severino do Ramo Benício.

00212 - 001002052073-9

Exequente: Municipio de Boa Vista; Executado: Manoel Jose da Silva Filho => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório

(art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00213 - 001002052195-0

Exequente: Município de Boa Vista; Executado: Santos & Souza Ltda => DESPACHO: Cite-se de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00214 - 001002052200-8

Exequente: Município de Boa Vista; Executado: Soraya Ferreira da Silva => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 53 contar da data da petição. decorrido o prazo, intime-se o exequente para se manifestar. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00215 - 001002052212-3

Exequente: Município de Boa Vista; Executado: S Tavares e outros => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00216 - 001002053519-0

Exequente: Município de Boa Vista; Executado: Valdivino Queiroz da Silva => FINAL DE SENTENÇA: Isto Posto, declaro extinta a execução fiscal sem estabelecer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, de acordo com o art. 26 da Lei nº 6.830/80. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00217 - 001002055279-9

Exequente: Município de Boa Vista; Executado: Luis da Silva Pova => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00218 - 001003058862-7

Exequente: Município de Boa Vista; Executado: Contrec Construção Transporte Engenharia Ltda => DESPACHO: Defiro fls. 342. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício, Pedro de A. D. Cavalcante.

00219 - 001003061467-0

Exequente: Município de Boa Vista; Executado: Latife Abdala Salomão => DESPACHO: Encaminha-se ao arquivo provisório (art. 40, § 3º da Lei 6.830/80). Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00220 - 001003064620-1

Exequente: Município de Boa Vista; Executado: Raimunda Vieira Ramos => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00221 - 001004081686-9

Exequente: Município de Boa Vista; Executado: Metalúrgica São Jorge Ltda => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício, Aline Dionísio Castelo Branco.

00222 - 001004081697-6

Exequente: Município de Boa Vista; Executado: Jose Ribamar Bezerra => DESPACHO: O executado ainda não fora intimado, sendo assim, converto o arresto em penhora. Intime-se por edital o executado para opor embargos em 30 dias, caso queira. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Severino do Ramo Benício.

00223 - 001004087547-7

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Edmilson de Sousa Lourenço e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00224 - 001004087555-0

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Luiza Aires da Silva e outros => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 53 contar da data da petição. decorrido o prazo, intime-se o exequente para se manifestar. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito.

Adv - Alexandre Machado de Oliveira, Daniella Torres de Melo Bezerra.

00225 - 001004087562-6

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Carmicelia Rocha Torres e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00226 - 001004087834-9

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Ariana C Martins-me e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00227 - 001004091189-2

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Vicente Elias Macedo e outros => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 53 contar da data da petição. decorrido o prazo, intime-se o exequente para se manifestar. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00228 - 001004091190-0

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Creuza de Oliveira Silva e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira, Alexandre Machado de Oliveira.

00229 - 001004091195-9

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Rgs Filho e outros => DESPACHO: Cite-se de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00230 - 001004091787-3

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Gerson Edilson Lima dos Santos e outros => DESPACHO: Defiro pedido de fls. Cite-se na forma do art. 8º, inciso IV da LEF. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00231 - 001004091795-6

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Maria Concebida S Mota e outros => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 53 contar da data da petição. decorrido o prazo, intime-se o exequente para se manifestar. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00232 - 001004091812-9

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: J Costa dos Santos e outros => DESPACHO: Defiro pedido de fls. Cite-se na forma do art. 8º, inciso IV da LEF. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00233 - 001004091820-2

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Maria Lucinda da Silva e outros => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 53 contar da data da petição. decorrido o prazo, intime-se o exequente para se manifestar. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00234 - 001004091821-0

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Servilar Móveis Ltda e outros => DESPACHO: Defiro a suspensão do processo de acordo com o requerido às fls. 53 contar da data da petição. decorrido o prazo, intime-se o exequente para se manifestar. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00235 - 001004093342-5

Exequente: O Estado de Roraima; Executado: Auto Pecas Fortaleza Ltda e outros => DESPACHO: Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 16.11.04. Rommel Moreira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

INDENIZAÇÃO

00236 - 001003072442-0

Autor: Aurea Lucia Melo Oliveira Correa; Réu: O Estado de Roraima => FINAL DE SENTENÇA: Isto posto, julgo parcialmente procedente o pedido de danos materiais e procedente o danos morais, extinguindo o processo com julgamento de mérito, com fulcro no art. 269, II, CPC, condenando o Réu a pagar à Autora: a) à título de danos materiais a quantia de R\$ 23.522,00 (vinte e três mil e quinhentos e vinte e dois reais), com correção monetária pelo índice adotado pelo Poder Judiciário Estadual, ou outro que venha a substituí-lo e juros de 1% (um por cento) ao mês, anualmente capitalizados, calculados ambos a partir do evento danoso. (Súmula 54 STJ); b) à título de danos morais, a quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), com correção monetária pelo índice adotado pelo Poder Judiciário Estadual, ou outro que venha a substituí-lo e juros de 1% (um por cento) ao mês, anualmente capitalizados, calculados ambos a partir desta data (item 8.1). Condene o réu, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios fixados, com base no § 4º do art. 20 do CPC, pois vencida a Fazenda Pública e tendo em vista especialmente o trabalho desenvolvido e a simplicidade da causa, em R\$ 1.000,00 (um mil reais). Deixo de condenar o réu no pagamento das custas em razão da parte autora, beneficiária da justiça gratuita, não ter efetuado tal despesa e a Fazenda Pública dela ser legalmente isenta. Decorrido o prazo recursal, com ou sem interposição de recurso voluntário, subam os autos ao Eg. TJRR por força de reexame necessário. P.R.I. Boa Vista, 16 de novembro de 2004. Rommel Moeira Conrado. Juiz de Direito. Adv - Johnson Araújo Pereira, Antônio Pereira da Costa.

3AVARACÍVEL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) TITULAR:
Jefferson Fernandes da Silva
PROMOTOR(A) :
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(A) :
Christiany Moreira Almeida
Elezeyde Maria Mendonça de Oliveira
Glaysen Alves da Silva

ANULATÓRIA ATO JURÍDICO

00237 - 001003058556-5

Autor: Mecânica União Indústria e Comércio Ltda; Réu: Nerli de Faria Albernaz e outros => ATO ORDINATÓRIO: Intimação do advogado de PEDRO MESSIAS PEREIRA, Dr. NATANAEL GONÇALVES VIEIRA, OAB/RR 119A, para querendo apresentar contra-razões ao recurso interposto, no prazo de lei. Adv - Josué dos Santos Filho, Geraldo João da Silva, Silas Cabral de Araújo Franco, Natanael Gonçalves Vieira.

CAUTELAR INOMINADA

00238 - 001002024043-7

Requerente: Sinter Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima; Requerido: Cartório do 2º Ofício de Boa Vista => DESPACHO: Vistos, em inspeção. Por mandado, intime-se o Cartório do 2º Ofício, da decisão proferida às fls. 54. BV, 03/11/04. Jefferson Fernandes da Silva - Juiz de Direito. Adv - Pedro Xavier Coelho Sobrinho.

CONCORDATA PREVENTIVA

00239 - 001002027921-1

Requerente: Super Gelo Indústria e Comércio Ltda => FINAL DE DECISÃO: Após o recadastramento deste Juízo no Sistema BACENJUD, voltem-me os autos para a realização das providências solicitadas pela nova síndica, quanto às instituições financeiras. Intime-se o MP, a Síndica e o Falido, por seu patrono. Cumpra-se. BV, 09/11/04. Jefferson Fernandes da Silva - Juiz de Direito. Adv - Artemilce Nogueira Montezuma, Hindenburgo Alves de O. Filho, Joaquim Pinto S. Maior Neto.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00240 - 001001004724-8

Exequente: Kirlen Gardel Bueno Felipe Timbó; Executado: Salatiel Ubirajara Aquino => FINAL DE DECISÃO: Pelo exposto, acolhendo indicação de bens antes efetuada pelo credor, e sua alegação de ocorrência de fraude à execução, com fulcro no art. 593, II, CPC, e sua alegação de ocorrência da aventada fraude à execução e declaro a ineficácia da venda do veículo FORD F.250 - Placa NAI 4838, em relação ao exequente, determinando a sua

penhora e apreensão junto a quem estiver em sua posse, com remoção e depósito em poder do representante legal do exequente. Em virtude da prática de fraude à execução constituir-se em atentado à dignidade da justiça, conforme (art. 600, I, CPC), declaro o executado incidente na multa em montante igual a 20 % do valor atualizado do débito em execução, a ser revertida em proveito do credor, nos termos do art. 601, do CPC. Outrossim, determino a penhora do veículo FORD F 100 - Placa NAH 0329, e sua apreensão junto a quem estiver em sua posse, com remoção e depósito em poder do representante legal do exequente, mediante Mandado a ser cumprido nesta com marca, ou mediante Carta Precatória, se se encontrar o veículo na cidade de Manaus, para onde transferido seu registro; bem como determino a penhora do imóvel onde funciona a empresa Churrascaria "LA CARRETA", no percentual de 50%, correspondente à meação do executado, conforme Termo de Dissolução de Sociedade de Fato, fls. 318. Determino ainda a penhora do veículo GM VECTRA que estiver na posse do executado, confessado de sua propriedade quando da lavratura do Termo de Dissolução de Sociedade de Fato, conforme documento de fls. 318, já referido. Ademais, determino ao cartório que requirite do alienante fiduciário BANCO DIBENS S/A informações sobre a atual situação do veículo FORD COURIER - Placa NAI 4400; bem como requirite do alienante fiduciário BANCO ITAÚ S/A informações sobre a atual situação do veículo FORD F.1000, placa NAH 0329. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 11/11/04. Jefferson Fernandes da Silva - Juiz de Direito. Adv - Marcos Antônio C de Souza, Roberto Guedes Amorim, Milson Douglas Araújo Alves, Franciele Coloniese Bertoli.

FALÊNCIA

00241 - 001001004011-0

Requerente: Seleccionadora de Sementes Nogueira Ltda; Requerido: Fr Amaya Medina => FINAL DE DECISÃO: Após, requirite-se da instituição Banco do Brasil S/A a restituição dos valores por ele indevidamente distribuídos e apropriados, devidamente atualizados, conforme cálculos da contabilidade, no prazo de 10 (dez), sob pena de responsabilização criminal. Oportunamente decidirei sobre o pedido do síndico (fls. 293), e os demais itens da promoção ministerial referida. Intime-se o MP, o síndico e o Banco do Brasil S/A. Cumpra-se. Boa Vista, 09/11/04. Jefferson Fernandes da Silva - Juiz de Direito. Adv - Erivaldo Sérgio da Silva, Domingos Sávio Moura Rebelo, José Arivaldo de Azevedo.

00242 - 001002027897-3

Requerente: Carlos Kimak & Cia Ltda e outros => ATO ORDINATÓRIO: Diga o falido, por seu patrono. Adv - Irlanda Lúcia Andrade Vieira, Johnson Araújo Pereira, Geraldo João da Silva.

HABILITAÇÃO DE CRÉDITO

00243 - 001001004712-3

Autor: Banco do Brasil S/A; Réu: Fck Construtora Ltda => FINAL DE DESPACHO: Cumpra a síndica, então, o despacho de fls. 52v. Outrossim, após a apresentação dos relatórios acima referidos, faça a síndica a comunicação, nos autos de falência, do montante dos créditos declarados, prevista no art. 63, XI, LF. Cumpra-se. BV, 09/11/04. Jefferson Fernandes da Silva - Juiz de Direito. Adv - Luiz Augusto dos Santos Porto, José Luiz Antônio de Camargo, Artemilce Nogueira Montezuma, José Arivaldo de Azevedo.

INDENIZAÇÃO

00244 - 001001006412-8

Autor: Nilde Dias Evangelista Barros e outros; Réu: Comercio e Transportes Boa Esperança => FINAL DE SENTENÇA: Pelo exposto, declaro extinto o feito sem julgamento do mérito, na forma do art. 267, inciso III e § 1º, do CPC. Assistência Judiciária. P.R.I. Boa Vista/RR, 05/11/04. Jefferson Fernandes da Silva - Juiz de Direito. Adv - Rosangela Pereira de Araújo.

00245 - 001003063675-6

Autor: Italo da Silva Souza; Réu: Rogerio Batista da Silva e outros => ATO ORDINATÓRIO: Intimação das partes para estarem presentes à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 01/02/2005, às 09:30 h Adv - Antônio Cláudio de Almeida, Francisco das Chagas Batista, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Rodolpho César Maia de Moraes, Helaine Maise de Moraes.

00246 - 001003075340-3

Autor: Paulo Sergio Firmino; Réu: Sérgio Ferreira e outros => R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com correção monetária pelo índice

adotado pelo Poder Judiciário Estadual, ou outro que venha a substituí-lo e juros de 1% (um por cento) ao mês, anualmente capitalizados, calculados ambos a partir desta data. (item 8.1). Condeno ainda os Réus a pagarem as custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação. Após o trânsito em julgado, pagas as custas ou extraídas as certidões, archive-se. P.R.I. Boa Vista, 16 de novembro de 2004. Rommel Moreira Conrado - Juiz de Direito. Adv - Ellen Euridice C. de Araújo, Geralda Cardoso de Assunção, Francisco de Assis Guimarães Almeida.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

00247 - 001003066468-3

Autor: Roni Antônio Alves da Silva; Réu: Rita Macedo da Silva => FINAL DE DESPACHO: Assim retornem os autos ao Defensor Público nomeado para que se manifeste, expressamente, sobre o despacho de fls. 79. Intime-se o autor. Cumpra-se. BV, 03/11/04. Jefferson Fernandes da Silva - Juiz de Direito. Adv - Públio Rêgo Imbiriba Filho, José João Pereira dos Santos.

4A VARACÍVEL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) TITULAR:
Cristovão José Suter Correia da Silva
JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:
Délcio Dias Feu
PROMOTOR(A):
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(A):
Maria do Perpétuo Socorro N de Queiroz

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

00248 - 001002055332-6

Requerente: O Ministério Público do Estado de Roraima; Requerido: Aspbbras Associação dos Servidores Públicos Brasileiros => DESPACHO: Em virtude da decisão de fls. 158/159 e de fls. 234, não se pode mais falar em oferecimento de contestação, ante a preclusão da matéria. Desentranhe-se os documentos juntado pelo réu devolvendo-os. Observe o réu o artigo 17 do CPC. Feito isso, concluso para sentença. BV-04/11/04. Délcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Jean Pierre Michetti.

AÇÃO DE COBRANÇA

00249 - 001002053495-3

Autor: Bsh Continental Eletrodomésticos Ltda; Réu: e de Oliveira Ribeiro => DESPACHO: I - Defiro o pedido de suspensão; II - Após manifeste-se. BV-22/10/04. Délcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Therezinha de Jesus da Costa Winkler, Neuza Del Ciampo.

AÇÃO RESCISÓRIA

00250 - 001004092616-3

Autor: Euclides Monnerat Solon de Pontes e outros; Réu: Joao Felix de Santana Neto => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Certidão fls. 73 (v). (Port.02/99). Adv - Emerson Luis Delgado Gomes.

ANULATÓRIA

00251 - 001002036399-9

Autor: Naronete Peixoto Pinheiro; Réu: Ford Leasing S/A Arrendamento Mercantil => DESPACHO: Defiro (fls. 279). Expeça-se os alvarás. Após, archive-se. BV-26/10/04. Délcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Catherine Aires Saraiva, José Ribamar Abreu dos Santos.

BUSCA E APREENSÃO

00252 - 001004092373-1

Requerente: Nelson Moraes de Souza; Requerido: Leila Rodrigues da Paz Oliveira => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Certidão fls. 15v. (Port.02/99). Adv - José Luiz Antônio de Camargo.

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00253 - 001002054951-4

Autor: Consorcio Nacional Embrakon S/c Ltda; Réu: Maria Benedita Gonçalves => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Custas Finais

R\$25,00. (Port.02/99). Adv - José Francisco da Silva, Alexander Ladislau Menezes, Sívirino Pauli.

00254 - 001004089592-1

Autor: Banco Bradesco S/A; Réu: Roberto Gambim => REPUBLICAÇÃO/DESPACHO: Defiro (fls. 28). BV-26/10/04. Délcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Maria Lucilia Gomes.

00255 - 001004094536-1

Autor: Banco Fiat S/A; Réu: Aldenice Josefa de Melo Albuquerque => DESPACHO: Regularize o autor a sua representação processual. BV12/11/04. Délcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Elaine Bonfim de Oliveira.

00256 - 001004094596-5

Autor: Consorcio Nacional Embrakon S/c Ltda; Réu: Francisco Rodrigues de Brito => DESPACHO: Regularize o autor a sua representação processual, sob pena de indeferimento. BV12/11/04. Délcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Maria Lucilia Gomes.

CAUTELAR INOMINADA

00257 - 001003070884-5

Requerente: Escritorio Central de Arrecadação Distribuição-ecad; Requerido: Bloco Vem Comigo e outros => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Certidão fls. 30 (v). (Port.02/99). Adv - Félix de Melo Ferreira.

00258 - 001004096146-7

Requerente: O Ministério Público do Estado de Roraima; Requerido: Ana Claide dos Santos Souza => DESPACHO: Designe-se, com urgência, mesmo extra-pauta, audiência de justificação, intimando-se as pessoas referidas a fls. 03. Intime-se o MP. Intimação das partes para comparecerem a audiência de justificação, designada para o dia 26/11/04, às 09:00 horas. BV-18/11/04. Délcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DEPÓSITO

00259 - 001002041462-8

Autor: Banco General Motors S/A; Réu: Jaciara da Silva Viana => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Certidão fls. 74v. (Port.02/99). Adv - Rodolpho César Maia de Moraes.

00260 - 001003069777-4

Autor: Banco Honda S/A; Réu: Carlos Ferreira Souza => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Edital de Citação. (Port.02/99). Adv - Sívirino Pauli.

DESPEJO F. PAGTO/COBRANÇA

00261 - 001003059951-7

Requerente: Vera Lúcia dos Santos Almeida; Requerido: Edson Dick => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Certidão fls. 58v. (Port.02/99). Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira, Messias Gonçalves Garcia.

00262 - 001004094161-8

Requerente: Cine Foto ótica Canarinho Ltda; Requerido: Opção Acadêmica Ltda => DESPACHO: Cite-se para contestar ou pagar a mora. BV-26/10/04. Délcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Rommel Luiz Paracat Lucena.

DESPEJO FALTA PAGAMENTO

00263 - 001001015291-5

Requerente: Alvaro Vital Cabral da Silva; Requerido: Gerson José dos Santos => DESPACHO: Transcorrido o prazo de apresentação de memoriais, com apresentação somente do réu. Processo pronto para sentença, observada a ordem de antigüidade. BV-13/10/04. Délcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Juzeuter Ferro de Souza, José Luiz Antônio de Camargo.

EXECUÇÃO

00264 - 001001000043-7

Exequente: Albert Eugen Oestereich; Executado: Moisés Lima da Silva => ATO ORDINATÓRIO: Ao requerido - Certidão solicitada. (Port.02/99). Adv - Alcides da Conceição Lima Filho, Stélio Baré de Souza Cruz.

00265 - 001001005060-6

Exequente: Itautinga Agro Industrial S/A; Executado: Ricardo Herculan Bulhões de Mattos => DESPACHO: Diga o exequente qual a sua pretensão. Anote-se (fls. 96). BV-26/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Antonio Carlos Bernardes Filho, Domingos Sávio Moura Rebelo.

00266 - 001001005158-8

Exequente: Banco do Brasil S/A; Executado: Tjm de Macedo e outros => ATO ORDINATÓRIO: Intimação das partes para comparecerem as PRAÇAS designadas para: 1.a PRAÇA - 15/02/05 e a 2.a PRAÇA - 02/03/05, ambas às 09:00 horas (Port. 02/99). Adv - Johnson Araújo Pereira, Moacir José Bezerra Mota.

00267 - 001001005331-1

Exequente: Lira e Cia Ltda; Executado: Edmundo Oliveira Lima => DESPACHO: Manifeste-se o autor. BV26/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Rodolpho César Maia de Moraes, Francisco das Chagas Batista, Helaine Maise de Moraes, Arthur Carvalho.

00268 - 001001005535-7

Exequente: Getúlio Alberto de Souza Cruz; Executado: Paulo Roberto Barbosa => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Certidão fls.112 (v). (Port.02/99). Adv - Stêlio Barê de Souza Cruz.

00269 - 001001005570-4

Exequente: Almira Mary Cordeiro de Araújo; Executado: Sergio Juvino Villar => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Certidão fls.80 (v). (Port.02/99). Adv - Helder Figueiredo Pereira, Domingos Sávio Moura Rebelo.

00270 - 001001005943-3

Exequente: Banco Bradesco S/A; Executado: Ara Lucena e outros => ATO ORDINATÓRIO: As partes sobre - Auto de avaliação. (Port.02/99). Adv - Helder Figueiredo Pereira.

00271 - 001002035895-7

Exequente: Jose Souza da Silva; Executado: Emira Barros Filgueira => DESPACHO: I - Defiro o pedido de suspensão; II - Após manifeste-se o autor. BV-26/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Messias Gonçalves Garcia, Natanael Gonçalves Vieira.

00272 - 001002043113-5

Exequente: Norte Locadora e Serviços Ltda; Executado: Romero Jucá Filho => DESPACHO: Diga o exequente se a sentença anexa, diz respeito ao título de execução. BV-26/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Antônio Cláudio de Almeida, Antônio Agamenon de Almeida, Hindenburgo Alves de O. Filho, Pedro Xavier Coelho Sobrinho.

00273 - 001002050792-6

Exequente: Banco da Amazônia S/A; Executado: Joselito Soares de Souza e outros => DESPACHO: O despacho é referente a fls. 71. Diga o exequente. BV-26/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Maria da Glória de Souza Lima, José Jerônimo Figueiredo da Silva.

00274 - 001003059030-0

Exequente: Conasa Delima Comércio e Navegação Ltda; Executado: Waldecir J Fontana => DESPACHO: Diga o exequente sobre a indicação de fls. 123, facultando-se a efetiva fiscalização para verificar o estado dos bens. BV-20/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Jorge da Silva Fraxe, Natanael Gonçalves Vieira, Ítalo Diderot Pessoa Rebouças.

00275 - 001003060707-0

Exequente: Denise Aparecida Pinto Fonseca; Executado: Associação Nacional de Assistência Aos Servidores Públicos => DESPACHO: Defiro (fls. 63). BV-26/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Denise Abreu Cavalcanti, Alberto Jorge da Silva.

00276 - 001003061364-9

Exequente: Luzia Pavão Barros; Executado: José Gonçalves de Souza e outros => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Tx. Judiciária e auto de adjudicação (Port. 02/99). Adv - Geórgida Fabiana M. de Alencar Costa, Gerórgida Fabiana Moreira de Alencar.

00277 - 001003063003-1

Exequente: Banco do Brasil S/A; Executado: Gerson Campos de Souza => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Certidão fls.46 (v). (Port.02/99). Adv - Johnson Araújo Pereira.

00278 - 001003063016-3

Exequente: Banco do Brasil; Executado: Joaquim Rogério Borba => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Certidão fls.41. (Port.02/99). Adv - Johnson Araújo Pereira.

00279 - 001003075568-9

Exequente: Banco do Brasil S/A; Executado: Francisco Paulo Messias => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Certidão fls.50v. (Port.02/99). Adv - Silvana Borghi Gandur Pigari.

00280 - 001004093239-3

Exequente: Oscar Maggi; Executado: Maia's Agrícola Ltda e outros => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Certidão fls.30v. (Port.02/99). Adv - Messias Gonçalves Garcia.

00281 - 001004094229-3

Exequente: Cataratas Poços Artesianos Ltda; Executado: Clemente Sokolowicz => DESPACHO: Cite-se. Fixo honorários de 10%, salvo embargos. BV-21/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Alexander Ladislau Menezes .

EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS

00282 - 001001005102-6

Exequente: Stêlio Dener de Souza Cruz; Executado: Micromaster Serviços de Informática Ltda => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Certidão fls.190 (v). (Port.02/99). Adv - Samuel Weber Braz, Stêlio Barê de Souza Cruz.

00283 - 001004085315-1

Exequente: Mamede Abrão Netto; Executado: Maria das Graças Braga Santiago => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. (Port.02/99). Adv - Mamede Abrão Netto.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00284 - 001001005512-6

Exequente: Antônio Idalino de Melo; Executado: Gerson Edilson Lima dos Santos => ATO ORDINATÓRIO: Intimação das partes para comparecerem as PRAÇAS designadas para: 1.a PRAÇA - 01/12/04 e a 2.a PRAÇA - 16/12/05, ambas às 10:30 horas (Port. 02/99). Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Ellen Euridice C. de Araújo, Jaeder Natal Ribeiro, Rodolpho César Maia de Moraes.

IMPUGNAÇÃO VALOR DA CAUSA

00285 - 001004094440-6

Impugnante: Telemar Norte Leste S/A; Impugnado: Maria de Lourdes Araujo Pinho => DESPACHO: Apense-se. BV-26/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Alexander Ladislau Menezes .

INDENIZAÇÃO

00286 - 001003063708-5

Autor: Maria Aldinira de Sousa Filha; Réu: Luiz Carlos Sokolowicz => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Documentos Desentranhados. (Port.02/99). **AVERBADO** Adv - Ana Beatriz Oliveira Rêgo, Sebastião Ernesto Santos dos Anjos.

00287 - 001003075705-7

Autor: Jorge Jardim Zaca; Réu: Hsbc Seguros Brasil S/A e outros => ATO ORDINATÓRIO: Intimação das partes para comparecerem a audiência de conciliação, designada para o dia 15/12/04, às 10:00 horas (Port. 02/99). Adv - Milson Douglas Araújo Alves, Jorge da Silva Fraxe, Helder Figueiredo Pereira, Marcos Antônio C de Souza.

00288 - 001004081047-4

Autor: Juracy Correa das Neves; Réu: George Ailton Oliveira => DESPACHO: Intime-se por edital. BV-26/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Haydée Nazaré de Magalhães, Jaeder Natal Ribeiro.

00289 - 001004091015-9

Autor: Ridalvo Alves de Araújo; Réu: Unimed Boa Vista Cooperativa de Trabalho Médico e outros => DESPACHO: Defiro (fls. 44). BV-26/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Elias Bezerra da Silva.

00290 - 001004091681-8

Autor: Jacídio Carvalho dos Santos; Réu: Toniolli Construções Ltda => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Certidão fls.21v. (Port.02/99). Adv - Jaeder Natal Ribeiro.

00291 - 001004092161-0

Autor: Manoel Eduardo Matias da Silva; Réu: Antonieta Magalhães Aguiar => REPUBLICAÇÃO/DESPACHO: Digam as partes acerca dos retorno dos autos. BV,03/11/04. Dr. Cristóvão Ster - Juiz de Direito. Adv - Elidoro Mendes da Silva.

00292 - 001004094114-7

Autor: Marcelo Fernando Mariano Mora; Réu: Editora Valer e outros => DESPACHO: Cite-se por via postal. BV-18/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Rommel Luiz Paracat Lucena.

MONITÓRIA

00293 - 001002052443-4

Autor: Roraima Factoring e Formento Mercantil Ltda; Réu: Iogurte Equatorial Ind e Com Ltda => DESPACHO: Defiro fls. 36; Prazo de 20 dias. BV-19/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Clodoci Ferreira do Amaral, Cecília Maria Alegretti.

00294 - 001002052447-5

Autor: Roraima Factoring e Formento Mercantil Ltda; Réu: Francuiles Pinto de Oliveira => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor - Edital. (Port.02/99). Adv - Clodoci Ferreira do Amaral, Cecília Maria Alegretti.

ORDINÁRIA

00295 - 001001005073-9

Requerente: Hf Lúcio e Cia Ltda; Requerido: Consórcio Ep Boa Vista => DESPACHO: Cite-se por Edital. BV-26/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Agenor Veloso Borges, José Pedro de Araújo, Messias Gonçalves Garcia.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

00296 - 001003072441-2

Autor: Neudo Campos Empreendimentos Imobiliários Ltda; Réu: Carla Andréia Miranda Feitosa Mota => DESPACHO: Especifiquem as provas que pretendem produzir. BV-20/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Francisco Alves Noronha.

USUCAPIÃO

00297 - 001001005550-6

Autor: José Casimiro da Silva e outros; Réu: Raimundo Mariano dos Santos => DESPACHO: Defiro o pedido de fls. 167v. BV-20/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Paulo Afonso de S. Andrade.

00298 - 001004079331-6

Autor: Antônio da Costa Reis e outros; Réu: João Batista Medeiros de Matos e outros => DESPACHO: Providencie o autor a correta citação. BV-20/10/04. Dêlcio Dias Feu - Juiz de Direito Substituto. Adv - Juciê Ferreira de Medeiros, Augusto Dantas Leitão.

SAVARACÍVEL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) TITULAR:

Mozarildo Monteiro Cavalcanti

PROMOTOR(A):

Jeanne Christhine Fonseca Sampaio

Zedequias de Oliveira Junior

ESCRIVÃO(A):

Maria das Graças Barroso de Souza

Wander do Nascimento Menezes

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00299 - 001003072205-1

Autor: Banco Dibens S/A; Réu: Solange Morais Retroz => Intimação da parte AUTORA para receber documento(s) desentranhado(s), no prazo de 05(cinco) dias (Port. nº 005/99/ GAB/5A V. Cível) Adv - Elaine Bonfim de Oliveira, Álvaro Rizzi de Oliveira.

CAUTELAR INOMINADA

00300 - 001004089077-3

Requerente: Jocélia Maria Silva de Aguiar; Requerido: Boa Vista Energia S/A => Sentença: (...) Face ao exposto, declaro extinto o processo sem julgamento de mérito(CPC, arts. 329 e 267, VI) e condeno a autora ao pagamento das custas processuais. Após o trânsito em julgado, certifique-se quanto às custas, extraindo certidão da dívida ativa, se for o caso, e em seguida archive-se. P.R.I. Boa Vista, 11/11/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Luiz Eduardo Silva de Castilho, Márcio Wagner Maurício, Francisco das Chagas Batista, Rodolpho César Maia de Moraes, Alexandre Cesar Dantas Socorro.

EMBARGOS DE TERCEIROS

00301 - 001003071926-3

Embargante: Paulo César Mucci; Embargado: Paulo Julio Sinésio Filho e outros => Despacho: Tendo em vista o acordo constante no processo que tramita na 1A Vara Cível, no qual o embargante ficou com propriedade do imóvel penhorado, por uma questão de ordem processual, determino a expedição de ofício para a referida Vara solicitando informações sobre a homologação do acordo. Após, venham os autos conclusos. Boa Vista, 16/11/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rodolpho César Maia de Moraes, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Josué dos Santos Filho.

EXECUÇÃO

00302 - 001001006075-3

Exeqüente: Aero Speed Transp Intermodal de Cargas Ltda; Executado: Lv da Silva => Despacho: Manifeste-se a parte exeqüente sobre o interesse no prosseguimento do feito. Boa Vista, 17/11/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Josimar Santos Batista, Sívirino Pauli.

00303 - 001001006572-9

Exeqüente: Parima Dias Veras; Executado: Cooperativa dos Profissionais de Saúde Nível Técnico Tec-1 => Decisão: Foram interpostos embargos de terceiros, os quais foram indeferidos conforme promoção de fl. 238. A parte embargante apelou, tendo a apelação sido recebida no duplo efeito. Assim, determino suspensão do andamento processual da presente execução até o julgamento do referido recurso. Boa Vista, 18/10/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Liliana Regina Alves.

00304 - 001001006968-9

Exeqüente: Banco do Estado de Roraima S/A; Executado: Rocha & Chaves Ltda e outros => Despacho: Manifeste-se a parte exeqüente sobre o interesse no prosseguimento do feito. Boa Vista, 17/11/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rodolpho César Maia de Moraes, Antonio Perrira da Costa.

00305 - 001001006973-9

Exeqüente: Banco do Estado de Roraima S/A; Executado: Júlio César Rodrigues dos Santos e outros => Despacho: Despacho: Manifeste-se a parte exeqüente sobre o interesse no prosseguimento do feito. Boa Vista, 17/11/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Hélio Abozaglo Elias, Diógenes Baleeiro Neto.

00306 - 001003075558-0

Exeqüente: Banco do Brasil S/A; Executado: Paulo Pinheiro Raposo => Despacho: Manifeste-se a parte exeqüente sobre o interesse no prosseguimento do feito. Boa Vista, 17/11/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Johnson Araújo Pereira.

00307 - 001003075707-3

Exeqüente: Valter Mariano de Moura; Executado: Juvenato Juarez Gomes => Despacho: Manifeste-se a parte exeqüente sobre o interesse no prosseguimento do feito. Boa Vista, 17/11/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Valter Mariano de Moura.

00308 - 001004093122-1

Exeqüente: João Evangelista Ferreira de Souza e Cia Ltda; Executado: Norte Brasil Telecom S/A => Despacho: Desentranhe-se a petição inicial, devendo ser juntada aos autos principais, efetuando-se a retirada do processo no Siscom. Após, venham os

autos conclusos. Boa Vista, 16/11/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Jaildo Peixoto da Silva.

EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS

00309 - 001004083648-7

Exequente: Rárisson Tataira da Silva; Executado: Jose Geraldo de Melo Junior => Despacho: Manifeste-se a parte exequente sobre o interesse no prosseguimento do feito. Boa Vista, 17/11/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

INDENIZAÇÃO

00310 - 001004081669-5

Autor: A M de Oliveira Me; Réu: Coca-cola Industrias Ltda => Decisão: 1. São pontos controvertidos ato ilícito, a culpa, o dano e o nexo de causalidade entre o ato ilícito e o dano. 2. Defiro os requerimentos de produção de prova testemunhal, de depoimento pessoal da ré e prova testemunhal. A parte ré deve ser intimada na pessoa do seu representante legal. 3. Oficie-se à Vigilância Sanitária para indicação de técnicos habilitados para realizar perícia. 4. Após, venham os autos conclusos. Boa Vista, 16/11/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Rodolpho César Maia de Moraes, George Eduardo Ripper Vianna.

00311 - 001004096083-2

Autor: Jorge Leônidas Souza França; Réu: Banco Bmc S/A => Despacho: Faculto a parte autora à emenda da petição inicial quanto ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, uma vez que o pedido de antecipação de tutela, ainda que parcial, deve coincidir com o principal, já que não é possível antecipar uma tutela não requerida como principal. Efetue, ainda, o pagamento das custas iniciais sob cancelamento da distribuição (art. 257 do CPC). Boa Vista, 16/11/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Marcos Antônio C de Souza.

REVISIONAL DE CONTRATO

00312 - 001003072012-1

Requerente: Rosa de Almeida Rodrigues; Requerido: Sudameris Arrendamento Mercantil S/A => Decisão: 1. São pontos controvertidos a validade das cláusulas contratuais, bem como valor da dívida. 2. Defiro os requerimentos de produção de prova testemunhal, prova pericial e de depoimento pessoal das partes. Observe-se que a parte ré deve ser intimada na pessoa do seu representante legal. 3. Oficie-se ao Conselho Regional de Contabilidade para indicação de técnicos habilitados para fazer perícia contábil. 4. Após, venham os autos conclusos. Boa Vista, 16/11/2004. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira, Antonieta Magalhães Aguiar, Guilherme Campos de Aguiar.

6A VARA CÍVEL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) TITULAR:
Angelo Augusto Graça Mendes
PROMOTOR(A):
Zedequias de Oliveira Junior

AÇÃO DE COBRANÇA

00313 - 001001007840-9

Autor: Angelo Romario Arnoud Battanoli; Réu: Elton da Luz Rohnelt => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autora. Despacho: Diga a parte autora sobre o ofício de fl. 179. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Milton César Pereira Batista, Mamede Abrão Netto, Pedro de A. D. Cavalcante.

00314 - 001001015296-4

Autor: Maria José Araújo de Melo; Réu: Bradesco Seguros S/A => Aguarda resposta precatória. Despacho: Aguarde-se pelo cumprimento da referida precatória. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Muni Lourenço Silva Junior, Denise Abreu Cavalcanti, Fernando O'grady Cabral Júnior.

00315 - 001003064021-2

Autor: Companhia de águas e Esgotos de Roraima S/A; Réu: Davi Luiz de Oliveira => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autora. Despacho: Atente a peticionante de fl. 104 que, neste procedimento, não há falar em audiência de Instrução e Julgamento. Diga, no entanto, se pretente seja designada nova data para realização de extraordinária audiência de conciliação. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Rozane Pereira Ignácio, Luciana Olbertz Alves, Evan Felipe de Souza.

00316 - 001003064475-0

Autor: Companhia de águas e Esgotos de Roraima S/A; Réu: Elane Teixeira Santos => Aguarda providência certificar. Despacho: Certifique o Cartório acerca do cumprimento do despacho de fl. 114. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Rozane Pereira Ignácio, Luciana Olbertz Alves, Evan Felipe de Souza.

00317 - 001003072322-4

Autor: Boa Vista Energia S/A; Réu: Companhia de Desenvolvimento de Roraima - Codesaima => Aguarda expedição de mandado. Despacho: Cite-se nos termos do art. 652, CPC. Fixo honorários em 10% (dez por cento), salvo embargos. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. **AVERBADO** Adv - Maria Dizanete de S Matias, Cleise Lúcio dos Santos, Gemairie Fernandes Evangelista, José Jerônimo Figueiredo da Silva.

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00318 - 001004085652-7

Autor: Banco Bradesco S/A; Réu: Gilvan Severino de Luna => DESPACHO: Defiro (fls. 35/38). Após o transcurso do prazo de suspensão, intime-se para manifestar interesse no prazo de 05 (cinco) dias. Boa Vista, 17 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Cesar de Barros C. Sarmento.

00319 - 001004089351-2

Autor: Banco Dibens S/A; Réu: Vandson Brito Fernandes Taveira => EM AUDIÊNCIA O MM. JUIZ PROFERIU A SEGUINTE DECISÃO: Não havendo possibilidade de acordo passo a sanear o feito: I - Fixo como ponto controvertido o valor real do débito; II - Não há questões preliminares a serem solvidas; III - Não vislumbro necessidade de produção de provas em audiência, posto que hipótese de julgamento antecipado da lide, conforme inciso I, do artigo 330, do CPC. As partes, querendo, poderão apresentar suas alegações finais a serem oferecidas por memoriais no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias. Após o decurso deste, façam-se os autos conclusos para sentença. As partes presentes saem desde já cientes desta decisão. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Elaine Bonfim de Oliveira, Mário Junior Tavares da Silva, Augusto Dantas Leitão.

00320 - 001004092085-1

Autor: Banco Alvorada S/A; Réu: Alexandre Pinto de Souza => Aguarda providência certificar. Despacho: Mantenho decisão recorrida por seus próprios fundamentos. Certifique o Cartório acerca do cumprimento pela parte autora do despacho de fl. 24. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Maria Lucilia Gomes, Luciana Rosa da Silva.

00321 - 001004092087-7

Autor: Banco Alvorada S/A; Réu: Arlindo Antonio Muller => Aguarda providência certificar. Despacho: Mantenho decisão recorrida por seus próprios fundamentos. Certifique o Cartório acerca do cumprimento pela parte autora do despacho de fl. 25. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Maria Lucilia Gomes, Luciana Rosa da Silva.

EMBARGOS DE TERCEIROS

00322 - 001004089017-9

Embargante: Francisco das Chagas de Souza Barros; Embargado: Banco Bradesco S/A => DESPACHO: Defiro fl. 25. Prazo de 05 (cinco) dias. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Luiz Augusto Moreira, Helder Figueiredo Pereira.

EMBARGOS DEVEDOR

00323 - 001003059108-4

Embargante: Ana Rita Menezes de Souza; Embargado: O Ministerio Publico do Estado de Roraima => Aguarda providência vistas dpe. Despacho: Vistas dos autos à Defensoria Pública para manifestar-se quanto às fls. 113/115. Encaminhe-se a fita mencionada juntamente com os autos.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Emira Latife Lago Salomão.

00324 - 001004078361-4

Embargante: Cerâmica Santa Rita Indústria e Comércio Ltda; Embargado: Aferr Agência de Fomento do Estado de Roraima S/A => Aguarda providência anote-se. Despacho: Defiro(fl.75).Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - José Rogério de Sales, Paulo Marcelo A. Albuquerque.

00325 - 001004084487-9

Embargante: Daimlerchrysler Leasing Arrendamento Mercantil S/A; Embargado: José Luiz Antônio Camargo => DESPACHO: Designo o dia 02 de fevereiro de 2005, às 09h30min, para realização de audiência preliminar. Intimem-se as partes para, justificando, indicarem as provas que pretendem produzir em audiência, bem como comparecerem ao aludido ato ou se fazerem representar por procuradores habilitados a transigir. Boa Vista, 17 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Edmarie de Jesus Cavalcante, José Luiz Antônio de Camargo.

00326 - 001004092058-8

Embargante: Companhia Energética de Roraima S/A; Embargado: Samuel Weber Braz => FINAL DE SENTENÇA: (...) Sendo assim, pelo aspecto fático e fundamentos jurídicos expostos, julgo improcedente o pedido autoral, extinguindo, por consequência, o processo com julgamento do mérito, na forma do inciso I, do artigo 269, do Código de Processo Civil, devendo, desta forma, o processo de execução correlato seguir seu curso normal. Condeno, ainda, a embargante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em quantia equivalente a R\$ 9.427,00 (nove mil, quatrocentos e vinte sete reais), na forma do parágrafo 4º, do artigo 20, do aludido Diploma Legal. Extraia-se cópia desta decisão, juntando-a aos autos da execução aludida. P. R. I. Transitada esta decisão em julgado, certifique-se. Após, remeta-se à Contadoria Judicial para cálculo das custas finais e intime-se para pagamento. Pagas as custas, com as baixas devidas, archive-se. Caso aquele não ocorra, extraia-se Certidão da Dívida Ativa e a encaminhe à Corregedoria-Geral de Justiça do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. Boa Vista, 17 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Helaine Maise de Moraes, Samuel Weber Braz.

EXECUÇÃO

00327 - 001001007044-8

Exequente: JI Moreira; Executado: Antônio Flávio Mello Marcondes => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) exequente. Despacho: Requeira o exequente o que entender cabível.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Mamede Abrão Netto, Milton César Pereira Batista.

00328 - 001001007059-6

Exequente: Banco do Estado de Roraima S/A; Executado: Carlos Filho Ramalho e outros => Aguarda providência anotar. Despacho: Defiro (fl. 302).Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Anastase Vaptistis Papoortzis, Paulo Marcelo A. Albuquerque, Diógenes Baleeiro Neto.

00329 - 001001007584-3

Exequente: Banco do Estado de Roraima S/A; Executado: Terplan Terraplantagem Ltda e outros => DESPACHO: Cumpra-se integralmente o despacho de fl. 205. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Jorge da Silva Fraxe, Antônio Pereira da Costa.

00330 - 001001007594-2

Exequente: Sivrino Pauli; Executado: Francisco Mourão dos Santos => Aguarda expedição de mandado. Despacho: Renove-se a diligência de fl. 190, no endereço constante de fl. 193.Boa Vista, 18

de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Sivrino Pauli.

00331 - 001001007715-3

Exequente: Banco Bradesco S/A; Executado: Alcimara Luiza Barbosa Rosa e outros => DESPACHO: Indefiro (fl. 152), já que já houve arrematação do bem. Defiro, ainda, pedido de fl. 148. Expeça-se a respectiva carta. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Helder Figueiredo Pereira, Francisco das Chagas Batista.

00332 - 001001007835-9

Exequente: Banco da Amazônia S/A; Executado: Edil dos Santos Magalhães => Aguarda expedição de carta precatória. Despacho: Defiro(fl.275). Expeça-se a respectiva carta.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Sivrino Pauli.

00333 - 001002029879-9

Exequente: I.A.I.; Executado: A.D.T. => Aguarda providência cumprir despacho. Despacho: Cumpra-se a parte final da sentença de fl. 252.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Antonio Carlos Bernardes Filho.

00334 - 001003062730-0

Exequente: Banco do Brasil S/A; Executado: Lourenço Alves Catarino => Aguarda providência designar hasta. Despacho: Defiro(fl. 106). Designe-se nova data para realização da hasta pública.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Silvana Borghi Gandur Pigari.

00335 - 001003075496-3

Exequente: Propec Produtos para Agropecuária Ltda; Executado: Supermercado Butekão Ltda => Aguarda providência contadaria. Despacho: Remetam-se os autos à Contadoria para atualização do débito, na forma requerida à fl.109. Após, conclusos.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Álvaro Rizzi de Oliveira.

00336 - 001004092174-3

Exequente: Caçulão Materiais de Construção Ltda; Executado: Beniran Gama Gonzalez => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) exequente. Despacho: Diga o exequente sobre a certidão de fl. 24 v.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Maria Emília Brito Silva Leite.

00337 - 001004092657-7

Exequente: Perdigão Agroindustrial S/A; Executado: Supermercado Butekão Ltda => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) prazo 15 dias. Despacho: Defiro fl. 47. Prazo de 15 (quinze) dias.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Helder Figueiredo Pereira.

00338 - 001004096042-8

Exequente: Sílio de Freitas; Executado: Banco Sudameris Arrendamento Mercantil S/A => Aguarda providência desentranhar. Despacho: Desentranhe-se fls. 02/21, juntando-as aos autos em apenso, promovendo-se, via Cartório Distribuidor, com as devidas baixas deste, já que a Ação de Execução não é promovida em autos apartados.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Maria do Socorro R de Freitas.

EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS

00339 - 001003073661-4

Exequente: Dorival Comar e outros; Executado: Equipel Equipamentos e Peças Ltda => Aguarda providência certificar. Despacho: Certifique o Cartório quanto a realização dos leilões. Desentranhe-se o AR de fl. 47 e junte-se aos devidos autos. Após, conclusos.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Sivrino Pauli.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00340 - 001001007331-9

Exequente: Fck Construtora Ltda; Executado: Daimlerchrysler Leasing Arrendamento Mercantil S/A => Aguarda expedição de ofício. Despacho: Cumpra o Cartório com despacho de fl.324.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes.

Juiz de Direito Substituto. Adv - José Luiz Antônio de Camargo, Edmarie de Jesus Cavalcante, Aurideth Salustiano do Nascimento.

00341 - 001001007536-3

Exequente: Julio Gomes Moraes; Executado: L Kotinski => Aguarda resposta solicitação. Despacho: Aguarde-se conforme determinado à fl.276.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira, Marcos Antônio C de Souza, Josimar Santos Batista, Samuel Weber Braz.

00342 - 001001007683-3

Exequente: Edmilson da Silva Garcia; Executado: Ricardo Herculano Bulhoes de Mattos => Aguarda expedição de carta precatória. Despacho: Defiro item "d" de fl.246. Expeça-se a respectiva carta.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Pedro de A. D. Cavalcante, James Pinheiro Machado, José Ribamar Abreu dos Santos, Samara Cristina Carvalho Monteiro, João Alfredo de A. Ferreira .

00343 - 001003066768-6

Exequente: Alosmando de Jesus da Silva; Executado: Rafael Castro Filho => DESPACHO: Faculto a emenda à inicial para juntada do instrumento de mandato, bem como do comprovante do recolhimento das custas iniciais. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Marcos Antônio C de Souza, Franciele Coloniese Bertoli.

INDENIZAÇÃO

00344 - 001003073453-6

Autor: Rovil Representações e Comércio Ltda; Réu: Banco Itaú S/A => Aguarda providência certificar. Despacho: Deixo de receber a apelação interposta ante a ausência do preparo. Certifique o Cartório se ocorrer o Trânsito em Julgado da Sentença.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz, Francisco das Chagas Batista, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Rodolpho César Maia de Moraes, Stélio Baré de Souza Cruz, Denise Silva Gomes.

00345 - 001004076535-5

Autor: Sandra Margarette Pinheiro da Silva; Réu: Unimed Boa Vista Cooperativa de Trabalho Médico => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) apelada. Despacho: Recebo a apelação interposta no seu duplo efeito. Intime-se a apelada para, querendo, apresentar suas contra-razões.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Margarida Beatriz Oruê Arza, Rommel Luiz Paracat Lucena, Gutemberg Dantas Licarião, Jean Pierre Michetti.

00346 - 001004081986-3

Autor: Raimundo Nonato Barroso de Pinho; Réu: Telecomunicações de Roraima S/A => EM AUDIÊNCIA O MM. JUIZ PROFERIU A SEGUINTE DECISÃO: Não havendo possibilidade de acordo passo, de logo, a sanear o feito: I - Fixo como pontos controvertidos a conduta, o resultado e o nexo de causalidade; II- Quanto a preliminar suscitada, qual seja, inépcia da inicial, tenho que deve ser afastada, já que os fatos narrados naquela foram claros o bastante para que a ré elaborasse sua peça defensiva. Ademais, não é justo exigir-se do autor, quando do ajuizamento da ação de reparação por danos morais, que determine o quantum debeatur, porquanto não ser tal questão simples. Afasto-a, pois; III- Pela análise dos autos constata-se que o caso em tela trata de relação de consumo, pelo que dever é, assim, porque verificada a hipossuficiência do consumidor, inverter o ônus da prova, na forma do inciso VIII, do artigo 6º, do Código Consumerista. Não vislumbro necessidade de produção de provas em audiência, posto que hipótese de julgamento antecipado da lide, conforme inciso I do artigo 330 do CPC. As partes, querendo, poderão apresentar suas alegações finais, a serem oferecidas, por memoriais no prazo, sucessivo, de 10 (dez) dias, iniciando-se pela parte autora. Após o decurso deste, façam-se os autos conclusos para sentença. As partes saem desde já cientes desta decisão. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Marcos Antônio C de Souza, Alexander Ladislau Menezes, Rárisson Taitara da Silva.

00347 - 001004083362-5

Autor: Promidia Agencia de Propaganda e Produções Ltda e outros; Réu: Bradesco Seguros S/A => EM AUDIÊNCIA O MM. JUIZ

PROFERIU A SEGUINTE DECISÃO: Defiro requerimento formulado, nesta oportunidade, pelo patrono da parte ré, concedendo-lhe prazo de 05 (cinco) dias para juntada do instrumento de mandato. Não havendo possibilidade de acordo passo, de logo, a sanear o feito: I - Fixo como pontos controvertidos a conduta, o resultado e o nexo de causalidade; II- Quanto a preliminar suscitada, tenho que incabível porquanto certo é que a legitimidade das partes, conforme ensina Celso Agrícola Barbi, surge na identidade da pessoa do autor com a pessoa favorecida pela lei, e a da pessoa do réu com a pessoa obrigada. Ora, se há incontroversa relação jurídica entre as partes advinda de contrato de seguro, natural, portanto, que figure a ré no pólo passivo desta demanda, sendo, por evidente, a afirmada "... quitação ampla e geral oferecida pela autora..." questão de mérito a ser analisada quando da prolação da sentença. Afasto, pois, aquela; III - Pela análise dos autos constata-se que o caso em tela trata de relação de consumo - nada obstante entendimento defendido pela ré sustentando a inconstitucionalidade do parágrafo 2º, do artigo 3º, do CODECON, no que toca à sua extensão aos serviços de natureza securitária, porquanto, aduz, tal seria reservada à lei complementar. Ora, o inciso II, do artigo 192, da Constituição da República de 1988, reserva, tão somente, à lei complementar questão referente à autorização e ao funcionamento dos estabelecimentos de seguro, o que, por óbvio, não é a matéria tratada no supracitado dispositivo do Código Consumerista, que apenas esclarece que ao serviço prestado pelas seguradoras, porquanto mediante remuneração e fornecido no mercado de consumo, deve ser dado o devido tratamento com base nos novéis ditames do já mencionado Diploma Legal -, pelo que dever é, assim, porque verificada a hipossuficiência do consumidor, inverter o ônus da prova, na forma do inciso VIII, do artigo 6º, da Lei 8.078/90. Não vislumbro necessidade de produção de provas em audiência, posto que hipótese de julgamento antecipado da lide, conforme inciso I, do artigo 330, do CPC. As partes, querendo, poderão apresentar suas alegações finais, a serem oferecidas, por memoriais no prazo, sucessivo, de 10 (dez) dias, iniciando-se pela parte autora. Após o decurso deste, façam-se os autos conclusos para sentença. As partes presentes saem desde já cientes desta decisão. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira, Muni Lourenço Silva Junior.

00348 - 001004085073-6

Autor: Jr Valente; Réu: Rádio Tv do Amazonas Ltda => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) apelada. Despacho: Recebo a apelação interposta no seu duplo efeito. Intime-se a parte apelada para, querendo, apresentar suas contra-razões no prazo de 15 (quinze) dias.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - José Gervásio da Cunha, Samuel Weber Braz.

00349 - 001004091862-4

Autor: Sonaira de Souza Mota; Réu: Telemar Norte Leste S/A => DESPACHO: Designo o dia 03 de fevereiro de 2005, às 09h30min, para realização de audiência preliminar. Intimem-se as partes para, justificando, indicarem as provas que pretendem produzir em audiência, bem como comparecerem ao aludido ato ou se fizerem representar por procuradores habilitados a transigir. Boa Vista, 17 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Clodoci Ferreira do Amaral, Luciana Rosa da Silva.

00350 - 001004094261-6

Autor: Inez da Silva Ayalla Montessi e outros; Réu: Unimed Boa Vista Cooperativa de Trabalho Médico e outros => Precatória aguarda devolução. Despacho: Aguarde-se pelo cumprimento dos mandados de fls. 29/30.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Natanael Gonçalves Vieira.

INTERDITO PROIBITÓRIO

00351 - 001004093120-5

Autor: Gilmar Mendes da Silva; Réu: Paulo Acordi e outros => Aguarda providência desentranhar. Despacho: Defiro(fl.48). Cumpra-se.Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - José Fábio Martins da Silva.

MONITÓRIA

00352 - 001001007029-9

Autor: Banco Sudameris Brasil S/A; Réu: Maria Arcângela Moura Gomes e outros => Processo Suspendo. Despacho: Defiro o requerimento de fl. 165. Arquive-se provisoriamente pelo prazo máximo de 01 (um) ano, tendo em vista Provimento nº 055/2003 da Corregedoria Geral de Justiça do Egrégio TJ/RR, ou até ulterior manifestação do autor. Após, decurso do prazo, intime-se a parte autora a se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. Angelo Augusto Graça Mendes, Juiz de Direito Substituto. Adv - Sileno Kleber da Silva Guedes.

00353 - 001001007297-2

Autor: Hlmb Araújo; Réu: Fracelândia Messa dos Santos => Processo Suspendo. Despacho: Defiro fl. 111. Suspenda-se o trâmite do processo pelo prazo requerido ou até ulterior manifestação da parte autora. Após intime-se para manifestar interesse no prazo de 05 (cinco) dias. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. Angelo Augusto Graça Mendes, Juiz de Direito substituto. Adv - Jorge da Silva Fraxe, José Demontiê Soares Leite.

00354 - 001001007713-8

Autor: Jesus Nazareno Assis Nunes de Melo; Réu: Sm Pimentel => Ato Ordinatório: Despacho: Intimação da parte requerente para ciências e publicação do edital de fls. 121. Boa Vista/RR, 18 de novembro de 2004. (a) Vicente de Paula Ramos Lemos -Escrivão. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Moacir José Bezerra Mota.

00355 - 001002053396-3

Autor: Enesa Turismo Ltda; Réu: Jaber Moisés Xaud => Processo Suspendo. Despacho: Defiro o requerimento de fl. 100. Arquive-se provisoriamente pelo prazo máximo de 01 (um) ano, tendo em vista Provimento nº 055/2003 da Corregedoria Geral de Justiça do Egrégio TJ/RR, ou até ulterior manifestação do autor. Após, decurso do prazo, intime-se a parte autora a se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. Angelo Augusto Graça Mendes, Juiz de Direito Substituto. Adv - Bernardino Dias de S. C. Neto, Francisco Alves Noronha, Emerson Luis Delgado Gomes, Jeane Magalhães Xaud.

00356 - 001003066649-8

Autor: Mrtur Monte Roraima Turismo Ltda; Réu: Tv Imperial Sociedade Ltda => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autora. Despacho: Diga a parte autora sobre o ofício de fls. 85/86. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes, Juiz de Direito Substituto. Adv - Francisco Alves Noronha.

00357 - 001004085621-2

Autor: Kotinski & Cia Ltda; Réu: Fernandes e Ribeiro Ltda => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) autora. Despacho: Diga a parte autora sobre a certidão de fl. 156v. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes, Juiz de Direito Substituto. Adv - Valter Mariano de Moura, Jaeder Natal Ribeiro.

ORDINÁRIA

00358 - 001004096193-9

Requerente: Denize Quintela Ribeiro; Requerido: Continental Banco S/A => DESPACHO: Faculto à emenda à inicial para juntada do contrato que se espera seja revisto, bem como regularização da representação processual. Boa Vista, 17 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mendes, Juiz de Direito Substituto. Adv - Anastase Vaptistis Papoortzis.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

00359 - 001001007608-0

Autor: Santa Cláudia Comercial e Distribuidora de Bebidas Ltda; Réu: J Esteves Franco de Souza => Processo Suspendo. Despacho: Defiro o requerimento de fl. 104. Arquive-se provisoriamente pelo prazo máximo de 01 (um) ano, tendo em vista Provimento nº 055/2003 da Corregedoria Geral de Justiça do Egrégio TJ/RR, ou até ulterior manifestação do autor. Após, decurso do prazo, intime-se a parte autora a se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. Angelo Augusto Graça Mendes, Juiz de Direito Substituto. Adv - Antônio Agamenon de Almeida, Bernardino Dias de S. C. Neto.

USUCAPIÃO

00360 - 001002055111-4

Autor: Raul Braz de Almeida; Réu: Herdeiros de Joao Tavares Cabral => DESPACHO: Haja vista a impossibilidade de acordo, passo, de logo, a sanear o feito. I - Fixo como ponto controvertido a existência dos requisitos autorizadores à usucapião. II - Não há

preliminares a serem sanadas. III - Quanto as provas defiro o depoimento pessoal do autor, a testemunhal, cujo rol deverá se colado aos autos 20 (vinte) dias antes da realização da audiência de instrução e julgamento, bem como a documental, consubstanciada naquela já acostada aos autos. Designo o dia 17 de fevereiro de 2005, às 10h, para realização do aludido ato. Intimem-se, devendo o Cartório atentar que as intimações dos órgãos da Defensoria Pública e Ministério Público, devem ser pessoais. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Angelo Augusto Graça Mends, Juiz de Direito Substituto. Adv - Cleusa Lúcia de Souza Lima, Sebastião Ernesto Santos dos Anjos.

7A VARACÍVEL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) TITULAR:

Paulo César Dias Menezes

JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:

Arnon José Coelho Junior

PROMOTOR(A) :

Ademar Loiola Mota

ESCRIVÃO(Ã) :

Josefa Cavalcante de Abreu

ALIMENTOS - PEDIDO

00108 - 001004085375-5

Requerente: J.L.R.S. e outros; Requerido: C.J.P.S. => DESPACHO: 1- Defiro o sobrestamento do feito pelo prazo requerido. Após o prazo, certifique-se, abrindo-se vista dos autos à DPE/RR. Boa Vista, 16/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Oleno Inácio de Matos.

00109 - 001004089720-8

Requerente: L.S.F.; Requerido: E.A.F. => DESPACHO: Diga a parte autora, em cinco dias, sobre certidão de fl. 15v. Após, se for o caso, expeça-se novo mandado de citação/intimação do réu. Boa Vista, 10/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Denise Abreu Cavalcanti, Carmem Tereza Talamás.

00110 - 001004094260-8

Requerente: M.C.S.O.; Requerido: F.H.B.O. => DESPACHO: 1- Segredo de Justiça. 2- Justiça Gratuita. Ouça-se o MP. Intime-se. Boa Vista, 16/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Alexander Ladislau Menezes, Rárisson Tataira da Silva, Luciana Rosa da Silva.

ALVARÁ JUDICIAL

00111 - 001001000469-4

Requerente: B.W.A.P. => DESPACHO: 1- Dou por atendida a justificativa retro. Atente a Sra. Escrivã para que fatos como estes não voltem a acontecer, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis. 2- Outrossim, defiro a cota ministerial de fl.40v. Prazo para manifestação: dez dias. Boa Vista, 03 /11/ 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Margarida Beatriz Oruê Arza.

ARROLAMENTO/INVENTÁRIO

00112 - 001004089663-0

Inventariante: Esmeraldo Luiz de Souza; Inventariado: de Cujus Pedro Luiz de Souza e outros => DESPACHO: 1- Permaneçam os autos em cartório pelo prazo de trinta dias. Nada requerido, arquivem-no, com baixa na distribuição. Boa Vista, 16/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Geraldo João da Silva.

00113 - 001004091093-6

Inventariante: Maria das Graças Costa => DESPACHO: 1- Cumpra a inventariante integralmente a determinação contida no despacho de fl.24, segunda parte. Prazo: vinte dias. Boa Vista, 16/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Edir Ribeiro da Costa.

CAUTELAR INOMINADA

00114 - 001001000471-0

Requerente: V.L.S.A.; Requerido: F.C.P.S. => DESPACHO: 1- Encaminhe-se cópia da fl.42 (frente e verso) para a e. Corregedoria, na forma do r. despacho de fl.54; 2- Encaminhe-se conjuntamente

cópia da justificativa apresentada (fls.60/62); 3- Outrossim, na forma da cota ministerial de fl.56v, intime-se a parte autora para, em 48h, dar andamento ao feito, sob pena de extinção sem análise de mérito. Boa Vista, 03 /11/ 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Rosângela Pereira de Araújo, Álvaro Rizzi de Oliveira.

00115 - 001004093395-3

Requerente: M.A.D.; Requerido: A.M. => DESPACHO: Concedo derradeiro prazo de dez dias para que o requerente junte aos autos cópia do comprovante do recolhimento das custas processuais. Após, se for o caso, cumpra-se as determinações contidas na parte final da r. decisão de fls. 14/16. Intime-se. Boa Vista-RR, 16/11/ 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Marcos Antônio C de Souza, Milson Douglas Araújo Alves.

CURATELA/INTERDIÇÃO

00116 - 001003070834-0

Requerente: J.F.L.; Interditado: M.A.S. => DESPACHO: Nos termos do artigo 132 do CPC, remetam-se os autos ao MM. Juiz de Direito que presidiu a audiência de instrução. Aguarde-se seu retorno do gozo de férias. Consigne-se nossas homenagens. Cumpra-se. Boa Vista, 16/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DECLARAÇÃO AUSÊNCIA

00117 - 001003073411-4

Autor: Graziela Almeida da Silva => DESPACHO: Nos termos do artigo 132 do CPC, remetam-se os autos ao MM. Juiz de Direito que presidiu a audiência de instrução em julgamento. Aguarde-se seu retorno do gozo de férias. Consigne-se nossas homenagens. Cumpra-se. Boa Vista-RR, 16/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Oleno Inácio de Matos.

DISSOLUÇÃO SOCIEDADE

00118 - 001004083443-3

Autor: L.G.B. e outros => DESPACHO: Defiro o sobrestamento do feito pelo prazo requerido. Após, abra-se vista dos autos aos requerentes. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Elena Natch Fortes.

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00119 - 001004094588-2

Requerente: V.C.S.; Requerido: A.C.S.C. => DESPACHO: Segredo de Justiça. Justiça Gratuita. Cite-se. Intime-se. Boa Vista, 16/11/ 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00120 - 001004094589-0

Requerente: C.A.C.; Requerido: C.E.C.O. => DESPACHO: Segredo de Justiça. Justiça Gratuita. Cite-se. Intime-se. Boa Vista, 16/11/ 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DIVÓRCIO POR CONVERSÃO

00121 - 001002031630-2

Requerente: V.C.S.S.; Requerido: S.S.S. => DESPACHO: Aguarde-se por mais trinta dias o possível retorno da carta precatória expedida. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Grece Maria da Silva Matos.

00122 - 001004094726-8

Requerente: F.L.S.M. e outros => DESPACHO: 1- Segredo de Justiça. Justiça Gratuita. Ao MP. Intime-se. Boa Vista, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Oleno Inácio de Matos.

EXECUÇÃO

00123 - 001002047206-3

Exeqüente: R.G.A.A. e outros; Executado: G.S.A. => DESPACHO: Nos termos da cota ministerial, intime-se. Boa Vista-RR, 12/11/ 2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Agenor Veloso Borges, Esmeralda Mariada Silva Nascimento.

00124 - 001002051104-3

Exeqüente: W.L.M.; Executado: J.R.M.C. => DESPACHO: Defiro o sobrestamento do feito pelo prazo requerido. Após, abra-se vista

dos autos à Exeqüente. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Angela Di Manso, Rogenilton Ferreira Gomes, Miriam Di Manso.

00125 - 001003061662-6

Exeqüente: V.C.C.S.; Executado: R.S.S. => DESPACHO: Renove-se o mandado prisional de fl. 55. deverá o Sr. Oficial de Justiça, se necessário for, entrar em contato com a rep. legal da exeqüente, por meio do telefone e endereço informado à fl. 63, para que o acompanhe na oportunidade da realização da diligência. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Inajá de Queiroz Maduro.

00126 - 001004094295-4

Exeqüente: F.T.C.; Executado: C.A.S.C. => DESPACHO: Intime-se a Exeqüente, para, em dez dias, juntar aos autos o respectivo título executivo judicial. Intime-se. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Angela Di Manso.

00127 - 001004094626-0

Exeqüente: W.S.M.; Executado: A.C.M. => DESPACHO: 1) Segredo de justiça. Justiça gratuita. Cite-se o executado conforme requerido. Intime-se. Cumpra-se. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto Adv - Neusa Silva Oliveira.

EXONER.PENSÃO ALIMENTÍCIA

00128 - 001003069120-7

Autor: E.M.V.L.; Réu: E.M.V.L.J. e outros => DESPACHO: Consoante cota ministerial retro, intime-se a parte autora, para, em 48h, dar andamento ao feito, sob pena de extinção sem análise de mérito. Intime-se por edital caso esteja em lugar incerto e não sabido para o mesmo fim. Boa Vista, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira.

GUARDA DE MENOR

00129 - 001002029874-0

Requerente: J.L.L.F. e outros; Requerido: L.G.B.O. e outros => DESPACHO:1) Compulsando os autos, constato que o réu L.G.B.O. ainda não foi citado. Assim, citem-no por edital conforme já requerido nos autos (fl. 46). Outrossim, observo que a citação de fl. 49/50, não observou os requisitos do artigo 232 e incisos, do CPC, pelo que a torno sem efeito. Assim, citem-se novamente os réus L.G.B.O. e W.W.F. por edital, com prazo de trinta dias. Deverá a parte requerente observar os requisitos constantes no aludido artigo 232, principalmente no que tange ao inciso III. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto Adv - Jaeder Natal Ribeiro.

00130 - 001003059360-1

Requerente: D.S.A.; Requerido: F.R.V. e outros => DESPACHO: Oficie-se ao Setor Interprofissional do Juizado da Infância e Juventude, solicitando a realização do competente Estudo de Caso. Observe-se, todavia, o endereço fornecido na petição retro. Expeça-se o necessário. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz.

00131 - 001003068757-7

Requerente: J.G.M.; Requerido: L.S.S. => DESPACHO: Aguarde-se a audiência designada. Boa Vista, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Maria das Graças Barbosa Soares.

INVESTIGAÇÃO PATERNIDADE

00132 - 001003065022-9

Requerente: E.G.A.; Requerido: V.F.S.R. => DESPACHO: Nos termos do artigo 132 do CPC, remetam-se os autos ao MM Juiz de Direito que presidiu a audiência de instrução em julgamento. Aguarde-se seu retorno do gozo de férias. Consigne-se nossas homenagens. Cumpra-se. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Christianne Conzaes Leite, Josenildo Ferreira Barbosa.

00133 - 001004081235-5

Requerente: T.M.M.; Requerido: E.L.P. => DESPACHO: 1- Intime-se por edital. Boa Vista, 16/11/2004. Arnon José Coelho

Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00134 - 001004081245-4

Requerente: A.R.S.; Requerido: A.S.P. => DESPACHO: Defiro a cota ministerial, levando-se em conta o pedido de fl.32. Cumpra-se. Após, intime-se para manifestação. Boa Vista, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Christianne Conzaes Leite.

INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00135 - 001001000364-7

Requerente: A.V.R.S.; Requerido: J.S.C. => DESPACHO: Oficie-se à fonte pagadora do réu, conforme já determinado no despacho de fl. 89, observando-se a petição de fl. 93. Outrossim, cumpra-se o item 02 do aludido despacho. Intimações necessárias. Expeça-se o necessário. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Mário Junior Tavares da Silva, Agenor Veloso Borges.

00136 - 001001000510-5

Requerente: M.B.P.; Requerido: R.B.S. => DESPACHO: Nos termos do artigo 132 do CPC, remetam-se os autos ao MM. Juiz de Direito que presidiu a audiência de instrução e julgamento. Aguarde-se seu retorno do gozo de férias. Consigne-se nossas homenagens. Cumpra-se. Boa Vista, 16/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Paulo Sérgio Bríglia, Grece Maria da Silva Matos.

00137 - 001001000729-1

Requerente: I.E.T.M.; Requerido: L.E.L.N. => DESPACHO: Oficie-se à fonte pagadora do réu, conforme determinado à fl. 93, observando-se conta de fl. 101 e fonte pagadora informada à fl. 105. Expeça-se o competente mandado de averbação, conforme já determinado. Após, ao contador para cálculo das custas processuais, intimando-se o devedor para efetuar o respectivo pagamento, sob pena de inscrição em Dívida Ativa. Expeça-se o necessário. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Josué dos Santos Filho, Inajá de Queiroz Maduro.

00138 - 001003060104-0

Requerente: A.M.G. e outros; Requerido: C.A.S. => DESPACHO: Designo o dia 30/03/05, às 09:45 horas, para nova audiência de instrução e julgamento. Intimações necessárias. Boa Vista, 21/10/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Alessandra Andréia Miglioranza, Hindenburgo Alves de O. Filho.

00139 - 001003067045-8

Requerente: M.F.S.; Requerido: E.F.S. => DESPACHO: Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00140 - 001003070940-5

Requerente: S.A.S.C.; Requerido: M.M.N. => DESPACHO: 1- Tendo em vista a certidão de fl.24, decreto a revelia do réu, sem os efeitos do artigo 319, do CPC. Provas já requeridas, defiro-as. Assim, desde já, designo o dia 31/03/05, às 09:00 horas, para realização de audiência de instrução e julgamento. Intimações necessárias. Intime-se, inclusive o réu, consoante cota ministerial de fl. 25v. Expeça-se o necessário. Boa Vista, 25 /10/ 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00141 - 001003074129-1

Requerente: C.B.L.; Requerido: E.R.S. => DESPACHO: 1- Cobre-se a devolução do mandado com urgência. 2- Após, vista à parte autora. Boa Vista, 17/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Neusa Silva Oliveira.

00142 - 001004076278-2

Requerente: N.G.S.B.; Requerido: W.P.C. => DESPACHO: 1) Como requer o MP. Intime-se. Prazo para manifestação: dez dias. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Jaildo Peixoto da Silva.

00143 - 001004091022-5

Requerente: K.G.H.S.; Requerido: J.C.S.B. => DESPACHO: Aguarde-se a audiência designada. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Oleno Inácio de Matos.

NEGATÓRIA DE PATERNIDADE

00144 - 001003071084-1

Autor: J.F.L.; Réu: E.M.F.L. => DESPACHO: Como bem observou a ilustre defensora pública, compulsando os autos, constatei que a citação de fl. 18/19 não observou os requisitos do artigo 232 e incisos, do CPC, motivo pelo qual a torno nula, bem como os demais atos posteriores. Assim, renove-se a citação editalícia do réu, com prazo de trinta dias. Deverá a parte autora observar os requisitos constantes no aludido artigo 232, principalmente no que tange ao inciso III. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Johnson Araújo Pereira.

00145 - 001004081409-6

Autor: F.H.R.A.; Réu: A.P.A. e outros => DESPACHO: Defiro o sobrestamento do feito pelo prazo requerido. Após, abra-se vista dos autos a DPE/RR. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

ORDINÁRIA

00146 - 001002039711-2

Requerente: G.S.M.; Requerido: G.A.M. => DESPACHO: 1- Intime-se por edital. Boa Vista, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Hindenburgo Alves de O. Filho, Haydée Nazaré de Magalhães.

PÁTRIO PODER -DESTITUIÇÃO

00147 - 001001000465-2

Requerente: M.R.P.S.; Requerido: V.L.S.A. => DESPACHO: 1- Encaminhe-se cópia da fl.85 (frente e verso) para a e. Corregedoria, na forma de r. despacho de fl.89. 2- Encaminhe-se conjuntamente cópia da justificativa apresentada (fls.98/99). 3- Após, voltem-me os autos conclusos. Boa Vista, 03 /11/ 2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Rosângela Pereira de Araújo.

RECONHECIM. UNIÃO ESTÁVEL

00148 - 001003068088-7

Autor: M.P.P.; Réu: S.G.T. => DESPACHO: Cumpra-se atentamente o despacho exarado em audiência, conforme fl.150. Boa Vista, 16/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Denise Abreu Cavalcanti, Francisco de Assis Guimarães Almeida, Vivian Santos Witt.

00149 - 001003074944-3

Autor: A.Z.A.; Réu: E.E.M.D. => DESPACHO: 1- Permaneçam os autos em cartório pelo prazo de trinta dias. Nada requerido, intime-se a parte autora, para, em 48h, dar andamento ao feito, sob pena de extinção sem análise de mérito. Intime-se por edital caso esteja em lugar incerto e não sabido para o mesmo fim. Boa Vista, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Antônio Cláudio de Almeida.

00150 - 001004078152-7

Autor: M.C.N.A.; Réu: J.C.A. => DESPACHO: 1- Defiro o pedido supra. 2- Tendo em vista o documento de fl.75 e pedido de fl. 74, designo desde já o dia 06 de dezembro de 2004, às 11:15h, para realização de audiência de conciliação. 3- Cite-se e intime-se a parte ré, no mesmo endereço anteriormente declinado. 4- Intime-se ainda o duto patrono do réu, conforme petição de fl. 74. 5- A parte autora já sai devidamente intimada. Boa Vista, 17/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Denise Abreu Cavalcanti, Vivian Santos Witt, Josenildo Ferreira Barbosa.

00151 - 001004079355-5

Autor: S.A.L.; Réu: P.A.L. e outros => DESPACHO: Diga a parte autora, em dez dias, sobre certidão de fl. 40v. Após, se for o caso, expeça-se novo mandado de citação/intimação. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Josenildo Ferreira Barbosa.

00152 - 001004085634-5

Autor: I.N.F.; Réu: J.A.N.R. e outros => DESPACHO: Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as. Boa Vista-RR, 12/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Angela Di Manso, Rafael Duarte Moreira.

REGULAMENTAÇÃO DE VISITA

00153 - 001004091138-9

Requerente: M.V.P.L.; Requerido: P.C.P.C. => FINAL DE DECISÃO: Deveras, indefiro o pleito de antecipação de tutela buscado na inicial, diante dos fundamentos acima alinhavados. Cite-se, intimem-se. Boa Vista, 12/11/2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Rommel Luiz Paracat Lucena.

SEPARAÇÃO LITIGIOSA

00154 - 001002021105-7

Requerente: S.G.T.; Requerido: M.P.P. => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, com lastro nos fundamentos fáticos e jurídicos acima deduzidos, bem como nos termos do parecer ministerial, julgo procedente o pedido contido na inicial para DECRETO a separação judicial de S.G.T. e M.P.P., sem adentrar no mérito da culpa, pondo fim à sociedade conjugal até então existente entre ambos, determinando, por via de consequência, a meaço do bem imóvel descrito na inicial. Expeçam-se, após o trânsito em julgado: I- O competente formal de partilha, se necessário for. II- Ofício ao Cartório de Registro Civil, onde os nubentes casaram-se, para as devidas anotações. Condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados estes em um salário mínimo e meio, na forma do artigo 20, §4º, do CPC. Após as formalidades legais, arquivem-se com baixa na distribuição. Desde já, autorizo o desapensamento dos autos 02-21178-4, remetendo-o imediatamente ao arquivo, com a respectiva baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista, 26/04/2004. Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Francisco de Assis G. Almeida, Denise Abreu Cavalcanti.

00155 - 001004089178-9

Requerente: M.P.P.; Requerido: S.G.T. => DESPACHO: Ante a emenda de fl. 10, nova vista ao Ministério Público. Após, conclusos para apreciação e deliberação. Boa Vista, 16/11/2004. Arnon José Coelho Júnior, Juiz de Direito Substituto. Adv - Denise Abreu Cavalcanti, Vívian Santos Witt.

3ª VARA CRIMINAL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) TITULAR:
Euclydes Calil Filho
PROMOTOR(A):
Ricardo Fontanella
ESCRIVÃO(A):

Raimunda Maroly Silva Oliveira

AGRAVO DE INSTRUMENTO

00361 - 001003065095-5

Agravante: O Ministerio Publico do Estado de Roraima; Agravado: Ademilson Castro de Oliveira => Intimar o advogado para comparecer em cartório e se manifestar nos autos em epígrafe. Adv - Antônio Cláudio Carvalho Theotônio.

EXECUÇÃO PENAL

00362 - 001004076566-0

Sentenciado: Jamerson Gentil Viana => Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 11/05/2005 às 08:15 horas. Adv - Ronnie Gabriel Garcia.

4ª VARA CRIMINAL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) TITULAR:
Jésus Rodrigues do Nascimento
JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:
Marcelo Mazur
PROMOTOR(A):
Carla Cristiane Pipa
José Rocha Neto
ESCRIVÃO(A):
Francivaldo Galvão Soares

CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA

00363 - 001004094076-8

Indiciado: P.A.D.C. e outros => Intimação ordenado(a). Despacho: "Indefiro o pedido de vistas. Faz jus o Requerente, apenas e tão somente ao manuseio e consulta dos Autos em cartório da Delegacia de Polícia, nos termos do artigo 7º, XIII e XIV, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. (...) Retornem à Delegacia de Polícia para conclusão das investigações. Intime-se via DPJ." Adv - Pedro de A. D. Cavalcante.

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00364 - 001003065889-1

Réu: Roberval Oliveira Duarte e outros => ...Isso posto condeno Roberval Oliveira Duarte, Juarez Alves Mota Filho, Cleandro Renato Feitosa e Antônio Gomes Lima Júnior, nas penas do art. 157, § 2º, I, II e V 157, § 2º, I e II (por seis vezes) do CP.(...) Roberval O. Duarte: 14 anos, 02 meses, 03 dias de reclusão e 147 dias-multa. Juarez Alves Mota Filho: 14 anos, 02 meses, 03 dias de reclusão e 147 dias-multa. Cleandro R. Feitosa: 14 anos, 02 meses, 03 dias de reclusão e 147 dias-multa. Antônio Gomes Lima Júnior: 14 anos, 02 meses, 03 dias de reclusão e 147 dias-multa. (...) P. R. I. cumpra-se. Boa Vista, 05 de novembro de 2004. Dr. Jésus Rodrigues do Nascimento. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME PORTE ILEGAL ARMA

00365 - 001004081457-5

Réu: Antonio Chagas Silva => Intimação ordenado(a). Audiência para oitiva do rol de acusação designada para o dia 29/11/2004, às 09 horas. Adv - Ivo Calixto da Silva.

5ª VARA CRIMINAL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) TITULAR:
Antônio Augusto Martins Neto
JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:
Lizandro Garcia Gomes Filho
PROMOTOR(A):
Janaína Carneiro Costa Menezes
ESCRIVÃO(A):
Álvaro de Oliveira Júnior

CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA

00366 - 001001014204-9

Réu: Juderlandio Barbosa Lopes => EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO 60 DIAS - O Dr. ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS NETO, MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal, da Comarca de Boa Vista Estado de Roraima. INTIMAÇÃO DE: JUDERLANDIO BARBOSA LOPES, brasileiro, solteiro, cinegrafista, RG. nº. 184.018 SSP/RR, nascido aos 12.09.1978, natural de Manaus/AM, filho de Zomar Luiz Lopes e de Lucília Barbosa Lopes, estando em local incerto e não sabido. FAZ saber a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre em trâmites legais os autos de processo de nº. 01 014204-9, Ação Penal movida pela Justiça Publica em face de JUDERLANDIO BARBOSA LOPES, denunciado como incurso nas penas do art. 329, 330 e 331, do CPB. Como não foi possível a intimação pessoal do mesmo, com este intimo-o para tomar ciência dos termos da sentença a seguir transcrita. FINAL DE SENTENÇA: "(...) FINAL DE SENTENÇA: "(...) Desta forma, reconheço consumada, na espécie, a prescrição penal, pois constato, diante do quantum penalógico máx imo concretamente imposto ao acusado e da vetusta data do recebimento da denúncia, a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado, nos termos dos artigos 107 e 109 de Código Penal, e, em consequência, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO RÉU JUDERLANDIO BARBOSA LOPES. Intime-se o MP e a DPE, pessoalmente. Anotações e baixas de praxe. P.R.I.C. Sem condenação em despesas processuais (artigo 804/Código de Processo Penal). Havendo o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos." Boa Vista/RR, 02 de agosto de 2004. Dr. Lizandro Garcia Gomes Filho - Juiz Substituto. Ficando ciente do prazo de 05 (cinco) dias, para dela, recorrer, querendo. Para o conhecimento de todos e passado o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário do Poder Judiciário. Dado e passado na Cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, aos 16 dias do mês de novembro do ano dois mil e quatro, Eu, Rosely Figueiredo da Silva (Assistente Judiciário), digitei e Álvaro de Oliveira Júnior, Escrivão Judicial, de

ordem do MM. Juiz o assinou. Álvaro de Oliveira Júnior-Escrivão da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ FÉ PÚBLICA

00367 - 001001014776-6

Réu: Kátia Eduardo de Souza => EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS - O Dr. ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS NETO, MM. Juiz de Direito da 5A Vara Criminal, da Comarca de Boa Vista Estado de Roraima. CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE: KÁTIA EDUARDO DE SOUZA, brasileira, solteira, doméstica, natural de Boa Vista/ RR, nascida aos 08.04.1965, filha de Rosa Eduardo de Souza. FAZ saber a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre em trâmites legais os autos de processo de nº. 01 014776-6, Ação Penal movida pela Justiça Publica em face da Ré: KÁTIA EDUARDO DE SOUZA, denunciada pelo Promotor de Justiça como incurso nas sanções dos artigo 229, do CPB, como não foi possível a intimação pessoal da denunciada supra qualificada, com este intima-a para comparecer com 10 minutos de antecedência, neste Juízo, na sala de audiência da 5A Vara Criminal, no dia 22.04.2005, às 11:00 horas, para audiência de interrogatório, sendo-lhe de direito fazer-se acompanhar de advogado, caso não queira a assistência da D.P.E., podendo apresentar defesa que tiver no prazo de três dias contados da audiência, (Observe-se a necessidade do interrogando se entrevistar, RESERVADA e PREVIAMENTE à sessão de audiência, com seu Defensor). Para o conhecimento de todos e passado o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário do Poder Judiciário. Dado e passado na Cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, aos dezessete dias do mês de novembro do ano dois mil e quatro. Eu, Lena Lanusse da Silva Duarte - Assistente Judiciário, digitei e Álvaro de Oliveira Júnior, Escrivão Judicial, de ordem do MM. Juiz o assinou. Álvaro de Oliveira Júnior-Escrivão da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00368 - 001002023078-4

Réu: Manoel Carlos Bezerra de Amorim e outros => FINALIDADE: Intimar os Advogados dos réus para tomarem ciência da audiência de oitiva de testemunha de denúncia designada para o dia 03.03.2006 às 11:00 horas. Adv - José Fábio Martins da Silva, Antônio Cláudio de Almeida, Antônio Agamenon de Almeida.

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00369 - 001001014995-2

Réu: Moisés Orquiza do Nascimento => EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS - O Dr. ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS NETO, MM. Juiz de Direito da 5A Vara Criminal, da Comarca de Boa Vista Estado de Roraima. CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE: MOISÉS ORQUIZA DO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, estudante, natural de Grajaú/ MA, nascido aos 17.04.1972, filho de Antônio Eugênio de Castro e de Eulina Souza de Castro. FAZ saber a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre em trâmites legais os autos de processo de nº. 01 014995-2, Ação Penal movida pela Justiça Publica em face do Réu: MOISÉS ORQUIZA DO NASCIMENTO, denunciado pelo Promotor de Justiça como incurso nas sanções dos artigo 171, do CPB, como não foi possível a intimação pessoal do denunciado supra qualificado, com este intima-o para comparecer com 10 minutos de antecedência, neste Juízo, na sala de audiência da 5A Vara Criminal, no dia 27.09.2005, às 08:30 horas, para audiência de para audiência de proposta de suspensão condicional do processo "sursis processual", sendo-lhe de direito fazer-se acompanhar de advogado, caso não queira a assistência da D.P.E., podendo apresentar defesa que tiver no prazo de três dias contados da audiência, (Observe-se a necessidade do interrogando se entrevistar, RESERVADA e PREVIAMENTE à sessão de audiência, com seu Defensor). Para o conhecimento de todos e passado o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário do Poder Judiciário. Dado e passado na Cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, aos dezessete dias do mês de novembro do ano dois mil e quatro. Eu, Lena Lanusse da Silva Duarte - Assistente Judiciário, digitei e Álvaro de Oliveira Júnior, Escrivão Judicial, de ordem do MM. Juiz o assinou. Álvaro de Oliveira Júnior-Escrivão da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00370 - 001002025706-8

Réu: Domingos dos Santos Ribeiro => EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO 60 DIAS - O Dr. ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS NETO, MM. Juiz de Direito da 5A Vara Criminal, da

Comarca de Boa Vista Estado de Roraima. INTIMAÇÃO DE: DOMINGOS DOS SANTOS RIBEIRO, brasileiro, solteiro, motorista, nascido aos 02.08.1959, natural de Pinheiro/MA, filho de José Lourenço Ribeiro e de Maria Isabel Ribeiro, estando em local incerto e não sabido. FAZ saber a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre em trâmites legais os autos de processo de nº. 02 025706-8, Ação Penal movida pela Justiça Publica em face de DOMINGOS DOS SANTOS RIBEIRO, denunciado como incurso nas penas do art. 180, caput, do CPB. Como não foi possível a intimação pessoal do mesmo, com este intimo-o para tomar ciência dos termos da sentença a seguir transcrita. FINAL DE SENTENÇA:“(…) ISTO POSTO, JULGO IMPROCEDENTE a ação penal contra o réu DOMINGOS DOS SANTOS RIBEIRO, e, com fulcro no artigo 386, VI, do Código de Processo Penal, o ABSOLVO da imputação formulada na denúncia. Sem custas. P.R.Intimem-se o réu, seu advogado e o Ministério Público. Cumpra-se. Após trânsito em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. Comunicações Necessárias.“ Boa Vista-RR, 04 de outubro de 2004. Dr. César Henrique Alves - Juiz de Direito, oficiando na 5A Vara Criminal. Ficando ciente do prazo de 05 (cinco) dias, para dela, recorrer, querendo. Para o conhecimento de todos e passado o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário do Poder Judiciário. Dado e passado na Cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, aos 16 dias do mês de novembro do ano dois mil e quatro. Eu, Rosely Figueiredo da Silva (Assistente Judiciário), digitei e Álvaro de Oliveira Júnior, Escrivão Judicial, de ordem do MM. Juiz o assinou. Álvaro de Oliveira Júnior-Escrivão da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00371 - 001002056671-6

Réu: Deyvisson Melo da Silva => EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS - O Dr. ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS NETO, MM. Juiz de Direito da 5A Vara Criminal, da Comarca de Boa Vista Estado de Roraima. CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE: DEYVISSON MELO DA SILVA, vulgo “Nego“, brasileiro, solteiro, desempregado, natural de Boa Vista/ RR, nascido aos 08.12.1978, filho de Sônia Maria Melo da Silva. FAZ saber a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que neste Juízo corre em trâmites legais os autos de processo de nº. 02 056671-6, Ação Penal movida pela Justiça Publica em face do Réu: DEYVISSON MELO DA SILVA, denunciado pelo Promotor de Justiça como incurso nas sanções dos artigo 155, § 4º, II e IV c/c art. 14, II, do CPB, como não foi possível a intimação pessoal do denunciado supra qualificado, com este intima-o para comparecer com 10 minutos de antecedência, neste Juízo, na sala de audiência da 5A Vara Criminal, no dia 11.03.2005, às 11:30 horas, para audiência de interrogatório, sendo-lhe de direito fazer-se acompanhar de advogado, caso não queira a assistência da D.P.E., podendo apresentar defesa que tiver no prazo de três dias contados da audiência, (Observe-se a necessidade do interrogando se entrevistar, RESERVADA e PREVIAMENTE à sessão de audiência, com seu Defensor). Para o conhecimento de todos e passado o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado no Diário do Poder Judiciário. Dado e passado na Cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima, aos dezesseis dias do mês de novembro do ano dois mil e quatro. Eu, Lena Lanusse da Silva Duarte - Assistente Judiciário, digitei e Álvaro de Oliveira Júnior, Escrivão Judicial, de ordem do MM. Juiz o assinou. Álvaro de Oliveira Júnior-Escrivão da 5A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00372 - 001004092387-1

Réu: Denis Roberto da Silva => FINALIDADE: Intimar o Advogado do réu para tomar ciência da audiência de oitiva de testemunha de denúncia designada para o dia 27.09.2005 às 15:00 horas. Adv - Luiz Augusto Moreira.

00373 - 001004093584-2

Réu: Leonardo da Conceição Sousa e outros => FINALIDADE: Intimar o Advogado do réu para tomar ciência da audiência de oitiva de testemunha de defesa designada para o dia 22.11.2004 às 10:30 horas. Adv - Augusto Dantas Leitão.

CRIME PORTE ILEGAL ARMA

00374 - 001004092717-9

Réu: Marcio Carvalho de Souza Lima => FINAL DE DECISÃO:“(…)Isto posto, com supedâneo no artigo 310, parágrafo único do CPP, concedo LIBERDADE PROVISÓRIA ao acusado MÁRCIO CARVALHO DE SOUZA LIMA. Expeça-se alvará de soltura e alerte-se o réu sobre as hipóteses de revogação do benefício, colhendo-se sua assinatura em termo de compromisso.

P.R.I.C.“ Boa Vista-RR, 26 de outubro de 2004. Dr. Antônio Augusto Martins Neto-Juiz de Direito. Adv - Domingos Sávio Moura Rebelo.

RELAXAMENTO DE PRISÃO

00375 - 001004096035-2

Requerente: Sebastião Evangelista da Silva => FINAL DE DECISÃO:“(…)Portanto, como tais considerações hei por bem definir o pedido ministerial de fls. 20, solicitando ao douto Juízo da 4A Vara Criminal a remessa dos autos principais para a 5A Vara Criminal, por Cartório Distribuidor, e sem prejuízo da devida compensação. Não ocorrendo opiniões divergentes, dê-se urgente vista dos autos ao MP. Publique-se.“ Boa Vista, aos 12 dias de novembro de 2004. Dr. Lizandro Garcia Gomes Filho-Juiz Substituto. Adv - Moacir José Bezerra Mota.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) TITULAR:

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

PROMOTOR(A) :

Jeanne Christhine Fonseca Sampaio

Luiz Carlos Leitão Lima

Márcio Rosa da Silva

ESCRIVÃO(A) :

Cláudia Luiza Pereira Nattrodt

Tatiana de Paula Mendes

Walter Menezes

ALVARÁ JUDICIAL

00002 - 001004090196-8

Requerente: I.R.A.S. => Pelo exposto, considerando a juntada aos autos de todos os documentos necessários à instrução do feito, julgo procedente o pedido formulado pelo requerente IGOR RAFAEL DE ARAÚJO SILVA para deferir a participação e permanência de crianças e adolescente no estabelecimento de diversões eletrônicas “REBOUÇAS GAMES“, no horário e nas faixas etárias estabelecidos na Portaria 076/03. Em consequência, julgo extinto o presente feito com apreciação do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC. Ao cartório, para a expedição do Alvará Autorizativo. Anote-se. Sem Custas. P.R.I. e, após o trânsito em julgado, arquivem-se com as cautelas legais. Boa Vista/RR, 10 de novembro de 2004 (a) Luiz Alberto de Moraes Junior - Juiz Substituto do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Boa Vista Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXECUÇÃO DE MEDIDA

00003 - 001004082264-4

S.educando: F.S.F. => ISTO POSTO DECIDO, compulsando os autos denota-se que o sócio-educando cumpriu de forma satisfatória às medidas a ele imposta, ou seja, PSC e LA, sendo seus objetivos alcançados, assim sendo em consonância com o parecer Setor Interprofissional, que passa a fazer parte integrante desta decisão, decido extinguir a Medida de Prestação de Serviço a Comunidade e Liberdade Assistida do adolescente F.S.F. Partes intimadas em audiência. Publique-se. Registre-se. Expeça-se guia de desligamento a SEMDES. As partes dispensam o prazo recursal, sendo determinado que seja certificado o trânsito em julgado, arquivando-se o feito com as cautelas legais. Boa Vista, 10 de novembro de 2004 (o) Luiz Alberto Moraes Junior - Juiz Substituto Respondendo pelo Juizado da Infância e da Juventude. Adv - Francisco Francelino de Souza.

COMARCA DE BOA VISTA

JUIZADOS ESPECIAIS

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 18/11/2004

002659AM =>00039
011317CE =>00067
000349ES =>00063
000041RR-E =>00054
000042RR =>00060
000078RR-A =>00062
000092RR-B =>00036
000098RR-B =>00055

000101RR-B =>00060
000110RR-B =>00053
000111RR-B =>00061
000112RR-B =>00040
000114RR-A =>00044, 00063
000123RR-B =>00034
000124RR-B =>00051
000131RR-B =>00034
000131RR =>00067
000151RR-B =>00045, 00067
000162RR-B =>00035, 00066
000164RR =>00061
000169RR-B =>00053
000175RR-B =>00044
000182RR =>00049
000184RR-A =>00053
000185RR =>00064
000188RR-B =>00037
000189RR =>00042, 00057
000191RR-A =>00034
000201RR-A =>00055
000209RR-A =>00055
000223RR-A =>00049, 00053, 00058, 00059, 00068
000223RR =>00042, 00058
000231RR =>00062
000232RR-A =>00050
000236RR =>00048
000239RR =>00041
000245RR =>00036
000254RR-A =>00059
000254RR =>00064
000258RR-A =>00047
000264RR =>00054, 00063
000269RR =>00044, 00063
000278RR =>00067
000281RR =>00062
000282RR =>00046, 00053, 00058
000299RR =>00045, 00067
000317RR =>00065
000335RR =>00056
000350RR =>00044
000367RR =>00045
000370RR =>00045
000385RR =>00057

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

Distribuições em 18/11/2004

2º JUIZADO CÍVEL

Juiz(iza): Erick Cavalcanti Linhares Lima

EXECUÇÃO

00001 - 001004086699-7

Exequente: Edmilson de Sousa Lourenço; Executado: Ronaldo Bezerra da Silva => Transferência Realizada em 18/11/2004. Valor da Causa: R\$ 1.822,41. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

1º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(iza): Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz

CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA

00002 - 001004095097-3

Indiciado: L.A.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00003 - 001004095117-9

Indiciado: S.B.G. e outros => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 001004095122-9

Indiciado: I.P.F. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 001004095123-7

Indiciado: I.S.N. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 001004095124-5

Indiciado: R.P.F. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00007 - 001004095128-6

Indiciado: M.R. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00008 - 001004095129-4

Indiciado: A.S.A. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00009 - 001004095131-0

Indiciado: M.J.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00010 - 001004095133-6

Indiciado: J.L.C.T. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00011 - 001004095137-7

Indiciado: J.S.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

2º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(iza): Erick Cavalcanti Linhares Lima

CRIME C/ PESSOA

00012 - 001004095107-0

Indiciado: A.M.R.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00013 - 001004095113-8

Indiciado: G.D.C. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00014 - 001004095119-5

Indiciado: L.A.F. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00015 - 001004095130-2

Indiciado: M.E.S.O. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00016 - 001004095138-5

Indiciado: M.A.A.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(iza): Marcelo Mazur

CONTRAVENÇÃO PENAL

00017 - 001004095111-2

Indiciado: A.A.A. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00018 - 001004095095-7

Indiciado: W.R.L. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00019 - 001004095109-6

Indiciado: S.A.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00020 - 001004095115-3

Indiciado: M.K.F. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00021 - 001004095127-8

Indiciado: G.G.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00022 - 001004095132-8

Indiciado: S.R.P.A. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

3º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(iza): Elaine Cristina Bianchi

CONTRAVENÇÃO PENAL

00023 - 001004095126-0

Indiciado: C.A.H. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00024 - 001004095099-9

Indiciado: J.M.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 001004095101-3

Indiciado: A.S.T. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00026 - 001004095103-9

Indiciado: L.C.A.F. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00027 - 001004095105-4

Indiciado: J.P.F. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00028 - 001004095121-1

Indiciado: T.S.F.A.A. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00029 - 001004095125-2

Indiciado: E.M.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00030 - 001004095134-4

Indiciado: F.L.B.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00031 - 001004095135-1

Indiciado: R.P.S.F. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00032 - 001004095136-9

Indiciado: A.G.C. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00033 - 001004095139-3

Indiciado: A.C.V.C. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

1º JUIZADO CÍVEL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):

Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz

PROMOTOR(A):

Cláudia Parente Cavalcanti

Elba Crhistine Amarante de Moraes

Stella Maris Kawano Dávila

Zedequias de Oliveira Junior

ESCRIVÃO(A):

Flávio Dias de Souza Cruz Júnior

EXECUÇÃO

00034 - 001001017544-5

Exequente: João Fernandes da Silva Neto; Executado: Marcio Mauro de Souza Oliveira => FINAL DE SENTENÇA: (...) Pelo exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de fl. 149, assim indefiro o levantamento, pela arrematante, da diferença entre o depósito efetuado pelo executado e o valor da arrematação e defiro o pleito de devolução do cheque acostado à fl. 67 à arrematante. Considerando que a pretensão do credor foi satisfeita extingo o presente feito, com julgamento do mérito, nos termos do art. 794, I, do CPC. Após o trânsito em julgado desta decisão, expeça-se alvará de levantamento do restante do valor do depósito realizado pelo executado a favor deste. P.R.I. e C. Boa Vista, 10 de novembro de 2004. (a) Parima Dias Veras - Juiz de Direito Substituto. Adv -

Sebastião Ernesto Santos dos Anjos, Roma Angélica de França, Luiz Felipe de A. Jaureguy.

00035 - 001004084604-9

Exequente: Adriano de Almeida Corinthy; Executado: Durbem da Silva Lima => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 267 do CPC. P.R.I. Boa Vista, 16/11/04. (a) Parima Dias Veras - Juiz de Direito Substituto Adv - Maria Luíza da Silva Coelho.

INDENIZAÇÃO

00036 - 001004077593-3

Autor: Elizonete Oliveira dos Santos; Réu: Dmitrios Rocha Silva e outros => Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 29/11/04 às 10:00 horas. Adv - Dimas de Almeida Soares, Marcos Antonio Jóffily.

00037 - 001004088979-1

Autor: Luciana Andrade de Carvalho; Réu: Bmc - Banco Bmc S.a => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 269 do CPC. P.R.I. Boa Vista, 16/11/04. (a) Parima Dias Veras - Juiz de Direito Substituto. Adv - Marcos Antônio Demézio dos Santos.

POSSESSÓRIA

00038 - 001004086204-6

Autor: Osita Pereira de Sousa; Réu: Gedaias Silva dos Santos => SENTENÇA: Pedido julgado improcedente. Após o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. P.R.I. Boa Vista, 18 de novembro de 2004. (a) Parima Dias Veras - Juiz de Direito Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

2º JUÍZADO CÍVEL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Erick Cavalcanti Linhares Lima
PROMOTOR(A) :
Cláudia Parente Cavalcanti
Elba Crhistine Amarante de Moraes
Stella Maris Kawano Dávila
Ulisses Moroni Junior
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(A) :
Luciana Silva Callegário

AÇÃO DE COBRANÇA

00039 - 001004080660-5

Autor: Zileia Conceição da Silva; Réu: Dimaco Distribuidora e Transporte Ltda => DESPACHO: Atualize-se o valor do débito (art. 52, II, Lei 9.099/95) Efetue-se a penhora on line, nos termos do art. 1º do prov. 071/CGJ. Em, 09/11/2004 (a0 Erick C. L. Lima - Juiz de Direito Adv - Angélica Maria Monteiro Duarte.

DECLARATÓRIA

00040 - 001004088037-8

Autor: Capitulino Leite Loureiro Neto; Réu: Telemar Norte Leste S/A => FINAL DE SENTENÇA:..., Ante o exposto, julgo extinto o presente processo, sem conhecimento do mérito, com base no dispositivo acima declinado. Custas pela requerente (art. 51, § 2º da Lei 9.099/95. P.R.I.Em, 17/11/2004 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito Adv - Antônio Cláudio Carvalho Theotônio.

EXECUÇÃO

00041 - 001001017189-9

Exequente: Raimundo Pereira da Costa; Executado: Márcio Parente Fagundes => DESPACHO: Aguarde-se o transcurso do prazo de 30 (trinta) dias. Após, cls. Em, 17/11/2004 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito **AVERBADO** Adv - Altamir da Silva Soares.

00042 - 001004082880-7

Exequente: Antônio Horácio Turbay Bonfim; Executado: S Q de Faria Me => DESPACHO: Aguarde-se o transcurso do prazo de 30 (trinta) dias. Após, cls. Em, 17/11/2004 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito Adv - Jaeder Natal Ribeiro, Lenon Geyson Rodrigues Lira.

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

00043 - 001004080767-8

Requerente: Noemia Mota de Machado Hass; Requerido: Ailton Juvêncio dos Santos => FINAL DESENTENÇA:..., Isto posto, face à ausência superveniente de interesse de agir, com amparo no art. 267, VI do CPC, julgo extinto o presente feito. Sem custas. P.R.Intimem-se. Em, 10/11/2004 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INDENIZAÇÃO

00044 - 001004084154-5

Autor: Enesio Miranda Alencar; Réu: Boa Vista Energia S/A => DESPACHO: Cumpra-se o despacho de fl.56. Em, 16/11/2004 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito Adv - Karina Ligia de Menezes Batista, Márcio Wagner Maurício, Francisco das Chagas Batista, Rodolpho César Maia de Moraes.

00045 - 001004084172-7

Autor: Marcos Antonio de Oliveira; Réu: Miro Eduardo de Lima => DESPACHO: Intime-se o requerido acerca da redesignação da audiência. Em, 17/11/2004 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito Adv - Marco Antônio da Silva Pinheiro, Adalgiza Radoyka Simão de Queiroz, Samara Cristina Carvalho Monteiro, Suelly Diana Ambrózio de Oliveira.

00046 - 001004084469-7

Autor: Aldeene dos Santos Silva Me; Réu: Australia Confecções Ltda => FINAL DE DECISÃO:..., Diante do exposto, com finsas no art. 20 da Lei 9.099/95, decreto a revelia da ré AUSTRALIA CONFECÇÕES LTDA sem os efeitos do art. 319 do Código de Processo Civil. Designe audiência de instrução e julgamento. Designe audiência de instrução e julgamento. Em, 17/11/2004 (a0 Erick C. L. Lima - Juiz de Direito Adv - Valter Mariano de Moura.

00047 - 001004086675-7

Autor: Herbert de Amorim Cardoso; Réu: Sebastião Oliédés da Rocha => DESPACHO: Fls. 39: Oficie-se como requerido. Em, 16/11/2004 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito Adv - Gerógida Fabiana Moreira de Alencar.

INDENIZAÇÃO/CAUTELAR

00048 - 001004088017-0

Requerente: Hercineia Cidade Felix; Requerido: Banco Fiat S/A => FINAL DE SENTENÇA:..., ISTO POSTO, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida pela autora. Extinguindo o presente processo com julgamento de seu mérito, nos termos do art. 269, Inciso I, CPC. Sem custas. Incidências da primeira parte da regra do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Em, 16/11/2004 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito Adv - Josué dos Santos Filho.

MONITÓRIA

00049 - 001003058494-9

Autor: Edvan Ferreira dos Santos; Réu: Sandrei Teixeira dos Santos => FINAL DE SENTENÇA:..., Ex positis, supedaneado no citado art. 267, III, do CPC c/c art. 51, caput, Lei 9.099/95, julgo extinto o presente feito. Após o trânsito em julgado, archive-se. Sem custas. P.R.I. Em, 17/11/2004 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de direito Adv - Mamede Abrão Netto, Noelina dos Santos Chaves Lopes.

ORDINÁRIA

00050 - 001004088421-4

Requerente: Claucide Filgueira de Vasconcelos; Requerido: Maximo Oliveira => DESPACHO: Aguarde-se a audiência designada. Em, 16/11/2004 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito Adv - Esmeralda Mariada Silva Nascimento.

REQUERIMENTO JUDICIAL

00051 - 001003072121-0

Requerente: Alexandre Roberto da Silva; Réu: Samsung Eletronicos da Amazonia Ltda => DESPACHO: Por força da certidão de fls. 63, diga o autor se ainda tem interesse no feito. Em, 17/11/2004 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito Adv - Antônio Cláudio de Almeida.

00052 - 001004084695-7

Requerente: Alexsandro Nogueira Bezerra; Réu: Centro Norte Construções Ltda => FINAL DE SENTENÇA:..., ISTO POSTO, JULGO PROCEDENTE o peido descrito na exordial, condenando

o Réu a pagar ao Autor a importância de R\$ 2.652,00 (dois mil seiscentos e cinquenta e dois reais). Em consequência, extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. O quantum indenizatório deve ser monetariamente corrigido, a partir fixado por lei, fazendo-se incidir, ainda, juros de mora à razão de 1,0% (um por cento) ao mês (art. 406/CCB c/c 161, § 1º do CTN), retroativos à data da citação (art. 405/CCB). Intime-se, desde logo, a parte sucumbente para cumprir voluntariamente a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, sob pena de execução forçada. Sem custas e honorários (art. 55 da Lei 9.099/95) Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Em, 16/11/2004 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

3º JUIZADO CÍVEL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Elaine Cristina Bianchi
PROMOTOR(A):
Cláudia Parente Cavalcanti
Elba Crhistine Amarante de Moraes
Stella Maris Kawano Dávila
Ulisses Moroni Junior
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(Ã):
Alexandre Martins Ferreira

AÇÃO DE COBRANÇA

00053 - 001001018670-7

Autor: José Porto de Albuquerque; Réu: Ricardo Herculano Bulhões de Mattos => DESPACHO: 1. Intime-se a parte autora para manifesta-se acerca de fls. 176, no prazo de 10 dias. Boa Vista-RR, 26 de outubro de 2004. (a) Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz Substituto. Adv - Mamede Abrão Netto, Milton César Pereira Batista, Domingos Sávio Moura Rebelo, Valter Mariano de Moura, José Rogério de Sales.

00054 - 001003065392-6

Autor: Damiana Martins Miller; Réu: Marlon dos Santos Zorrila => DESPACHO: 1. Intime-se a parte Autora para manifestar-se acerca de fls. 42, no prazo de 10 dias. Boa Vista-RR, 06 de outubro de 2004. (a) Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz Substituto. Adv - Arthur Carvalho, Alexandre Cesar Dantas Socorro.

00055 - 001004079577-4

Autor: Edinei Ribamar Franco Pinheiro; Réu: Paulo Cabral de Araujo Franco => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) ISTO POSTO e considerando o que dos autos consta, julgo procedente o pedido, condenando o réu a pagar ao autor a importância de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais). O quantum indenizatório deve ser monetariamente corrigido pelo índice adotado pelo TJRR, a partir de 11 de março de 2004 (fl.02-v), até o efetivo pagamento. Juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês (CC, art. 406 e CTN, art. 1614, §1º), a partir da citação (CC, art. 405). Sem custas ou verba honorária (LJE, art. 55). Cumpra o Réu a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, sob pena de execução forçada (LJE, art. 52, III). P.R.I. BV. 21 de outubro de 2004. (a) Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz Substituto. Adv - Luiz Eduardo Silva de Castilho, Neuza Maria V. Oliveira de Castilho, Margarida Beatriz Oruê Arza.

00056 - 001004080738-9

Autor: Raimunda Pires Abreu Sales; Réu: Antonio dos Santos Filho => DESPACHO: 1. Intime-se pessoalmente a Autora para manifestar-se acerca da satisfação da obrigação. BV. 08/10/04. (a) Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz Substituto. Adv - Rozane Pereira Ignácio.

00057 - 001004088852-0

Autor: João Carlos Furtado Filho; Réu: Dilva Fernandes Borer e outros => DESPACHO: DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Dia 15 de fevereiro de 2005 às 09:00 hs. Cite-se e intime-se. BV. 08/10/2004. (a) Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz de Direito Substituto. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira, Almir Rocha de Castro Júnior.

ANULATÓRIA ATO JURÍDICO

00058 - 001003064413-1

Autor: Jaime Cerqueira Fernandes; Réu: Valdomiro Kotinski e outros => DESPACHO: Vista à parte contrária, por 05 (cinco) dias para manifestar-se sobre a petição de fls. 68/69. BV. 22/10/2004. (a) Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz Substituto. Adv - Jaeder Natal Ribeiro, Valter Mariano de Moura, Mamede Abrão Netto.

EMBARGOS DE TERCEIROS

00059 - 001004086533-8

Embargante: Francisca Costa da Rocha; Embargado: Daniel Gonçalves dos Santos => DESPACHO: I. Intime-se o embargado para contestar no prazo de 10 (dez) dias; II. Após, cls. BV. 25/10/2004 - Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz de Direito. Adv - Elias Bezerra da Silva, Mamede Abrão Netto.

INDENIZAÇÃO

00060 - 001001018675-6

Autor: Cristovão José Sutter Correia da Silva; Réu: Auto Posto Quatro Rodas => DESPACHO: I. Intime-se a parte Autora para manifestar-se acerca de fls. 156/157, no prazo de 10 dias; II. Diligências necessárias, cumpra-se. BV. 25/10/2004 - Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz de Direito. Adv - Svirino Pauli, Suely Almeida.

00061 - 001004076639-5

Autor: Marcos Roberto Oliveira Brito; Réu: Caer - Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima => SENTENÇA: (...) ISTO POSTO e considerando o que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, extinguindo o processo, com conhecimento do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I. BV. 06/10/2004 - Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz de Direito. Adv - Mário Junior Tavares da Silva, Luciana Olbertz Alves.

00062 - 001004077637-8

Autor: Elias Correa Barbosa; Réu: Hsbc Bank Brasil S/A => SENTENÇA: (...) ISTO POSTO, julgo procedente o pedido e condeno a ré a indenizar o autor com a importância de R\$ 5.042,60 (cinco mil, quarenta e dois reais e sessenta centavos), sendo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de reparação moral e R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) de dano material. O quantum indenizatório deve ser monetariamente corrigido desde a publicação desta decisão quanto ao dano moral e desde o desconto indevido quanto ao dano material, aplicando-se, em ambos os casos, o índice adotado pelo TJRR, ou em caso de extinção, permite-se a substituição por outro indicador financeiro, desde que adote parâmetros de cálculos similares. Juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês (CC, art. 406 e CTN, art. 161, § 1º), a partir da citação (CC, art. 405). Cumpra-se o réu a sentença tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, sob pena de execução forçada (LJE, art. 52, III). P.R.I. Boa Vista/RR, 06 de outubro de 2004. (a) Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz Substituto. Adv - Angela Di Manso, Miriam Di Manso, Helder Figueiredo Pereira.

00063 - 001004077751-7

Autor: Adriana de Siqueira Fonseca; Réu: Amazônia Celular S/A => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Em face do exposto, com espeque nos Princípios de Direito do Consumidor e considerando tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na Ação Indenizatória manejada por ADRIANA DE SIQUEIRA FONSECA em face de AMAZÔNIA CELULAR S/A, condenando-a ao pagamento de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais e, por consequência, extingo o presente processo com julgamento de seu mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC. O encimado montante deverá ser corrigido monetariamente a partir da data da publicação deste decum, de acordo com a lei, fazendo-se incidir, ainda, juros de mora à razão de 1, por cento) ao mês, a partir da citação (art. 405 do CC c/c art. 161, § 1º do CTN). Sem custas e honorários advocatícios (art. 55, caput, da Lei n. 9.099/95) P.R.I. Boa Vista, 15 de outubro de 2004. (a) Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz Substituto. Adv - Francisco das Chagas Batista, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Rodolpho César Maia de Moraes, Marco Antônio Salviato Fernandes.

00064 - 001004079732-5

Autor: Almir Edinando Matos de Araujo; Réu: Maria Cristina Luchessi Ferreira => SENTENÇA: Vistos, etc. (...) Em face do exposto, e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO formulado na ação indenizatória proposta por ALMAIR EDINANDO MATOS DE ARAÚJO em face de MARIA CRISTINA LUCHESSI FERREIRA, condenando-a a pagar a quantia correspondente a R\$ 3.453,00 (três mil,

quatrocentos e cinquenta e três reais), a título de danos materiais. Julgo extinto o processo com julgamento do mérito (art. 269, I do CPC). Após o trânsito em julgado, archive-se, com baixa na distribuição. O encimado montante deverá ser corrigido monetariamente, de acordo com a lei, fazendo-se incidir, ainda, juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (art. 405 do C.C c/c art. 161, § 1º do CTN). Sem custas e honorários advocatícios (art. 55, caput, da Lei 9.099/95). P.R.I. BV. 07 de outubro de 2004. (a) Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz Substituto. Adv - Alcides da Conceição Lima Filho, Walter Jonas Ferreira da Silva.

00065 - 001004088014-7

Autor: Souza Brito e Cia Ltda; Réu: Portela e Alves Ltda => DESPACHO: 01) A requerente não comprovou a sua qualidade de microempresa, única pessoa jurídica, ao lado do comerciant individual, legitimado para postular perante o Juizado Especial. 02) Por outro lado, as empresas de pequeno porte não podem ser autoras nos Juizados Especiais, de acordo com o enunciado 49 do Fórum Permanente de Coordenadores dos Juizados Especiais. 03) Isto posto, pela derradeira vez, comprovar sua condição de microempresa, no prazo de 10 (dez) dias, pena de indeferimento da inicial. Intime-se, B.V. 13 de outubro de 2004. (a) Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz Substituto. Adv - Vanessa Barbosa Guimarães.

00066 - 001004088954-4

Autor: Elisabeth Maria da Silva Coimbra; Réu: Telemar Norte Leste S/A => DESPACHO: DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Dia 14 de fevereiro de 2005 às 09:00 hs. BV. 18/10/2004. (a) Luiz alberto de Moraes Júnior - Juiz Substituto. Adv - Maria Luiza da Silva Coelho.

MONITÓRIA

00067 - 001004080951-8

Autor: Jotamar Material de Construção Me; Réu: Antonio Edmar Mendes => DESPACHO: 1. Intime-se a parte Autora para manifestar-se acerca de fls. 48 no prazo de 10 dias. Boa Vista, 26/10/2004. (a) Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz Substituto. Adv - Randerson Melo de Aguiar, Ronaldo Mauro Costa Paiva, Samara Cristina Carvalho Monteiro, Marco Antônio da Silva Pinheiro, Paulo Augusto do Carmo Gondim.

00068 - 001004083692-5

Autor: F C O do Nascimento Me; Réu: Kleidiane Frota Fonseca => DECISÃO: Vistos, etc. Não cumprido o mandado e não oferecidos embargos,. Constitui-se ex vi legis, o título executivo judicial. Convertido, também ex vi legis, o mandado inicial em mandado executivo, prossiga-se na mesma ordem, na forma prevista na Lei intimando-se o executado para pagamento em vinte e quatro horas ou nomeação de bens à penhora. Boa Vista/RR, 18/10/2004. (a) Luiz Alberto de Moraes Júnior - Juiz Substituto. Adv - Mamede Abrão Netto.

1º JUIZADO CRIMINAL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz
PROMOTOR(A) :
Cláudia Parente Cavalcanti
Elba Crhistine Amarante de Moraes
Stella Maris Kawano Dávila
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(Á) :
Flávio Dias de Souza Cruz Júnior

CONTRAVENÇÃO PENAL

00069 - 001004088138-4

Indiciado: D.O.R. => Extinção Punibilidade art. 107, V CP. Após o trânsito em julgado, archive-se obedecendo as formalidades legais. P.R.I. e Cumpra-se. Boa Vista, 09/11/04. (a) Parima Dias Veras - Juiz de Direito Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00070 - 001003075199-3

Indiciado: P.C.Q. => FINAL DE DECISÃO: (...) Diante do exposto, deixo de receber o recurso interposto pelo Ministério Público, com fulcro no art. 577, parágrafo único do CPP. Após as

baixas necessárias e as formalidades legais, archive-se. P.R.I. Boa Vista, 10 de novembro de 2004. (a) Parima Dias Veras - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

2º JUIZADO CRIMINAL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Erick Cavalcanti Linhares Lima
PROMOTOR(A) :
Cláudia Parente Cavalcanti
Elba Crhistine Amarante de Moraes
Stella Maris Kawano Dávila
Ulisses Moroni Junior
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(Á) :
Luciana Silva Callegário

CRIME C/ PESSOA

00071 - 001003072913-0

Indiciado: G.C.M.J. => SENTENÇA: Vistos, etc. Em razão da aceitação da transação, homologo por sentença, o acordo firmado, para que produza seus efeitos legais. Após o cumprimento da transação penal (fl. 23/24), arquivem-se os autos. Em, 09/11/2004 (a) Erick C. L. Lima - Juiz de Direito Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE BOA VISTA

TURMA RECURSAL

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 18/11/2004

007972PA =>00001
000073RR-B =>00002
000262RR =>00002
000350RR =>00001

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

TURMA RECURSAL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Paulo César Dias Menezes
JUIZ(A) MEMBRO:
Cristovão José Suter Correia da Silva
Leonardo Pache de Faria Cupello
PROMOTOR(A) :
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(Á) :
Eliane de Albuquerque Cavalcanti Oliveira

APELAÇÃO CÍVEL

00001 - 001004082972-2

Apelante: Lucivaldo de Oliveira Silva; Apelado: Maria Deuziene Matias Lins => Despacho: ... À Secretaria da Turma Recursal para inclusão do presente feito na pauta de julgamento. (Sessão de julgamento designada para o dia 25/11/2004 às 16:00 horas). Boa Vista, 16 de novembro de 2004.(a) Cristovão Suter- Juiz Relator Adv - Karina Lígia de Menezes Batista, Elcianne V de Souza Girard.

00002 - 001004084081-0

Apelante: Sul America Vida e Previdencia; Apelado: Maria de Fatima Alves Sombra => Despacho: Inclua-se na pauta de julgamento.(Sessão de julgamento designada para o dia 25/11/2004 às 16:00 horas).BV, 16/11/04 (a) Cristovão Suter- Juiz Relator. Adv - Helaine Maise de Moraes, Edir Ribeiro da Costa.

COMARCA DE CARACARAÍ

JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 18/11/2004

000174RR-A =>00001

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**VARACÍVEL****Expediente de 18/11/2004****JUIZ(A) TITULAR:**
Jarbas Lacerda de Miranda
PROMOTOR(A) :
Anedilson Nunes Moreira
ESCRIVÃO(A) :
Gleysiane da Silva Matos**Maria do Perpetuo Socorro de Lima Guerra Azevedo**

SEPARAÇÃO CONSENSUAL

00001 - 002004006609-2

Requerente: J.F.A. e outros => Audiência ADIADA para o dia 16/06/2005 às 10:30 horas. Adv - Antônio Avelino de A. Neto.

COMARCA DE MUCAJÁ
JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 18/11/2004

Não existem advogados para compor o índice.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

Distribuições em 18/11/2004

VARA CÍVEL

Juiz(íza): Alexandre Magno Magalhaes Vieira

PRECATÓRIA CÍVEL

00006 - 003004002922-2

Requerente: C.S.N.; Requerido: A.D.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Juiz(íza): Alexandre Magno Magalhaes Vieira

ATO INFRACIONAL

00001 - 003004003028-7

Indiciado: J.C.M.S. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 003004003040-2

Indiciado: A.R.S.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 003004003050-1

Indiciado: J.B.F.O. e outros => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 003004003761-3

Indiciado: L.M.L.N. => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 003004003774-6

Indiciado: E.L.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 18/11/2004. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE RORAINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 18/11/2004

004076AM =>00003

000010RR-A =>00006

000061RR-A =>00007

000116RR-B =>00003, 00005

000157RR-B =>00006

000169RR =>00009

000184RR-A =>00012

000203RR =>00012

000229RR =>00009

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**VARACÍVEL****Expediente de 18/11/2004****JUIZ(A) TITULAR:**
Maria Aparecida Cury
PROMOTOR(A) :
Ademir Teles Menezes
Adriano ávila Pereira
Erika Lima Gomes Michetti
Henrique Lacerda de Vasconcelos
ESCRIVÃO(A) :
Pablo Raphael dos Santos Igreja

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

00001 - 004702000411-6

Requerente: Ministério Público do Trabalho; Requerido: Padaria Paraná e outros => Autos vista à Fazenda Pública com prazo de DIAS. Encaminhe-se os autos a Fazenda Pública de Manaus/AM Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

ALIMENTOS - PEDIDO

00002 - 004704003220-4

Requerente: E.O.C.O.; Requerido: D.S. => Audiência REALIZADA. SENTENÇA: Acordo homologado. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 004704003561-1

Requerente: M.V.R.S.; Requerido: A.C.R.S. => Intimação efetivado(a). Diga a autora sobre a contestação, intimando-se o advogado constituído Adv - Deniel Rodrigo de Queiroz, Tarcísio Laurindo Pereira.

00004 - 004704003615-5

Requerente: L.S.C.; Requerido: A.S.C. => Aguarde-se realização da audiência prevista para 06/06/2005. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DISSOLUÇÃO SOCIEDADE

00005 - 004704003186-7

Autor: M.V.R.S.; Réu: A.C.R.S. => Audiência de CONCILIAÇÃO E INSTRUÇÃO DESIGNADA para o dia 19/04/2005 às 09:00 horas. Intimação efetivado(a). Fica Vossa Senhoria Intimado da data da audiência designada Para o dia 09.04.2005, às 09:00hs nesta caomarca Adv - Tarcísio Laurindo Pereira.

EMBARGOS DEVEDOR

00006 - 004703002017-7

Embargante: Industria & Com Construção Paraná Agroindustrial Ltda; Embargado: Ronnie Gabriel Garcia e outros => Intimação efetivado(a). Fica Vossa Senhoria intimado da r, sentença cuja a parte final é: Por todo o exposto, extingo o processo, sem julgamento do mérito, com base no art. 267,IV, Código de Processo Civil. Custas pela embargante. Fixo os honorários advocatícios de sucumbência no percentual de 10% (dez por cento) do valor da causa. Adv - Sileno Kleber da Silva Guedes, Francisco de Assis Guimarães Almeida.

EXECUÇÃO

00007 - 004702000760-6

Exeqüente: Raimundo Xavier de Oliveira; Executado: A V de Queiroz => Intimação efetivado(a). Fica Vossa Senhoria intimado do deferimento do pedido Adv - Alceu da Silva.

00008 - 004704003631-2

Exequente: W.S.P.; Executado: R.P.L. => SENTENÇA: Processo extinto. Baixe-se e arquive-se. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

ORDINÁRIA

00009 - 004702000123-7

Requerente: Município de Rorainópolis; Requerido: Itaparã Sport Fishing Ltda => Intimação efetivado(a). Vistas as partes sobre o laudo pericial de fls 748/784, pelo prazo de 05(cinco) dias. Intimação efetivado(a). Adv - Elida Faustino Almeida, José Aparecido Correia.

PRECATÓRIA CÍVEL

00010 - 004704003611-4

Requerente: União Fazenda Nacional; Requerido: Mds-teixeira => Devolva-se a carta precatória ao juiz deprecante com as cautelas legais e nossas homenagens. **AVERBADO** Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00011 - 004704003646-0

Requerente: J.s.s; Requerido: Maria Rodrigues de Sena => Devolva-se a carta precatória ao juiz deprecante com as cautelas legais e nossas homenagens. **AVERBADO** Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

RESCISÃO

00012 - 004703002162-1

Autor: Odilson Nunes da Cunha; Réu: Ubiratan Rodrigues da Fonseca => Autos remetidos ao Tribunal de Justiça. Para o devido processamento do recurso interposto Adv - Francisco Alves Noronha, Domingos Sávio Moura Rebelo.

VARACRIMINAL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) TITULAR:

Maria Aparecida Cury

PROMOTOR(A) :

Ademir Teles Menezes

Adriano ávila Pereira

Erika Lima Gomes Michetti

Henrique Lacerda de Vasconcelos

ESCRIVÃO(Á) :

Pablo Raphael dos Santos Igreja

CRIME C/ PESSOA

00013 - 004702000840-6

Arquivamento ordenado(a). Ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00014 - 004702000844-8

Indiciado: A.R.O. => Arquivamento ordenado(a). ressalvado o disposto no artigo 18 do CPP. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00015 - 004702000092-4

Réu: Marcos Júnior Ferreira => SENTENÇA: Processo extinto. Baixe-se e arquive-se. Com fundamento do arts. 62. do CPP e 107, inciso I, do CP, JULGA EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE RORAINOPOLIS

JUIZADOS ESPECIAIS

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 18/11/2004

Não existem advogados para compor o índice.

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

JUIZADO CÍVEL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):

Maria Aparecida Cury

PROMOTOR(A) :

Ademir Teles Menezes

Adriano ávila Pereira

Erika Lima Gomes Michetti

Henrique Lacerda de Vasconcelos

ESCRIVÃO(Á) :

Pablo Raphael dos Santos Igreja

AÇÃO DE COBRANÇA

00001 - 004703002239-7

Autor: Nancy Esther Villantoy; Réu: Antônio Carlos Rodrigues Silva => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 267 do CPC. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00002 - 004703001911-2

Exequente: Katiuscia Santos de Oliveira; Executado: Francidalva S. Barroso => SENTENÇA: Processo extinto. Baixe-se e arquive-se. Art. 794, inciso I do CPC. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE SÃO LUIZ

JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 18/11/2004

000116RR-B =>00001

000157RR-B =>00002

000173RR-A =>00002

000229RR-A =>00002

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

VARACÍVEL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) TITULAR:

Lana Leitão Martins de Azevedo

PROMOTOR(A) :

Adriano Avila Pereira

Alexandre Moreira Tavares dos Santos

Erika Lima Gomes Michetti

ESCRIVÃO(Á) :

Marcus Vinícius de Oliveira

EXECUÇÃO

00001 - 006002000583-5

Exequente: Jair Luiz do Nascimento; Executado: Francisco de Fátima Rego => EDITAL DE 1a e 2a PRAÇA Dra. Lana Leitão Martins, Juíza de Direito, da Única Vara Cível da Comarca de São Luiz do Anauá/RR, torna público que será realizada a seguinte praça:PROCESSO: 060.02.00583-5, extraída da Ação de Execução de Honorários.PARTES: J. L. N. contra F. F. R.OBJETO DA PRAÇA: 01 (um) Imóvel rural denominado lote 496, Localizado na BR - 210, Km 61, São Luiz do Anauá/RR, avaliado em R\$ 68.263,70 (sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e três reais e setenta centavos). DATA, HORÁRIO e LOCAL: 1a Praça do bem penhorado: Dia 17.02.2005, às 11: 00 h, na sede deste Juízo, sito na Av. Ataliba Gomes de Laia, 100, Centro, São Luiz do Anauá/RR. Cumpra-se, observadas as prescrições legais. São Luiz do Anauá/RR, 18 de novembro de 2004. Eu, Paulo Pereira de Carvalho (Assistente Judiciário) digitei e Marcus Vinícius de Oliveira (Escrivão Judicial), conferiu e assinou de ordem da MM Juíza desta Comarca.Marcus Vinícius de OliveiraEscrivão Adv - Tarcísio Laurindo Pereira.

EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS

00002 - 006004017066-8

Exequente: Ronnie Gabriel Garcia; Executado: João Timóteo de Moura => EDITAL DE 1a e 2a PRAÇA Dra. Lana Leitão

Martins, Juíza de Direito, da Única Vara Cível da Comarca de São Luiz do Anauá/RR, torna público que será realizada a seguinte praça:PROCESSO: 060.04.017066-8, extraída da Ação de Execução de Honorários.PARTES: R. G. G. contra J. T. M.OBJETO DA PRAÇA: 43 (quarenta e três) vacas comum com peso total de 17.200 Kg (dezesete mil e duzentos quilos). Avaliadas em R\$ 29.420,00 (vinte e nove mil quatrocentos e vinte reais), em função do preço do quilo vivo de R\$ 1,70 (um real e setenta centavos). Localizadas na vicinal 22, Km 01. São Luiz do Anauá/RR. DATA, HORÁRIO e LOCAL: 1a Praça do bem penhorado: Dia 01.03.2005, às 11: 00 h, na sede deste Juízo, sito na Av. Ataliba Gomes de Laia, 100, Centro, São Luiz do Anauá/RR. Não alcançando lance superior ao da avaliação, seguir-se-á 2a Praça, no dia 22.03.2005, no mesmo horário e local, pelo maior lance.Cumpra-se, observadas as prescrições legais. São Luiz do Anauá/RR, 18 de novembro de 2004. Eu Paulo Pereira de Carvalho (Assistente Judiciário) digitei e Marcus Vinicius de Oliveira (Escrivão Judicial), conferiu e assinou de ordem da MM Juíza de Direito desta Comarca.Marcus Vinicius de OliveiraEscrivão Adv - Francisco de Assis G. Almeida, Telma Maria de Souza Costa, Francisco de Assis Guimarães Almeida.

COMARCA DE SÃO LUIZ JUIZADOS ESPECIAIS

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 18/11/2004

Não existem advogados para compor o índice.

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

JUIZADO CRIMINAL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Lana Leitão Martins de Azevedo
PROMOTOR(A) :
Adriano Avila Pereira
Alexandre Moreira Tavares dos Santos
Érika Lima Gomes Michetti
ESCRIVÃO(A) :
Marcus Vinicius de Oliveira

CRIME C/ PESSOA

00001 - 006002000768-2

Indiciado: A.C.M.F.M. => SENTENÇA: Do exposto, declaro extinta a punibilidade de ANTONIO CARLOS MACIEL DE FREITAS MARQUES com relação ao suposto crime de ameaça e de lesão corporal apurado no presente processo, com esteio no artigo 107, IV do Código Penal Brasileiro. Intimem-se o doutro representante do Ministério Público e as partes envolvidas.Comunique-se ao Instituto de Identificação Estadual, remetendo cópia da sentença. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos com a devida baixa. Publique-se. Registre-se. São Luiz do Anauá, 11 de novembro de 2004. Lana Leitão Martins Juíza Substituta respondendo pela Comarca de São Luiz do Anauá. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 006002000947-2

Indiciado: W.L.S. => SENTENÇA: Do exposto, declaro extinta a punibilidade de WANNERG LACERDA DE SOUZA com relação ao suposto crime de lesão corporal apurado no presente processo, com esteio no artigo 107, IV do Código Penal Brasileiro. Intimem-se o doutro representante do Ministério Público e as partes envolvidas. Comunique-se ao Instituto de Identificação Estadual, remetendo cópia da sentença.Após as formalidades legais, arquivem-se os autos com a devida baixa. Publique-se. Registre-se. São Luiz do Anauá, 11 de novembro de 2004. Lana Leitão Martins Juíza Substituta respondendo pela Comarca de São Luiz do Anauá. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 006002000956-3

Indiciado: E.C.S. e outros => SENTENÇA: Do exposto, declaro extinta a punibilidade de ANTONIO FRANCISCO MARQUES DE AZEVEDO e Elizeu Carvalho da Silva com relação ao suposto crime de lesão corporal apurado no presente processo, com esteio no artigo 107, IV do Código Penal Brasileiro. Intimem-se o doutro representante do Ministério Público e as partes envolvidas.

Comunique-se ao Instituto de Identificação Estadual, remetendo cópia da sentença. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos com a devida baixa. Publique-se. Registre-se. São Luiz do Anauá, 11 de novembro de 2004. Lana Leitão Martins Juíza Substituta respondendo pela Comarca de São Luiz do Anauá. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 006003002886-8

Indiciado: M.Z.S. => SENTENÇA: Do exposto, declaro extinta a punibilidade de MARIA ZILDA DA SILVA com relação ao suposto crime de lesão corporal apurado no presente processo, com esteio no artigo 107, IV do Código Penal Brasileiro. Intimem-se o doutro representante do Ministério Público e as partes envolvidas. Comunique-se ai Instituto de Identificação Estadual, remetendo cópia da sentença. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos com a devida baixa. Publique-se. Registre-se. São Luiz do Anauá, 11 de novembro de 2004. Lana Leitão Martins Juíza Substituta respondendo pela Comarca de São Luiz do Anauá. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 006003002962-7

Indiciado: J.C.L. => SENTENÇA: Do exposto, declaro extinta a punibilidade de JOSÉ CAVALCANTE LOIOLA com relação ao suposto crime de ameaça apurado no presente processo,m com esteio no artigo 107, IV do Código Penal Brasileiro. Intimem-se o doutro representante do Ministério Público e as partes envolvidas. Comunique-se ao Instituto de Identificação Estadual, remetendo cópia da sentença. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos com a devida baixa. Publique-se. Registre-se. São Luiz do Anauá, 11 de novembro de 2004. Lana Leitão Martins Juíza substituta respondendo pela Comarca de São Luiz do Anauá. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 006004016634-4

Indiciado: C.M.A. => SENTENÇA: Do exposto, declaro extinta a punibilidade de CLAITON DE MOURA ALMADA com relação ao suposto crime de lesão corporal apurado no presente processo, com esteio no artigo 107, IV do Código Penal Brasileiro. Intimem-se o doutro representante do Ministério Público e as partes envolvidas. Comunique-se ao Instituto de Identificação Estadual, remetendo cópia da sentença. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos com a devida baixa. Publique-se. Registre-se. São Luiz do Anauá, 11 de novembro de 2004. Lana Leitão Martins Juíza Substituta respondendo pela Comarca de São Luiz do Anauá. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE ALTO ALEGRE JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 18/11/2004

Não existem advogados para compor o índice.

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

VARACÍVEL

Expediente de 18/11/2004

JUIZ(A) TITULAR:
Rodrigo Cardoso Furlan
PROMOTOR(A) :
Cláudia Parente Cavalcanti
Ilaine Aparecida Paglianni
ESCRIVÃO(A) :
Ocimara da Cunha Vasconcelos

CURATELA/INTERDIÇÃO

00001 - 000504001592-6

Requerente: M.A.P.; Interditado: V.S.P. => Audiência de INTERROGATORIO designada para o dia 06/12/2004 às 09:30 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DIVÓRCIO POR CONVERSÃO

00002 - 000504001593-4

Requerente: M.H.R.S.; Requerido: J.B.R. => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 06/12/2004 às 09:45 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

1ª VARA CÍVEL

PORTARIA N.º 0013/04 1ª Vara Cível. Boa Vista, 12 de novembro de 2004

O DOUTOR ELVO PIGARI JÚNIOR, JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA, ESTADO DE RORAIMA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o teor da PORTARIA/CGJ/N.º. 157/04 de 12 de novembro de 2004, através da qual foi designado para atuar como plantonista nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 2004.

Considerando a necessidade de suporte dos servidores do Cartório.

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR que o próximo Plantão Judiciário inicie-se às 18:00h do dia 12.11.04 e encerre-se às 06:00h de 16.11.04.

Art. 2º DETERMINAR que o Cartório da 1ª Vara Cível, nos dias 13 (sábado), 14 (domingo) e 15 (segunda-feira) de novembro de 2004, fique aberto no período das 08:00 às 18:00h, para pronto atendimento ao público em geral.

Art. 3º DETERMINAR que, nos horários não abrangidos pelo artigo anterior, o telefone celular de n.º. 9971.5002 fique ligado para atendimento das ocorrências urgentes e que exijam pronta intervenção judicial, tais como:

- I - Causas que envolvam iminente risco de vida;
- II - Causas que já não se encontrem distribuídas ao Juízo competente;
- III - Causas que envolvam pedido de liberdade, decorrente de prisão efetivada durante o plantão ou próximo a este;
- IV - Causas que envolvam pedidos liminares, em decorrência de situação emergencial surgida no plantão ou próximo a este e/ou que não possam aguardar distribuição ao Juízo competente;
- V - Comunicação de prisão em flagrante;
- VI - Causas da Vara da Infância e da Juventude que envolvam situações de urgência.

Art. 4º DETERMINAR que os servidores: Liduina Ricarte Beserra Amâncio - Escrivã Judicial, Agenor da Silva Corrêa - Técnico Judiciário e Henrique Negreiros Nascimento - Assistente Judiciário, cumpram o expediente extraordinário, nos dias acima indicados, no horário normal dos plantões.

Cientifique-se, Publique-se e Cumpra-se.

ELVO PIGARI JÚNIOR
Juiz de Direito Substituto da 1ª Vara Cível

4ª VARA CÍVEL

PORTARIA N.º 07/2004 Boa Vista, 19 de novembro de 2004.

O Dr. **Délcio Dias Feu**, MM. Juiz de Direito em exercício na 4ª Vara Cível, no uso de suas atribuições e

Considerando o disposto na Portaria n.º 151/2004, de 08 de novembro de 2004, publicada no Diário do Poder Judiciário n.º 3003, através da qual este Magistrado foi designado para atuar como plantonista nos dias 20 e 21 de novembro do ano em curso.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo para auxiliarem os trabalhos durante o plantão judicial, em regime de atendimento aberto no cartório desta Vara, no horário das 08:00 às 18:00 horas, nos dias 20/11/2004 (Sábado) e 21/11/2004 (Domingo):

MARIA DO P.S. NUNES DE QUEIROZ - (Escrivã).
CASSIANO ANDRÉ DE PAULA DIAS - (Assistente Judiciário).
DÉBORA LIMA BATISTA - (Assistente Judiciária).

Art. 2º - Ficarão em regime de sobreaviso a partir das 18:00 do dia 19/11/2004 até às 08:00 horas do dia 22/11/2004, no período fora do expediente aberto, os servidores Maria do P.S. Nunes de Queiroz

(escrivã), Cassiano André de Paula Dias (Assistente Judiciário) e Débora Lima Batista (Assistente Judiciária).

Art. 3º - Durante o plantão o serviço poderá ser acionado através do telefone celular 9971-5002 (plantão) ou do telefone 621-2755 (cartório - horário de atendimento).

Art. 4º - Dê-se ciência aos servidores.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

Dr. Délcio Dias Feu
Juiz de Direito em exercício na 4ª Vara Cível

8ª VARA CÍVEL

MM. Juiz de Direito
CÉSAR HENRIQUE ALVES

Escrivã Judicial
Eliana Palermo Guerra

**Expediente do dia 17 de novembro de 2004
para ciência e intimação das partes.**

EDITAL DE CITAÇÃO (NO PRAZO DE 30 DIAS)

O Dr. CÉSAR HENRIQUE ALVES - Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, no uso de suas atribuições legais.

Processo n.º **0010.01.009756-5**

Ação: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O ESTADO DE RORAIMA**

Procurador(a): **Daniella Torres de Melo Bezerra**

Executado: **M. DAS NEVES DO NASCIMENTO – ME e MARIA DAS NEVES DO NASCIMENTO**

Advogado(a):

Valor da Dívida: R\$ 1.088,13 (Um mil, oitenta e oito reais e treze centavos), referente a(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa de n.º **04918**, referente ao período de 1999.

DESPACHO: “01 - Cite-se por edital, com fundamento no art. 8º da LEF.” Boa Vista, 03 de setembro de 2004. (a) César Henrique Alves – Juiz de Direito.

FINALIDADE: CITAR o(a) (s) Executado(a) (s) **M. DAS NEVES DO NASCIMENTO – ME e MARIA DAS NEVES DO NASCIMENTO**, para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não ser(em) encontrado(a) (s) o(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de penhora, intimando-se, desde já, o executado e, quando de embargo, no prazo de 30(trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora devidamente cumprido.

Cumpra-se, na forma da lei e para constar, eu **Eliana Palermo Guerra** (Escrivã Judicial) mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 1º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista/RR

Boa Vista, 17 de novembro de 2004

Eliana Palermo Guerra
Escrivã Judicial

EDITAL DE CITAÇÃO (NO PRAZO DE 30 DIAS)

O Dr. CÉSAR HENRIQUE ALVES - Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, no uso de suas atribuições legais.

Processo n.º **0010.01.009943-9**

Ação: EXECUÇÃO FISCALExequente: **O ESTADO DE RORAIMA**Procurador(a): **Daniella Torres de Melo Bezerra**Executado: **R. V. LOPES – ME e ROSENILDA VIANA LOPES**

Advogado(a):

Valor da Dívida: R\$ 702,82 (Setecentos e dois reais e oitenta e dois centavos), referente a(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa de n.º **4705**, referente ao período de 1998.

DESPACHO: “01 - Cite-se por edital, com fundamento no art. 8º da LEF.” Boa Vista, 02 de setembro de 2004. (a) César Henrique Alves – Juiz de Direito.

FINALIDADE: CITAR o(a) (s) Executado(a) (s) **R. V. LOPES – ME e ROSENILDA VIANA LOPES**, para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não ser(em) encontrado(a) (s) o(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de penhora, intimando-se, desde já, o executado e, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30(trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora devidamente cumprido.

Cumpra-se, na forma da lei e para constar, eu **Eliana Palermo Guerra** (Escrivã Judicial) mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 1º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista/RR

Boa Vista, 17 de novembro de 2004

Eliana Palermo Guerra
Escrivã Judicial

**EDITAL DE CITAÇÃO
(NO PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. CÉSAR HENRIQUE ALVES - Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, no uso de suas atribuições legais.

Processo nº **0010.04.091833-5**Ação: **EXECUÇÃO FISCAL**Exequente: **O ESTADO DE RORAIMA**Procurador(a): **Daniella Torres de Melo Bezerra**Executado: **E. SILVA DIAS e ELTON DA SILVA DIAS**

Advogado(a):

Valor da Dívida: R\$ 48.920,86 (Quarenta e oito mil, novecentos e vinte reais e oitenta e seis centavos), referente a(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa de n.º **9949, 9982, 9983, 9984, 10033, 10100 e 10107**, referente ao período de 2004.

DESPACHO: “01 - Cite-se por edital, com fundamento no art. 8º da LEF.” Boa Vista, 05 de novembro de 2004. (a) César Henrique Alves – Juiz de Direito.

FINALIDADE: CITAR o(a) (s) Executado(a) (s) **E. SILVA DIAS e ELTON DA SILVA DIAS**, para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não ser(em) encontrado(a) (s) o(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de penhora, intimando-se, desde já, o executado e, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30(trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora devidamente cumprido.

Cumpra-se, na forma da lei e para constar, eu **Eliana Palermo Guerra** (Escrivã Judicial) mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 1º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista/RR

Boa Vista, 17 de novembro de 2004

Eliana Palermo Guerra

Escrivã Judicial

**EDITAL DE CITAÇÃO
(NO PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. CÉSAR HENRIQUE ALVES - Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, no uso de suas atribuições legais.

Processo nº **0010.04.087808-3**Ação: **EXECUÇÃO FISCAL**Exequente: **O ESTADO DE RORAIMA**Procurador(a): **Daniella Torres de Melo Bezerra**Executado: **TAI PEI IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA, MARILUCE REGIO MARTINS e ALINE ALMEIDA PEIXOTO**

Advogado(a):

Valor da Dívida: R\$ 9.905,92 (Nove mil, novecentos e cinco reais e noventa e dois centavos), referente a(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa de n.º **10051**, referente ao período de 2004.

DESPACHO: “01 - Cite-se por edital, com fundamento no art. 8º da LEF.” Boa Vista, 05 de novembro de 2004. (a) César Henrique Alves – Juiz de Direito.

FINALIDADE: CITAR o(a) (s) Executado(a) (s) **TAI PEI IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA, MARILUCE REGIO MARTINS e ALINE ALMEIDA PEIXOTO**, para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não ser(em) encontrado(a) (s) o(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de penhora, intimando-se, desde já, o executado e, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30(trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora devidamente cumprido.

Cumpra-se, na forma da lei e para constar, eu **Eliana Palermo Guerra** (Escrivã Judicial) mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 1º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista/RR

Boa Vista, 17 de novembro de 2004

Eliana Palermo Guerra
Escrivã Judicial

**EDITAL DE CITAÇÃO
(NO PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. CÉSAR HENRIQUE ALVES - Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, no uso de suas atribuições legais.

Processo nº **0010.04.091794-9**Ação: **EXECUÇÃO FISCAL**Exequente: **O ESTADO DE RORAIMA**Procurador(a): **Daniella Torres de Melo Bezerra**Executado: **A. R. R. DE LIMA e ALECIEENNE R. RODRIGUES DE LIMA**

Advogado(a):

Valor da Dívida: R\$ 7.003,19 (Sete mil, três reais e dezenove centavos), referente a(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa de n.º **10195, 10209, 10210 e 10211**, referente ao período de 2004.

DESPACHO: “01 - Cite-se por edital, com fundamento no art. 8º da LEF.” Boa Vista, 05 de novembro de 2004. (a) César Henrique Alves – Juiz de Direito.

FINALIDADE: CITAR o(a) (s) Executado(a) (s) **A. R. R. DE LIMA e ALECIEENNE R. RODRIGUES DE LIMA**, para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não ser(em) encontrado(a) (s) o(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução

Fiscal acima descrito e, em caso de penhora, intimando-se, desde já, o executado e, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30(trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora devidamente cumprido.

Cumpra-se, na forma da lei e para constar, eu **Eliana Palermo Guerra** (Escrivã Judicial) mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 1º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista/RR

Boa Vista, 17 de novembro de 2004

Eliana Palermo Guerra
Escrivã Judicial

EDITAL DE CITAÇÃO
(NO PRAZO DE 30 DIAS)

O Dr. CÉSAR HENRIQUE ALVES - Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, no uso de suas atribuições legais.

Processo nº **0010.04.091184-3**
Ação: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O ESTADO DE RORAIMA**
Procurador(a): **Daniella Torres de Melo Bezerra**
Executado: **A. M. ABADI e ALCEU MOREIRA ABADI**
Advogado(a):

Valor da Dívida: R\$ 2.167,26 (Dois mil, cento e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos), referente a(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa de n.º **10290**, referente ao período de 2004.

DESPACHO: “01 - Cite-se por edital, com fundamento no art. 8º da LEF.” Boa Vista, 05 de novembro de 2004. (a) César Henrique Alves – Juiz de Direito.

FINALIDADE: CITAR o(a) (s) Executado(a) (s) **A. M. ABADI e ALCEU MOREIRA ABADI**, para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não ser(em) encontrado(a) (s) o(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de penhora, intimando-se, desde já, o executado e, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30(trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora devidamente cumprido.

Cumpra-se, na forma da lei e para constar, eu **Eliana Palermo Guerra** (Escrivã Judicial) mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 1º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista/RR

Boa Vista, 17 de novembro de 2004

Eliana Palermo Guerra
Escrivã Judicial

EDITAL DE CITAÇÃO
(NO PRAZO DE 30 DIAS)

O Dr. CÉSAR HENRIQUE ALVES - Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, no uso de suas atribuições legais.

Processo nº **0010.04.091801-2**
Ação: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O ESTADO DE RORAIMA**
Procurador(a): **Daniella Torres de Melo Bezerra**
Executado: **V. L. A. BEZERRA e VERA LÚCIA ARAÚJO BEZERRA**
Advogado(a):

Valor da Dívida: R\$ 21.272,65 (Vinte um mil, duzentos e setenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), referente a(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa de n.º **9729, 9857, 9858, 10261, 10262 e 14439**, referente ao período de 2004.

DESPACHO: “01 - Cite-se por edital, com fundamento no art. 8º da LEF.” Boa Vista, 05 de novembro de 2004. (a) César Henrique Alves – Juiz de Direito.

FINALIDADE: CITAR o(a) (s) Executado(a) (s) **V. L. A. BEZERRA e VERA LÚCIA ARAÚJO BEZERRA**, para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não ser(em) encontrado(a) (s) o(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de penhora, intimando-se, desde já, o executado e, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30(trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora devidamente cumprido.

Cumpra-se, na forma da lei e para constar, eu **Eliana Palermo Guerra** (Escrivã Judicial) mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 1º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista/RR

Boa Vista, 17 de novembro de 2004

Eliana Palermo Guerra
Escrivã Judicial

EDITAL DE CITAÇÃO
(NO PRAZO DE 30 DIAS)

O Dr. CÉSAR HENRIQUE ALVES - Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, no uso de suas atribuições legais.

Processo nº **0010.04.091169-4**
Ação: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O ESTADO DE RORAIMA**
Procurador(a): **Daniella Torres de Melo Bezerra**
Executado: **M. S. M. L. SANTORO e MARIA SANDRA MARA LPES SANTORO**
Advogado(a):

Valor da Dívida: R\$ 488,46 (Quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta e seis centavos), referente a(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa de n.º **10250**, referente ao período de 2004.

DESPACHO: “01 - Cite-se por edital, com fundamento no art. 8º da LEF.” Boa Vista, 05 de novembro de 2004. (a) César Henrique Alves – Juiz de Direito.

FINALIDADE: CITAR o(a) (s) Executado(a) (s) **M. S. M. L. SANTORO e MARIA SANDRA MARA LPES SANTORO**, para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não ser(em) encontrado(a) (s) o(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de penhora, intimando-se, desde já, o executado e, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30(trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora devidamente cumprido.

Cumpra-se, na forma da lei e para constar, eu **Eliana Palermo Guerra** (Escrivã Judicial) mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 1º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista/RR

Boa Vista, 17 de novembro de 2004

Eliana Palermo Guerra
Escrivã Judicial

EDITAL DE CITAÇÃO
(NO PRAZO DE 30 DIAS)

O Dr. CÉSAR HENRIQUE ALVES - Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, no uso de suas atribuições legais.

Processo nº **0010.04.091829-3**

Ação: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O ESTADO DE RORAIMA**

Procurador(a): **Daniella Torres de Melo Bezerra**

Executado: **L. J. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, LUIZ CLÁUDIO F. QUEIROZ e MARIA JOSÉ DIAS QUEIROZ**

Advogado(a):

Valor da Dívida: R\$ 9.510,11 (Nove mil, quinhentos e dez reais e onze centavos), referente a(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa de n.º **10122 e 10625**, referente ao período de 2004.

DESPACHO: “01 - Cite-se por edital, com fundamento no art. 8º da LEF.” Boa Vista, 05 de novembro de 2004. (a) César Henrique Alves – Juiz de Direito.

FINALIDADE: CITAR o(a) (s) Executado(a) (s) **L. J. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, LUIZ CLÁUDIO F. QUEIROZ e MARIA JOSÉ DIAS QUEIROZ**, para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não ser(em) encontrado(a) (s) o(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de penhora, intimando-se, desde já, o executado e, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30(trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora devidamente cumprido.

Cumpra-se, na forma da lei e para constar, eu **Eliana Palermo Guerra** (Escrivã Judicial) mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 1º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista/RR

Boa Vista, 17 de novembro de 2004

Eliana Palermo Guerra
Escrivã Judicial

EDITAL DE CITAÇÃO
(NO PRAZO DE 30 DIAS)

O Dr. CÉSAR HENRIQUE ALVES - Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, no uso de suas atribuições legais.

Processo nº **0010.01.015681-7**

Ação: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Procurador(a): **Severino do Ramo Benício**

Executado: **FRANCISCO DE ASSIS DO NASCIMENTO – ME e FRANCISCO DE ASSIS DO NASCIMENTO**

Advogado(a):

Valor da Dívida: R\$ 2.059,57 (Dois mil, cinqüenta e nove reais e cinqüenta e sete centavos), referente a(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa de n.º **1997.00615-4**, referente ao período de 1997.

DESPACHO: “01 - Cite-se por edital, com fundamento no art. 8º da LEF.” Boa Vista, 17 de setembro de 2004. (a) César Henrique Alves – Juiz de Direito.

FINALIDADE: CITAR o(a) (s) Executado(a) (s) **FRANCISCO DE ASSIS DO NASCIMENTO – ME e FRANCISCO DE ASSIS DO NASCIMENTO**, para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não ser(em) encontrado(a) (s) o(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de penhora, intimando-se, desde já, o executado e, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30(trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora devidamente cumprido.

Cumpra-se, na forma da lei e para constar, eu **Eliana Palermo Guerra** (Escrivã Judicial) mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 1º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista/RR

Boa Vista, 17 de novembro de 2004

Eliana Palermo Guerra
Escrivã Judicial

EDITAL DE CITAÇÃO
(NO PRAZO DE 30 DIAS)

O Dr. CÉSAR HENRIQUE ALVES - Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista/RR, no uso de suas atribuições legais.

Processo nº **0010.01.015659-3**

Ação: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Procurador(a): **Severino do Ramo Benício**

Executado: **JEOVANE FRANÇA (CASA FRANÇA)**

Advogado(a):

Valor da Dívida: R\$ 437,36 (Quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos), referente a(s) Certidão(ões) da Dívida Ativa de n.º **1995.08940**, referente ao período de 1995.

DESPACHO: “01 - Cite-se por edital, com fundamento no art. 8º da LEF.” Boa Vista, 05 de novembro de 2004. (a) César Henrique Alves – Juiz de Direito.

FINALIDADE: CITAR o(a) (s) Executado(a) (s) **JEOVANE FRANÇA (CASA FRANÇA)**, para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não ser(em) encontrado(a) (s) o(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de penhora, intimando-se, desde já, o executado e, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30(trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora devidamente cumprido.

Cumpra-se, na forma da lei e para constar, eu **Eliana Palermo Guerra** (Escrivã Judicial) mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO - 1º andar, Praça do Centro Cívico s/n, Centro, Boa Vista/RR

Boa Vista, 17 de novembro de 2004

Eliana Palermo Guerra
Escrivã Judicial

JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

MM. Juiz de Direito
LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR

Escrivã
Cláudia Nattrodt

Expediente do dia 19 de novembro de 2004,
para ciência e intimação das partes.

EDITAL DE LEILÃO

PROC. 0010 02 049229-3 – INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Requerido(a): TV IMPERIAL SOCIEDADE LTDA.
Fiel depositário: JOSÉ RENATO HADAD.

O DR. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR – JUIZ SUBSTITUTO DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE BOA VISTA, ESTADO DE RORAIMA, NA FORMA DA LEI ETC...

Pelo presente faz saber a todos quanto virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que será levado a arrematação em primeiro e segundo leilões, os bens penhorados nos autos de n.º 0010 02 049229-3 – INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA, tendo como Exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO e Executado(a) TV IMPERIAL SOCIEDADE LTDA, na seguinte forma:

OBJETO DO LEILÃO:

Descrição	Estado/Característica	Aval./R\$
01 (UM) Aparelho de Ar condicionado marca Springer, cor branca, 10.500 btus, em ótimo estado de conservação e funcionamento	Ótimo estado de conservação	700,00
01 (UM) Bebedouro elétrico, marca IBBL, novo, de cor branca, em perfeito estado de conservação e funcionamento.	Perfeito estado de conservação	250,00
TOTAL DA AVALIAÇÃO		R\$ 950,00

PRIMEIRO LEILÃO: DESIGNADO PARA O DIA 29/11/2004, ÀS 09:30 HORAS, para venda e arrematação por preço não inferior ao da avaliação.

SEGUNDO LEILÃO: DESIGNADO PARA O DIA 09/12/2004, ÀS 09:30 HORAS, para venda e arrematação para quem mais oferecer, não sendo aceito preço vil.

LOCAL: Casa Paulo VI, rua Fernão Dias Paz Leme, 11, bairro Calungá, Boa Vista/RR.

Cláudia Nattrodt
Escrivã

EDITAL DE LEILÃO

PROC. 0010 03 062156-8 – INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Requerido(a): JOSAFÁ DE ALMADA SANTOS.
Fiel depositário: o Requerido.

O DR. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR – JUIZ SUBSTITUTO DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE BOA VISTA, ESTADO DE RORAIMA, NA FORMA DA LEI ETC...

Pelo presente faz saber a todos quanto virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que será levado a arrematação em primeiro e segundo leilões, os bens penhorados nos autos de n.º 0010 03 062156-8 – INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA, tendo como Exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO e Executado(a) JOSAFÁ DE ALMADA SANTOS, na seguinte forma:

OBJETO DO LEILÃO:

Descrição	Estado/Característica	Aval./R\$
01 (UM) Guarda-roupa de madeira, marca Rodial, com 04 gavetas na parte inferior, 02 portas, tamanho médio, em bom estado de conservação.	Bom estado de conservação	200,00
01 (UM) Aparelho de som, marca CCE, 1000w, cor cinza, com caixas, em perfeito estado de conservação.	Perfeito estado de conservação	500,00
TOTAL DA AVALIAÇÃO		R\$ 700,00

PRIMEIRO LEILÃO: DESIGNADO PARA O DIA 29/11/2004, ÀS 10:00 HORAS, para venda e arrematação por preço não inferior ao da avaliação.

SEGUNDO LEILÃO: DESIGNADO PARA O DIA 09/12/2004, ÀS 10:00 HORAS, para venda e arrematação para quem mais oferecer, não sendo aceito preço vil.

LOCAL: Casa Paulo VI, rua Fernão Dias Paz Leme, 11, bairro Calungá, Boa Vista/RR.

Tatiana de Paula Mendes
Escrivã substituta

EDITAL DE LEILÃO

PROC. 0010 02 054116-4 – INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA
Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Requerido(a): SAMIR MAGALHÃES ASSEN.
Fiel depositário: o Requerido.

O DR. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR – JUIZ SUBSTITUTO DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE BOA VISTA, ESTADO DE RORAIMA, NA FORMA DA LEI ETC...

Pelo presente faz saber a todos quanto virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que será levado a arrematação em primeiro e segundo leilões, os bens penhorados nos autos de n.º 0010 02 054116-4 – INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA, tendo como Exequente o MINISTÉRIO PÚBLICO e Executado(a) SAMIR MAGALHÃES ASSEN, na seguinte forma:

OBJETO DO LEILÃO:

Descrição	Estado/Característica	Aval./R\$
01 (UM) Aparelho de ar-condicionado, marca Springer, modelo Inovare, de 7.500 btus, de cor branca.	Em perfeito estado de conservação	580,00
01 (UM) Guarda-roupa, marca Gaudêncio, tamanho médio, 04 portas, sendo duas com espelho, duas gavetas, de cor marrom.	Em regular estado de conservação	200,00
TOTAL DA AVALIAÇÃO		R\$ 780,00

PRIMEIRO LEILÃO: DESIGNADO PARA O DIA 29/11/2004, ÀS 09:00 HORAS, para venda e arrematação por preço não inferior ao da avaliação.

SEGUNDO LEILÃO: DESIGNADO PARA O DIA 09/12/2004, ÀS 09:00 HORAS, para venda e arrematação para quem mais oferecer, não sendo aceito preço vil.

LOCAL: Casa Paulo VI, rua Fernão Dias Paz Leme, 11, bairro Calungá, Boa Vista/RR.

Tatiana de Paula Mendes
Escrivã substituta

COMARCA DE CARACARAÍ

TRIBUNAL DE JÚRI DA COMARCA DE CARACARAÍ

EDITAL DO TRIBUNAL DO JÚRI DE 2005

LISTA PROVISÓRIA

O Doutor JARBAS LACERDA DE MIRANDA, Juiz de Direito da Comarca de Caracará - Roraima e Presidente do Tribunal do Júri, na forma da lei, etc.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que de conformidade com a lei em vigor, ficam as pessoas abaixo designadas como jurados para as reuniões que venham ocorrer durante o ano de 2005:

1. Acir Ramos.....(Autônoma)
2. Albânia Sineider Barros de Moraes.....(Empresária)
3. Antonio Angelim Veloso de Lima.....(Comerciante)
4. Antonio Carvalho Bezerra.....(Comerciante)
5. Antonio R. Damasceno.....(Comerciante)
6. Antonio dos Santos Filho.....(Comerciante)
7. Andreia Loyola de Souza.....(Professora)
8. Ademar José Nascimento.....(Comerciante)
9. Adriana Lima Soares.....(Comerciante)
10. Alda Bastos Barreto.....(Func. Pública)
11. Alex Carvalho Maia.....(Comerciante)
12. Almir Ribeiro Barros.....(Func. Público)
13. Antônia Dalva Rodrigues.....(Professora)
14. Antônia Lindorléia Costa Moraes.....(Comerciante)
15. Antônia Luzivan Moreira Policarpo.....(Professora)
16. Antônia Martins Bezerra.....(Professora)
17. Arleci Barreto da Costa.....(Autônoma)
18. Armeli Oliveira Pará.....(Fun. Pública)
19. Aloisio Loyola de Souza.....(Professor)
20. Arecia Maria Alves Souza.....(Func. Pública)
21. Américo Fábio Leal Santos.....(Professor)
22. Antônia Elizabeth Araújo Leite.....(Func. Pública)
23. Antônio Guivara Nogueira.....(Func. Público)
24. Benedita Severo Nogueira.....(Func. Pública)
25. Carim Tarziano Peixoto.....(BASA)
26. Claudia Rejane de Souza.....(Func. Pública)
27. Claudia Valbia Silva de Moura.....(Func. Pública)
28. Cleia Ferreira Cardoso.....(Func. Pública)
29. Cleunice dos Santos Teles.....(Autônoma)
30. Dilecia Inês Santos.....(Comerciante)
31. Domingos de Souza Ramos.....(comerciante)
32. Doraneí Mota de Freitas.....(Professora)

33. Dorailce Baia Mota.....(Professora)
 34. Doreide Lina Abreu Santos.....(Func. Pública)
 35. Edilson Maximo Rocha.....(Comerciante)
 36. Eidênia Lima Soares.....(Func. Pública)
 37. Esmar Manfer Dutra do Prado.....(Comerciante)
 38. Elias Lima Trindade.....(Comerciante)
 39. Erocilda Coutrin da Silva.....(Func. Pública)
 40. Eraldo Gomes de Oliveira.....(Func. Público)
 41. Ernandina Silva Carvalho.....(Professora)
 42. Edna Amorim Torres.....(Professora)
 43. Elcivam Sampaio Santos.....(Func. Pública)
 44. Edgar Teodoro de Moura Filho.....(Func. Público)
 45. Ednir Carvalho dos Santos.....(Bancaria)
 46. Edmilson Pereira Costa.....(Professor)
 47. Eleonora Carvalho dos Santos.....(Professora)
 48. Emerson Helder Brito da Fonseca.....(Autônomo)
 49. Erasmo de Jesus Nascimento.....(Func. Público)
 50. Euso Barbosa Ribeiro.....(Agente Rec. Federal)
 51. Fabio Tarcisio Santos.....(Radialista)
 52. Fátima Araújo Sabóia.....(Professora)
 53. Fernando de Oliveira Marques.....(Dentista)
 54. Flavio Fernandes Azevedo.....(Comerciante)
 55. Francisca Mesquita Martins.....(Professora)
 56. Francisco Alves da Silva Magalhães.....(Comerciante)
 57. Francisco Alves da Silva Magalhães Filho.....(Comerciante)
 58. Francisco Arnaud de Souza.....(Func. Público)
 59. Francisco Edson Teles Albuquerque.....(Comerciante)
 60. Francisco José Cabral do Nascimento.....(Comerciante)
 61. Francisco Guimarães Costa.....(Func. Petrobrás)
 62. Francisco Moreira Bessa.....(Professor)
 63. Francisco Rogério dos Santos Chaves.....(Bancário)
 64. Francisco Ordenir Pofiro do Nascimento.....(Func. Público)
 65. Francisco Virino de Lima.....(Comerciante)
 66. Fredson Freitas Reis.....(Func. Público)
 67. Gilvan Nunes Moreira.....(Comerciante)
 68. Gilson Pereira Freitas.....(Autônomo)
 69. Gledson Saboia Teles.....(Func. Público)
 70. Gleivanir Cabral do Nascimento.....(Func. Público)
 71. Gleide Saboia Teles.....(Professora)
 72. Gilson Saboia Teles.....(Professora)
 73. Gerisa Evangelista Freitas.....(Professora)
 74. Gleison Sabóia Teles.....(Professor)
 75. Ismar Bernardo de Andrade.....(Func. Público)
 76. Iracema Nascimento Siqueira.....(Func.Pública)
 77. Ivanildo Oliveira Brandão.....(motorista)
 78. Ivanilson Tavares de Andrade.....(Segurança)
 79. Jalmario Garcia de Figueiredo.....(Comerciante)
 80. Jander Rubens de Brito Viana.....(Professor)
 81. Jacira de Araújo Souza.....(Professora)
 82. José Antônio Nunes Moreira.....(Autônomo)
 83. José Arlindo Silva.....(Pescador)
 84. José da Luz Pacheco Neto.....(Func. Público)
 85. José Nogueira Filho.....(Func. Público)
 86. José Ribamar Cardoso da Silva.....(Func. Público)
 87. José Flávio Silva Freitas.....(Func. Público)
 88. José Luiz Carvalho dos Santos.....(Func. Público)
 89. José Martins Ribeiro.....(Professor)
 90. José Nilson Ferreira dos Santos.....(Professor)
 91. Joaquim Mendes de Souza Filho.....(Func. Petrobrás)
 92. Jonas Marreiro de Souza.....(Comerciante)
 93. Jucelino dos Santos Pereira.....(Func. Público)
 94. Joabe Pinto Castelo Branco.....(Motorista)
 95. João Maria de Carvalho Bezerra.....(Func. Público)
 96. Jorge da Costa Reis.....(Func. Público)
 97. Jozimar Severo de Oliveira.....(Autônomo)
 98. Kedson de Souza Barros.....(Func. Público)
 99. Lucineide Gomes Pinheiro.....(Func. Sesp)
 100. Luis Arturo Ulloa Peres.....(Bioquímico)
 101. Luiz Carlos Sá.....(Func. Publico)
 102. Luiz Carlos Freitas Lima.....(Autônomo)
 103. Luiz Célio de Souza Coelho Júnior.....(Autônomo)
 104. Luiz Rodrigues Pereira.....(Func. Público)
 105. Leila D'ávila Costa.....(Func. Petrobrás)
 106. Leidinalva Alves Moraes.....(Func. Pública)
 107. Leidivânia Alves Moraes.....(Func. Pública)
 108. Márcia Mara da Silva Batista.....(Func. Pública)
 109. Marcos Augusto de Freitas.....(Func. Público)
 110. Maria Auxiliadora Gemaque de Oliveira.....(Autônoma)
 111. Maria de Fátima Oliveira Gemaque.....(Func. Pública)
 112. Maria das Graças de Souza Oh.....(Func. Pública)
 113. Maria Edilma Andrade.....(Autônoma)
 114. Maria Helena Bezerra Veloso.....(Comerciante)
 115. Maria Norma Souza Matos.....(Professora)

116. Maria Darcy Almeida.....(Func. Pública)
 117. Marinalva Alves de Souza.....(Professora)
 118. Marisa Rodrigues Pereira.....(Func. Pública)
 119. Marivalda Maria da Silva Figueiredo.....(Func. Pública)
 120. Marlene Socorro Freitas Duarte.....(Autônoma)
 121. Marlene Dias Araújo.....(Autônoma)
 122. Maria Anabor Saraiva Souza.....(Func. Pública)
 123. Max Carvalho Maia.....(Comerciante)
 124. Meire Gigliane Dantas de Assis.....(Diretora Rádio RR)
 125. Nelcimar Reis Vilaça.....(Func. Hospital)
 126. Neli Lima Monteiro.....(Func. Pública)
 127. Nilcea carvalho Barros.....(Profesora)
 128. Patrícia Bezerra Veloso.....(Comerciante)
 129. Pedro Evaristo de Oliveira.....(Comerciante)
 130. Petrônio da Silva Guivares.....(Professor)
 131. Raimundo das Neves Figueiredo.....(Comerciante)
 132. Raimundo Nonato C. Bezerra.....(Func. Público)
 133. Raimundo Nonato Sabóia Vilarins.....(Professor)
 134. Ramone Greisa Nogueira Barata.....(Autônoma)
 135. Renner Lucio de Oliveira Gemaque.....(Func. Público)
 136. Rinaldo Lopes Silva.....(Pescador)
 137. Rogério Reis Oliveira lima.....(Func. Público)
 138. Roberto Eugênio Badú de Souza.....(Func. Pública)
 139. Roseane Bentes de Souza.....(Professora)
 140. Roosevelt Aldeir Guedelha de Freitas.....(Func. Público)
 141. Sandra Brito Fonseca.....(Func. Pública)
 142. Samuel Lima Rodrigues.....(Func. Público)
 143. Sônia Maria Oliveira.....(Func. Pública)
 144. Sandro de Jesus Mendes Moraes.....(Professor)
 145. Sandra Brito da Fonseca.....(Func. Pública)
 146. Sindevalda Almeida de Souza.....(Professora)
 147. Sulamita Garcia Tomé.....(Professora)
 148. Shirley Socorro Gemaque Oliveira.....(Professora)
 149. Silvio Bichara.....(Construtor)
 150. Solange Gemaque de Oliveira.....(Enfermeira)
 151. Sinara Rodrigues Pereira.....(Professora)
 152. Sebastião da Cruz Gomes.....(Professor)
 153. Terezinha de Jesus Nogueira.....(Professora)
 154. Wanderson Bolsanello.....(Comerciante)
 155. Walderez Bastos Rocha.....(Professor)
 156. Wilson Moraes Souza.....(Comerciante)
 157. Waldeene Almeida Rocha.....(Professora)
 158. Waldemira Gomes Freitas.....(Comerciante)
 159. Washington Souza Matos.....(Pescador)
 160. Wender Oliveira Medeiros.....(Professor)
 161. Valdomiro Brandão.....(Professor)
 162. Zelza Muniz Barros.....(Func. Pública)

E para que chegue ao conhecimento de todos passou-lhe o presente Edital que será afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caracará, 17 de novembro do ano de dois mil e quatro. Eu, Maria do P.S.L. Guerra Azevedo, Escrivã Judicial, Subscrevo e assino.

Maria do P.S.L. Guerra Azevedo
Escrivã Judicial

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA – TRE/RR

PRESIDÊNCIA

PORTARIA N.º 546, DE 18 NOVEMBRO DE 2004.

O Desembargador JOSÉ PEDRO FERNANDES, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, em exercício, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO que o servidor SÍLVIO COSTA FEIJÓ, Assessor do Gabinete da Presidência, símbolo CJ-2, encontra-se afastado em virtude de férias, no período de 18.11 a 17.12 do corrente ano.

R E S O L V E:

Designar o servidor JURANDIR SOUSA CARDOSO JUNIOR para substituí-lo no período acima mencionado. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador JOSÉ PEDRO FERNANDES – Presidente em exercício

CORREGEDORIA

PROCESSO Nº 7 – INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL

ASSUNTO: AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL EM FACE DE PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA, PELO FATO DE TER O RECORRIDO, EM SEDE DE PROGRAMA DE RÁDIO, PROMETIDO, CASO ELEITO, A DOAÇÃO MENSAL DE TRINTA MIL CESTAS BÁSICAS.

REPRESENTANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.

1º REPRESENTADO : OTTOMAR DE SOUSA PINTO.

ADVOGADOS : JOÃO FÉLIX SANTANA NETO E OUTROS.

2º REPRESENTADO : ERCI DE MORAIS.

ADVOGADO : HINDEMBURGO ALVES DE

OLIVEIRA FILHO.

RELATOR : DES. ROBÉRIO NUNES.

DESPACHO

Trata-se de Investigação Judicial em que o representado postula a suspensão do processo, haja vista a interposição de Recurso Especial em Exceção de Suspeição (fl. 392).

O Ministério Público, a seu turno, pugna pelo prosseguimento do feito, eis que o Recurso não tem efeito suspensivo (fls. 396-398). Assiste razão ao *Parquet*, diante da ausência de suspensividade no recurso interposto, diante do que determino às partes que apresentem, querendo, alegações finais, no prazo comum de dois dias (LC n.º 64/90, art. 22, X).

Após, voltem os autos conclusos para elaboração do relatório final. Intimem-se.

Boa Vista, 17 de novembro de 2004.

Des. ROBÉRIO NUNES - Relator

PROCESSO Nº 9 – AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL

ASSUNTO: AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL, EM FACE DE VÁRIAS IRREGULARIDADES PERPETRADAS ATRAVÉS DA PREFEITURA DE BOA VISTA, QUE APONTAM PARA O FAVORECIMENTO INDEVIDO DE ALGUNS CANDIDATOS A CARGOS ELETIVOS NAS ELEIÇÕES DE 2002.

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.

REPRESENTADOS: OTTOMAR DE SOUSA PINTO, ROMERO JUCÁ FILHO, MARLUCE PINTO, MARIA HELENA VERONOSSE, ALMIR SÁ, RAUL LIMA, RAMIRO TEIXEIRA E HELDER GROSSI.

ADV.: JOÃO FÉLIX DE SANTANA NETO E OUTROS.

RELATOR: DES. ROBÉRIO NUNES.

DESPACHO

A presente investigação enfrenta, até aqui, moroso trâmite, em boa parte decorrente da dificuldade de citar todos os representados. Apesar disso, pela natureza dos fatos em apreciação, convém dar oportunidade à produção da prova testemunhal.

Em sede de Investigação Judicial, decidiu o TSE que “não ofende a competência dos corregedores eleitorais a convocação ou designação de juízes de direito para a realização dos atos relativos à instrução processual” (Res./TSE n.º 20.960/2001).

Diante disto, delego ao Ex.mo Sr. Dr. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz Eleitoral da 1.ª Zona, a atribuição para ouvir as testemunhas arroladas.

Assino o prazo de trinta dias para as diligências.

Intimem-se.

Boa Vista, 17 de novembro de 2004.

Des. ROBÉRIO NUNES – Relator

SECRETARIA JUDICIÁRIA

EXPEDIENTE DO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2004, PARA CIÊNCIA E INTIMAÇÃO DAS PARTES.

DESPACHOS, ACÓRDÃOS E DECISÕES

PROCESSO Nº 33 – CLASSE IV

ASSUNTO: PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL.

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

REQUERIDO: E. A.

RELATOR: JUIZ MOZARILDO CAVALCANTI.

Juntar as certidões requeridas na f. 05.

Boa Vista, 16/11/04.

Juiz MOZARILDO CAVALCANTI – Relator

PROCESSO Nº 212 – CLASSE XII

ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DA REQUISICÃO DA SERVIDORA VALDENICE FÉLIX (SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO) PARA O CARTÓRIO DA 5ª ZONA ELEITORAL DE RORAIMA.

INTERESSADO: JUIZO DA 5ª ZONA ELEITORAL DE RORAIMA.

RELATOR: JUIZ MOZARILDO CAVALCANTI.

Ao MPE.

Boa Vista, 16/11/04.

Juiz MOZARILDO CAVALCANTI – Relator

BALANCETES DE PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDO:	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	MES	out/04
ORGÃO DO PARTIDO:	F. PARTIDÁRIO	UF/MUNICÍPIO:	Boa Vista - RR
RECEITAS		DESPESAS	
- Receitas do Fundo Partidário	11.877,89	- Administrativas	14.454,59
- Receitas de Contribuições Estatutárias	1.144,80	- Outras Despesas Operacionais	0,00
- Doações		- Não Operacionais	0,00
- De Pessoas Físicas	0,00	- Aquisição de bens e direitos	0,00
- De Pessoas Jurídicas	0,00	- Capital	0,00
- Receitas destinadas por Lei			
- Receitas Financeiras	0,00		
- Receitas de venda de bens de uso	0,00		
- Outras Receitas	0,00		
Saldo do Exercício Anterior		Saldo para o exercício seguinte	
- Caixa		- Caixa	0,00
- Banco	Conta 48.907-7 Rec. Próprios	- Banco	Conta 48.907-7 R.Próprios
	1.653,88		13.013,08
- Banco	Conta 20.107-3 F. Partidário	- Banco	Conta 20.107-3 F. Partidário
	14.253,68		1.601,07
- Banco	Banco do Brasil Ag 2617-4	- Banco	Banco do Brasil Ag 2617-4
	0,00		0,00
TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL
15.907,56		14.614,15	
Boa Vista - RR, 31 de outubro de 2004	Boa Vista - RR, 31 de outubro de 2004	Boa Vista - RR, 31 de outubro de 2004	
Presidente(identificação e assinatura)	Tesoureiro(identificação e assinatura)	Contador(CRC(identificação e assinatura)	
Delcírio Melo Lima	Clóvis Melo de Araújo	Marta Maria Lemos Dourado	
Em Exercício da Presidência	Tesoureiro	CRC 011004-O-0-S-RR	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO REALIZADA EM: 18/11/2004

PROCESSOS EM TRAMITACAO COMUM

I-DISTRIBUIÇÃO

1)AUTOMÁTICA

PROCESSO :2004.42.00.001981-9 PROT.:18/11/2004
 CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANCA INDIVIDUAL
 IMPTE: :LENA LANUSSE DA SILVA DUARTE
 ADVOGADO :LUCIANA OLBERTZ ALVES
 IMPDO: :DIRETOR DE GESTAO DE PESSOAL DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL E OUTROS
 VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.001982-2 PROT.:18/11/2004
 CLASSE :17100-CARTA PRECATORIA PENAL
 REQTE: :MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
 REQDO: :FRANCIVALDO FERNANDES DE OLIVEIRA
 J. Dpcte: :JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE BELEM/PA
 VARA :1ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.001983-6 PROT.:18/11/2004
 CLASSE :17300-CARTA DE ORDEM PENAL
 REQTE: :JUSTICA PUBLICA
 REQDO: :FRANCISCO ARAUJO PERONICO
 J. Dpcte: :DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO
 VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.001984-0 PROT.:18/11/2004
 CLASSE :3300-EXECUCAO FISCAL/OUTRAS
 EXQTE: :INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
 ADVOGADO :ALEXANDRE COELHO NETO
 EXCDO: :EDMILSON BORGES FERRO
 VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.001986-7 PROT.:18/11/2004
 CLASSE :13107-PROCESSO DE CRIME FUNCIONAL
 AUTOR: :MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

ADVOGADO :GILBERTO GUIMARAES FERRAZ JUNIOR
REU: :FRANCISCO FERREIRA DE FREITAS E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.001987-0 PROT.:18/11/2004
CLASSE :2100-MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPTE: :JOSE CARLOS DE SOUZA JUNIOR
ADVOGADO :IVANIR ADILSON STULP
IMPDO: :DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM RORAIMA E OUTROS
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.001979-5 PROT.:18/11/2004
CLASSE :11100-EMBARGOS A EXECUCAO
EMBT: :UNIAO
ADVOGADO :JORGE DE SOUZA
EMBDO: :FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA
VARA :1ª VARA FEDERAL

I-DISTRIBUICAO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO :2004.42.00.001980-5 PROT.:18/11/2004
CLASSE :11100-EMBARGOS A EXECUCAO
EMBT: :MANOEL CARVALHO SOUSA
ADVOGADO :ELIAS BEZERRA DA SILVA
EMBDO: :UNIAO (FAZ. NACIONAL)
VARA :2ª VARA FEDERAL

PROCESSO :2004.42.00.001985-3 PROT.:18/11/2004
CLASSE :13107-PROCESSO DE CRIME FUNCIONAL
AUTOR: :MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO :GILBERTO GUIMARAES FERRAZ JUNIOR
REU: :ROBERTO RAMOS SANTOS
VARA :1ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUE IMPUGNAÇÃO

IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :6
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :3
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
TOTAL DOS PROCESSOS :9

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL (JEF)

PROCESSO :2004.42.00.705147-6 PROT.:18/11/2004
CLASSE :61100-ACAO PENAL PUBLICA – JEF
AUTOR: :MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ADVOGADO :GILBERTO GUIMARAES FERRAZ JUNIOR
REU: :EDERSEN MENDES LIMA
VARA :3ª VARA JEF

III-NÃO HOUE IMPUGNAÇÃO
IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :0
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
TOTAL DOS PROCESSOS :1

1.ª VARA FEDERAL

Juiz Federal Substituto
HELDER GIRÃO BARRETO
Diretor de Secretaria em exercício
ISAAC CARNEIRO DA SILVA

EXPEDIENTE DO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2004

AUTOS COM DESPACHO

PROCESSO Nº : 2004.42.00.001111-5

CLASSE : 2100 – MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL
IMPETRANTE : SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS/RR – SINDIFARMA
ADVOGADO : SP 86340 – JOSÉ NESTOR MARCELINO E OUTRO
IMPETRADO : COORDENADOR DO SERVIÇO AUXILIAR DE SECRETARIA E TESOUREARIA – SASTE-RR DO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RORAIMA
DESPACHO : “(...) archive-se, com baixa na distribuição.”

PROCESSO Nº : 2003.42.00.002501-7
CLASSE : 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA
REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR : DARLAN AIRTON DIAS E OUTROS
REQUERENTE : UNIÃO E FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI
PROCURADOR : RUTH JEHÁ E OUTROS
REQUERIDO : MARIA CÉLIA QUEIROZ PORTELA E OUTROS
REQUERIDO : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : JORGE BARROSO
REQUERIDO : MUNICÍPIO DE PACARAÍMA
ADVOGADO : RR171 B – DENISE CAVALCANTI
DESPACHO : “Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Suspendo o curso desta ação até julgamento do AG nº 2004.01.00.026369-0/RR. Publique-se.”

PROCESSO Nº : 2003.42.00.002487-9
CLASSE : 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA
REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR : DARLAN AIRTON DIAS E OUTROS
REQUERENTE : UNIÃO E FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI
PROCURADOR : RUTH JEHÁ E OUTROS
REQUERIDO : FRANKEMBERG MELO DA SILVA E OUTROS
ADVOGADO : RR171-B – DENISE CAVALCANTI
REQUERIDO : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : JORGE BARROSO
REQUERIDO : MUNICÍPIO DE PACARAÍMA
ADVOGADO : RR171 B – DENISE CAVALCANTI
DESPACHO : “Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Suspendo o curso desta ação até julgamento do AG nº 2004.01.00.026517-3/RR. Publique-se.”

PROCESSO Nº : 2003.42.00.002471-4
CLASSE : 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA
REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR : DARLAN AIRTON DIAS E OUTROS
REQUERENTE : UNIÃO E FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI
PROCURADOR : RUTH JEHÁ E OUTROS
REQUERIDO : EVANDRO RAMALHO DE ARAÚJO
REQUERIDO : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : JORGE BARROSO
REQUERIDO : MUNICÍPIO DE PACARAÍMA
ADVOGADO : RR171 B – DENISE CAVALCANTI
DESPACHO : “Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Suspendo o curso desta ação até julgamento do AG nº 2004.01.00.026334-4/RR. Publique-se.”

PROCESSO Nº : 2003.42.00.002465-6
CLASSE : 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA
REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR : DARLAN AIRTON DIAS E OUTROS
REQUERENTE : UNIÃO E FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI
PROCURADOR : RUTH JEHÁ E OUTROS
REQUERIDO : RITA AUREA DA SILVA ALMEIDA E OUTROS
ADVOGADO : RR149 – MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA E OUTRO
REQUERIDO : ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR : JORGE BARROSO
REQUERIDO : MUNICÍPIO DE PACARAÍMA
ADVOGADO : RR171 B – DENISE CAVALCANTI
DESPACHO : “Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Suspendo o curso desta ação até julgamento do AG nº 2004.01.00.026486-7/RR. Publique-se.”

PROCESSO Nº : 2003.42.00.002457-0
CLASSE : 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA
REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADOR : DARLAN AIRTON DIAS E OUTROS
REQUERENTE : UNIÃO E FUNDAÇÃO NACIONAL DO
ÍNDIO – FUNAI

PROCURADOR : RUTH JEHÁ E OUTROS

REQUERIDO : GERMANO WALDOW

REQUERIDO : ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR : JORGE BARROSO

REQUERIDO : MUNICÍPIO DE PACARAÍMA

ADVOGADO : RR171 B – DENISE CAVALCANTI

DESPACHO : “Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Suspendo o curso desta ação até julgamento do AG nº 2004.01.00.026157-7/RR. Publique-se.”

PROCESSO Nº : 2003.42.00.002469-0

CLASSE : 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA

REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADOR : DARLAN AIRTON DIAS E OUTROS

REQUERENTE : UNIÃO E FUNDAÇÃO NACIONAL DO
ÍNDIO – FUNAI

PROCURADOR : RUTH JEHÁ E OUTROS

REQUERIDO : WALMIR CRUZ PIMENTEL

REQUERIDO : ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR : JORGE BARROSO

REQUERIDO : MUNICÍPIO DE PACARAÍMA

ADVOGADO : RR171 B – DENISE CAVALCANTI

DESPACHO : “Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Suspendo o curso desta ação até julgamento do AG nº 2004.01.00.026155-0/RR. Publique-se.”

PROCESSO Nº : 2003.42.00.002490-6

CLASSE : 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA

REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADOR : DARLAN AIRTON DIAS E OUTROS

REQUERENTE : UNIÃO E FUNDAÇÃO NACIONAL DO
ÍNDIO – FUNAI

PROCURADOR : RUTH JEHÁ E OUTROS

REQUERIDO : ANTONIO M. PARACAT

DEF.DATIVO : RR072 B – JOSIMAR SANTOS BATISTA

REQUERIDO : ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR : JORGE BARROSO

REQUERIDO : MUNICÍPIO DE PACARAÍMA

ADVOGADO : RR171 B – DENISE CAVALCANTI

DESPACHO : “Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Suspendo o curso desta ação até julgamento do AG nº 2004.01.00.026159-4/RR. Publique-se.”

PROCESSO Nº : 2003.42.00.002549-7

CLASSE : 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA

REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADOR : DARLAN AIRTON DIAS E OUTROS

REQUERENTE : UNIÃO E FUNDAÇÃO NACIONAL DO
ÍNDIO – FUNAI

PROCURADOR : RUTH JEHÁ E OUTROS

REQUERIDO : IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS
E OUTROS

REQUERIDO : ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR : JORGE BARROSO

REQUERIDO : MUNICÍPIO DE PACARAÍMA

ADVOGADO : RR171 B – DENISE CAVALCANTI

DESPACHO : “Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Suspendo o curso desta ação até julgamento do AG nº 2004.01.00.026151-5/RR. Publique-se.”

PROCESSO Nº : 2003.42.00.002545-2

CLASSE : 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA

REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADOR : DARLAN AIRTON DIAS E OUTROS

REQUERENTE : UNIÃO E FUNDAÇÃO NACIONAL DO
ÍNDIO – FUNAI

PROCURADOR : RUTH JEHÁ E OUTROS

REQUERIDO : IVANDI DE FREITAS ME E OUTROS

REQUERIDO : ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR : JORGE BARROSO

REQUERIDO : MUNICÍPIO DE PACARAÍMA

ADVOGADO : RR171 B – DENISE CAVALCANTI

DESPACHO : “Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Suspendo o curso desta ação até julgamento do AG nº 2004.01.00.026158-0/RR. Publique-se.”

PROCESSO Nº : 2003.42.00.002459-8

CLASSE : 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA

REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADOR : DARLAN AIRTON DIAS E OUTROS

REQUERENTE : UNIÃO E FUNDAÇÃO NACIONAL DO
ÍNDIO – FUNAI

PROCURADOR : RUTH JEHÁ E OUTROS

REQUERIDO : HIPERION DE OLIVEIRA SILVA E OUTROS

ADVOGADO : RR171-B – DENISE CAVALCANTI

REQUERIDO : ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR : JORGE BARROSO

REQUERIDO : MUNICÍPIO DE PACARAÍMA

ADVOGADO : RR171 B – DENISE CAVALCANTI

DESPACHO : “Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Suspendo o curso desta ação até julgamento do AG nº 2004.01.00.026154-6/RR. Publique-se.”

PROCESSO Nº : 2003.42.00.002452-2

CLASSE : 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA

REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADOR : DARLAN AIRTON DIAS E OUTROS

REQUERENTE : UNIÃO E FUNDAÇÃO NACIONAL DO
ÍNDIO – FUNAI

PROCURADOR : RUTH JEHÁ E OUTROS

REQUERIDO : JOSÉ AMÉRICO VELENTIM E OUTROS

REQUERIDO : ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR : JORGE BARROSO

REQUERIDO : MUNICÍPIO DE PACARAÍMA

ADVOGADO : RR171 B – DENISE CAVALCANTI

DESPACHO : “Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Suspendo o curso desta ação até julgamento do AG nº 2004.01.00.026333-0/RR. Publique-se.”

AUTOS COM SENTENÇA

PROCESSO Nº : 2002.42.00.000454-4

CLASSE : 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA

REQUERENTE : UNIÃO E FUNDAÇÃO NACIONAL DO
ÍNDIO – FUNAI

PROCURADOR : JORGE DE SOUZA E OUTROS

REQUERIDO : JACINTO VANDERLEI E OUTRO

DEF. DATIVO : MÍLTON CÉSAR PEREIRA BATISTA

MM. Juiz Federal Substituto exarou Sentença: “(...) DIANTE DO EXPOSTO, tendo em vista a superveniente perda de objeto e/ou de interesse, extingo o presente processo sem exame do mérito. Sem custas e honorários. P.R.I.”

AUTOS COM DESPACHO

PROCESSO : 2004.42.00.001950-7

CLASSE : 15800 – LIBERDADE PROVISÓRIA

REQUERENTE : ENILSON SOUZA BENÍCIO

REQUERIDO : JUSTIÇA PÚBLICA

ADVOGADO : DR. MOACIR JOSÉ BEZERRA MOTA, OAB/
RR - 190

O Exmo. Sr. Juiz exarou despacho: “... Intime-se o requerente para juntar aos autos o Auto de Prisão em Flagrante...”

EXPEDIENTE DO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2004

AUTOS COM DESPACHO

PROCESSO : 2004.42.00.001434-7

CLASSE : 13101 – PROCESSO COMUM - JUIZ SINGULAR

AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DENUNCIADOS : PAULO ROBERTO DE MATOS CAMPOS E
IRENE WERLANG.

ADVOGADOS : DRS. ALEXANDRE CESAR DANTAS

SOCORRO, OAB/RR – 264 E RODOLHO CESAR MAIA DE
MORAIS, OAB/RR - 269

O Exmo. Sr. Juiz exarou despacho: “ ... intimar as partes da expedição das cartas precatórias para inquirição das testemunhas arroladas pela defesa: Raimundo Augusto Cardoso de Miranda; Argeu Almir Dalsasso; Paulo Manoel Travasso de Arruda; Jorge Luis Mess e Izidoro Grinko, para as Seções Judiciárias do Pará, Amazonas, Pernambuco, Santa Catarina e Paraná, respectivamente....”

AUTOS COM DECISÃO

PROCESSO : 1999.42.00.000873-2

CLASSE : 13101 – PROCESSO COMUM - JUIZ SINGULAR

AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DENUNCIADO : JOSE MELO DE ARAUJO

ADVOGADO : DR. JOAO PUJUCAN PINTO SOUTO MAIOR, OAB/RR - 030

O Exmo. Sr. Juiz exarou decisão: “ ... Com razão o MPF. A questão do parcelamento da pena de multa, cujo encaminhamento para inscrição na dívida ativa da FAZENDA NACIONAL já foi determinado (fls. 173/174), é da alçada da PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL e excede o leito desta ação penal. Diante do exposto, determino o imediato cumprimento da parte final (fl.174) da sentença e, após, o arquivamento destes autos....”

AUTOS COM SENTENÇA

PROCESSO : 1999.42.00.001725-8

CLASSE : 13101 – PROCESSO COMUM - JUIZ SINGULAR

AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DENUNCIADO : FRANCISCO IRLAN DE ANDRADE

ADVOGADOS : DR. WILTON GOMES DE LIMA, OAB/RJ – 79.226

O Exmo. Sr. Juiz exarou sentença: “ ...Sob os fundamentos que tais, **julgo procedente a pretensão punitiva do Estado** para condenar o réu FRANCISCO IRLAN DE ANDRADE nas penas do art. 168-A, c/c o art. 71, ambos do Código Penal(...).” “(...) Dessa forma, sopesadas as circunstâncias judiciais do art. 59, do CP, fixo a pena-base pela prática do crime previsto no art. 168-A, do Código Penal, em **2 (dois) anos de reclusão**. Pelas mesmas circunstâncias e considerando a situação econômica do réu, fixo a pena de multa em **150 (cento e cinquenta) dias-multa**, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, atualizada monetariamente quando da execução (art. 49, §§ 1º e 2º, do Código Penal). Não existem circunstâncias agravantes e a atenuante prevista no art. 65, III, “d”, do Código Penal, não aproveita ao réu, porquanto fixada a pena-base no mínimo legal (Súmula 231 do STJ). Inexistindo causas de diminuição de pena, deve incidir apenas o aumento previsto no artigo 71, do Código Penal, em razão da continuidade delitiva. Em consequência elevo a pena em 1/6 (um sexto), ficando o réu **definitivamente** condenado a **2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão** e ao pagamento de **175 (cento e setenta e cinco) dias-multa**, calculada nos moldes acima estabelecidos. O regime inicial de cumprimento da pena será o aberto (art. 33, § 2º alínea “c”, do Código Penal). Reconheço, outrossim, a primariedade do réu, constatando que sua conduta social e personalidade não se mostram incompatíveis com a vida em sociedade. Assim, satisfeitos os requisitos do art. 44, do CP, substituo a pena privativa de liberdade pelas seguintes penas restritivas de direito: a) **Prestação pecuniária** no montante de 10 (dez) salários mínimos, que deverá ser comprovada nos autos com documentos, no prazo de 10 (dez) dias, o seu recolhimento em favor de instituições de assistência social a idosos carentes desse Estado. b) **Prestação de serviços à comunidade ou a entidade pública**, pelo mesmo período da pena privativa de liberdade, fazendo-a aos sábados, domingos e feriados, ou em dias úteis, durante oito horas semanais, em entidade pública ou comunitária a ser previamente selecionada pelo Juízo da Execução desta Seccional, na forma do art. 149, I e § 1º, da Lei n.º 7.210/84(...)”

PROCESSO : 2003.42.00.001201-0

CLASSE : 13101 – PROCESSO COMUM - JUIZ SINGULAR

AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DENUNCIADOS : CLAUDIO COUTINHO, CARLOS ANTONIO

MELO COUTINHO, CLEBIO COUTINHO, EDILA DE MELO

COUTINHO, EDMUNDO DE MELO COUTINHO, ELIVAL

BERNARDO COUTINHO, FRANCISCO DAS CHAGAS

WANDERLEY, HUGO CABRAL DE MACEDO, HUGO

CABRAL DE MACEDO FILHO, JACINCO WANDERLEY E

LUIZ LARANJEIRA DE MACEDO

ADVOGADOS : DRS. MARIO JUNHO TAVARES DA SILVA,

OAB/RR 164, JOÃO PUJUCAN PINTO SOUTO MAIOR, OAB/

RR 030, MOACIR JOSE BEZERRA MOTA, OAB/RR 190,

JOSIMAR SANTOS BATISTA, OAB/RR 072-B e SILENE

MARIA PEREIRA FRANCO, OAB/RR 288

III - DISPOSITIVO

Sob fundamentos que tais, **julgo procedente a pretensão punitiva do Estado** para **condenar** os réus CLAUDIO COUTINHO, CARLOS ANTONIO MELO COUTINHO, CLÉBIO COUTINHO, EDILA DE MELO COUTINHO, EDMUNDO DE MELO COUTINHO, ELIVAL BERNARDO COUTINHO, FRANCISCO DAS CHAGAS WANDERLEY, HUGO CABRAL DE MACEDO, HUGO CABRAL DE MACEDO FILHO, JACINTO WANDERLEY e LUIZ LARANJEIRA DE MACEDO às penas dos

art. 146, § 1º e art. 163, parágrafo único, incisos I e IV, ambos do Código Penal.

condeno, ainda, o réu Hugo Cabral de Macedo a pena prevista no art. 311 da Lei nº. 9.503/97.

Passo, por conseguinte, a fixar-lhes as devidas penas.

DOSIMETRIA E FIXAÇÃO DA PENA

CLÁUDIO COUTINHO

A conduta deste réu que sem qualquer motivo para enveredar na seara criminosa, para satisfazer interesse pessoal, associou-se aos outros acusados com a finalidade de constranger missionárias e indígenas, impedindo-os de trafegar em via pública e obrigando-os a abandonar o veículo em que andavam e retornar à pé, para, em seguida, arremessar este veículo de cima de uma ponte, revela grau máximo de reprovabilidade. É primário e possui bons antecedentes. A sua conduta social, ao menos no seio familiar, não é desabonadora, como se deflui dos autos. Os motivos dos crimes são injustificáveis, porquanto consubstanciados na utilização da força para resolver problemas relacionados à disputa de terras. As circunstâncias do crime são graves, por se tratar de uso da força privada como meio de resolução de conflitos, prática vedada no ordenamento jurídico. Ato que torna difícil a pacificação social e inflige um sentimento de impunidade no seio da comunidade. A sua conduta dificultou a atuação do Estado na reprimenda ao delito.

Dessa forma, sopesadas as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, fixo-lhe as seguintes penas-base:

Quanto ao Crime do art. 146, do Código Penal (Constrangimento Ilegal) fixo a pena base em 06 (seis) meses de detenção.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “h”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **07 (sete) meses de detenção**.

Não incidindo causa de diminuição, mas presentes duas causas de aumento de pena específica, uma prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73 e outra no § 1º, do art. 146, do Código Penal, aplico esta última em face do que dispõe o parágrafo único do art. 68, do Código Penal, dobrando a pena aplicada, ficando condenado em **1 (um) ano e 02 meses de detenção**.

Quanto ao Crime do art. 163, incisos I e VI (Dano Qualificado) fixo a pena base em 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento 200 (duzentos) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “c”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento 233 (duzentos e trinta três) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Não incidindo causa de diminuição, mas presente a causa de aumento de pena específica prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73, majoro a pena em 1/3 (um terço), ficando condenado em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

À vista do concurso material incidente na espécie, torno definitivas as referidas penas privativas de liberdade, a de reclusão em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato e a de detenção em **1 (um) ano e 02 meses de detenção**. Deverá ser cumprida primeiramente a de reclusão e depois a de detenção, nos termos do art. 69 do Código Penal.

O regime inicial do cumprimento das penas será o aberto.

Deixo de substituir a pena nos moldes do art. 44, pelo fato do delito ter sido praticado mediante violência e grave ameaça.

CARLOS ANTONIO MELO COUTINHO

A conduta deste réu que sem qualquer motivo para enveredar na seara criminosa, para satisfazer interesse pessoal, associou-se aos outros acusados com a finalidade de constranger missionárias e indígenas, impedindo-os de trafegar em via pública e obrigando-os a abandonar o veículo em que andavam e retornar à pé, para, em seguida, arremessar este veículo de cima de uma ponte, revela grau máximo de reprovabilidade. É primário e possui bons antecedentes. A sua conduta social, ao menos no seio familiar, não é desabonadora, como se defluiu dos autos. Os motivos dos crimes são injustificáveis, porquanto consubstanciados na utilização da força para resolver problemas relacionados à disputa de terras. As circunstâncias do crime são graves, por se tratar de uso da força privada como meio de resolução de conflitos, prática vedada no ordenamento jurídico. Ato que torna difícil a pacificação social e inflige um sentimento de impunidade no seio da comunidade. A sua conduta dificultou a atuação do Estado na reprimenda ao delito.

Dessa forma, sopesadas as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, fixo-lhe as seguintes penas-base:

Quanto ao Crime do art. 146, do Código Penal (Constrangimento Ilegal) fixo a pena base em 06 (seis) meses de detenção.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “h”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **07 (sete) meses de detenção.**

Não incidindo causa de diminuição, mas presentes duas causas de aumento de pena específica, uma prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73 e outra no § 1º, do art. 146, do Código Penal, aplico esta última em face do que dispõe o parágrafo único do art. 68, do Código Penal, dobrando a pena aplicada, ficando condenado em **1 (um) ano e 02 meses de detenção.**

Quanto ao Crime do art. 163, incisos I e VI (Dano Qualificado) fixo a pena base em 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento 200 (duzentos) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “c”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento 233 (duzentos e trinta três) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.**

Não incidindo causa de diminuição, mas presente a causa de aumento de pena específica prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73, majoro a pena em 1/3 (um terço), ficando condenado em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.**

À vista do concurso material incidente na espécie, torno definitivas as referidas penas privativas de liberdade, a de reclusão em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato e a de detenção em 1 (um) ano e 02 meses de detenção.** Deverá ser cumprida primeiramente a de reclusão e depois a de detenção, nos termos do art. 69 do Código Penal.

O regime inicial do cumprimento das penas será o aberto.

Deixo de substituir a pena nos moldes do art. 44, pelo fato do delito ter sido praticado mediante violência e grave ameaça.

CLÉBIO COUTINHO

A conduta deste réu que sem qualquer motivo para enveredar na seara criminosa, para satisfazer interesse pessoal, associou-se aos outros acusados com a finalidade de constranger missionárias e indígenas, impedindo-os de trafegar em via pública e obrigando-os a abandonar o veículo em que andavam e retornar à pé, para, em seguida, arremessar este veículo de cima de uma ponte, revela grau máximo de reprovabilidade. É primário e possui bons antecedentes. A sua conduta social, ao menos no seio familiar, não é desabonadora, como se defluiu dos autos. Os motivos dos crimes são injustificáveis, porquanto consubstanciados na utilização da força para resolver problemas relacionados à disputa de terras. As circunstâncias do crime são graves, por se tratar de uso da força privada como meio de

resolução de conflitos, prática vedada no ordenamento jurídico. Ato que torna difícil a pacificação social e inflige um sentimento de impunidade no seio da comunidade. A sua conduta dificultou a atuação do Estado na reprimenda ao delito.

Dessa forma, sopesadas as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, fixo-lhe as seguintes penas-base:

Quanto ao Crime do art. 146, do Código Penal (Constrangimento Ilegal) fixo a pena base em 06 (seis) meses de detenção.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “h”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **07 (sete) meses de detenção.**

Não incidindo causa de diminuição, mas presentes duas causas de aumento de pena específica, uma prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73 e outra no § 1º, do art. 146, do Código Penal, aplico esta última em face do que dispõe o parágrafo único do art. 68, do Código Penal, dobrando a pena aplicada, ficando condenado em **1 (um) ano e 02 meses de detenção.**

Quanto ao Crime do art. 163, incisos I e VI (Dano Qualificado) fixo a pena base em 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento 200 (duzentos) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “c”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento 233 (duzentos e trinta três) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.**

Não incidindo causa de diminuição, mas presente a causa de aumento de pena específica prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73, majoro a pena em 1/3 (um terço), ficando condenado em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.**

À vista do concurso material incidente na espécie, torno definitivas as referidas penas privativas de liberdade, a de reclusão em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato e a de detenção em 1 (um) ano e 02 meses de detenção.** Deverá ser cumprida primeiramente a de reclusão e depois a de detenção, nos termos do art. 69 do Código Penal.

O regime inicial do cumprimento das penas será o aberto.

Deixo de substituir a pena nos moldes do art. 44, pelo fato do delito ter sido praticado mediante violência e grave ameaça.

EDMUNDO DE MELO COUTINHO

A conduta deste réu que sem qualquer motivo para enveredar na seara criminosa, para satisfazer interesse pessoal, associou-se aos outros acusados com a finalidade de constranger missionárias e indígenas, impedindo-os de trafegar em via pública e obrigando-os a abandonar o veículo em que andavam e retornar à pé, para, em seguida, arremessar este veículo de cima de uma ponte, revela grau máximo de reprovabilidade. É primário e possui bons antecedentes. A sua conduta social, ao menos no seio familiar, não é desabonadora, como se defluiu dos autos. Os motivos dos crimes são injustificáveis, porquanto consubstanciados na utilização da força para resolver problemas relacionados à disputa de terras. As circunstâncias do crime são graves, por se tratar de uso da força privada como meio de resolução de conflitos, prática vedada no ordenamento jurídico. Ato que torna difícil a pacificação social e inflige um sentimento de impunidade no seio da comunidade. A sua conduta dificultou a atuação do Estado na reprimenda ao delito.

Dessa forma, sopesadas as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, fixo-lhe as seguintes penas-base:

Quanto ao Crime do art. 146, do Código Penal (Constrangimento Ilegal) fixo a pena base em 06 (seis) meses de detenção.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “h”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **07 (sete) meses de detenção.**

Não incidindo causa de diminuição, mas presentes duas causas de aumento de pena específica, uma prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73 e outra no § 1º, do art. 146, do Código Penal, aplico esta última em face do que dispõe o parágrafo único do art. 68, do Código Penal, dobrando a pena aplicada, ficando condenado em **1 (um) ano e 02 meses de detenção**.

Quanto ao Crime do art. 163, incisos I e VI (Dano Qualificado) fixo a pena base em 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento 200 (duzentos) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “c”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento 233 (duzentos e trinta três) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Não incidindo causa de diminuição, mas presente a causa de aumento de pena específica prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73, majoro a pena em 1/3 (um terço), ficando condenado em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

À vista do concurso material incidente na espécie, torno definitivas as referidas penas privativas de liberdade, a de reclusão em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato e a de detenção em **1 (um) ano e 02 meses de detenção**. Deverá ser cumprida primeiramente a de reclusão e depois a de detenção, nos termos do art. 69 do Código Penal.

O regime inicial do cumprimento das penas será o aberto.

Deixo de substituir a pena nos moldes do art. 44, pelo fato do delito ter sido praticado mediante violência e grave ameaça.

ELIVAL BERNARDO COUTINHO

A conduta deste réu que sem qualquer motivo para enveredar na seara criminosa, para satisfazer interesse pessoal, associou-se aos outros acusados com a finalidade de constranger missionárias e indígenas, impedindo-os de trafegar em via pública e obrigando-os a abandonar o veículo em que andavam e retornar à pé, para em seguida arremessar este veículo de cima de uma ponte, revela grau máximo de reprovabilidade. É primário e possui bons antecedentes. A sua conduta social, ao menos no seio familiar, não é desabonadora, como se deflui dos autos. Os motivos dos crimes são injustificáveis, porquanto consubstanciados na utilização da força para resolver problemas relacionados à disputa de terras. As circunstâncias do crime são graves, por se tratar de uso da força privada como meio de resolução de conflitos, prática vedada no ordenamento jurídico. Ato que torna difícil a pacificação social e inflige um sentimento de impunidade no seio da comunidade. A sua conduta dificultou a atuação do Estado na reprimenda ao delito.

Dessa forma, sopesadas as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, fixo-lhe as seguintes penas-base:

Quanto ao Crime do art. 146, do Código Penal (Constrangimento Ilegal) fixo a pena base em 06 (seis) meses de detenção.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “h”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **07 (sete) meses de detenção**.

Não incidindo causa de diminuição, mas presentes duas causas de aumento de pena específica, uma prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73 e outra no § 1º, do art. 146, do Código Penal, aplico esta última em face do que dispõe o parágrafo único do art. 68, do Código Penal, dobrando a pena aplicada, ficando condenado em **1 (um) ano e 02 meses de detenção**.

Quanto ao Crime do art. 163, incisos I e VI (Dano Qualificado) fixo a pena base em 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento 200 (duzentos) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “c”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento 233 (duzentos e trinta três) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Não incidindo causa de diminuição, mas presente a causa de aumento de pena específica prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73, majoro a pena em 1/3 (um terço), ficando condenado em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

À vista do concurso material incidente na espécie, torno definitivas as referidas penas privativas de liberdade, a de reclusão em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato e a de detenção em **1 (um) ano e 02 meses de detenção**. Deverá ser cumprida primeiramente a de reclusão e depois a de detenção, nos termos do art. 69 do Código Penal.

O regime inicial do cumprimento das penas será o aberto.

Deixo de substituir a pena nos moldes do art. 44, pelo fato do delito ter sido praticado mediante violência e grave ameaça.

FRANCISCO DAS CHAGAS WANDERLEY

A conduta deste réu que sem qualquer motivo para enveredar na seara criminosa, para satisfazer interesse pessoal, associou-se aos outros acusados com a finalidade de constranger missionárias e indígenas, impedindo-os de trafegar em via pública e obrigando-os a abandonar o veículo em que andavam e retornarem a pé, para, em seguida, arremessar este veículo de cima de uma ponte, revela grau máximo de reprovabilidade. É primário e possui bons antecedentes. A sua conduta social, ao menos no seio familiar, não é desabonadora, como se deflui dos autos. Os motivos dos crimes são injustificáveis, porquanto consubstanciados na utilização da força para resolver problemas relacionados à disputa de terras. As circunstâncias do crime são graves, por se tratar de uso da força privada como meio de resolução de conflitos, prática vedada no ordenamento jurídico. Ato que torna difícil a pacificação social e inflige um sentimento de impunidade no seio da comunidade. A sua conduta dificultou a atuação do Estado na reprimenda ao delito.

Dessa forma, sopesadas as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, fixo-lhe as seguintes penas-base:

Quanto ao Crime do art. 146, do Código Penal (Constrangimento Ilegal) fixo a pena base em 06 (seis) meses de detenção.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “h”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **07 (sete) meses de detenção**.

Não incidindo causa de diminuição, mas presentes duas causas de aumento de pena específica, uma prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73 e outra no § 1º, do art. 146, do Código Penal, aplico esta última em face do que dispõe o parágrafo único do art. 68, do Código Penal, dobrando a pena aplicada, ficando condenado em **1 (um) ano e 02 meses de detenção**.

Quanto ao Crime do art. 163, incisos I e VI (Dano Qualificado) fixo a pena base em 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento 200 (duzentos) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “c”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento 233 (duzentos e trinta três) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Não incidindo causa de diminuição, mas presente a causa de aumento de pena específica prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73, majoro a pena em 1/3 (um terço), ficando condenado em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

À vista do concurso material incidente na espécie, torno definitivas as referidas penas privativas de liberdade, a de reclusão em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato e a de detenção em **1 (um) ano e 02 meses de detenção**. Deverá ser cumprida primeiramente a de reclusão e depois a de detenção, nos termos do art. 69 do Código Penal.

O regime inicial do cumprimento das penas será o aberto.

Deixo de substituir a pena nos moldes do art. 44, pelo fato do delito ter sido praticado mediante violência e grave ameaça.

HUGO CABRAL DE MACEDO FILHO

A conduta deste réu que sem qualquer motivo para enveredar na seara criminosa, para satisfazer interesse pessoal, associou-se aos outros acusados com a finalidade de constranger missionárias e indígenas, impedindo-os de trafegar em via pública e obrigando-os a abandonar o veículo em que andavam e retornar à pé, para em seguida arremessar este veículo de cima de uma ponte, revela grau máximo de reprovabilidade. É primário e possui bons antecedentes. A sua conduta social, ao menos no seio familiar, não é desabonadora, como se deflui dos autos. Os motivos dos crimes são injustificáveis, porquanto consubstanciados na utilização da força para resolver problemas relacionados à disputa de terras. As circunstâncias do crime são graves, por se tratar de uso da força privada como meio de resolução de conflitos, prática vedada no ordenamento jurídico. Ato que torna difícil a pacificação social e inflige um sentimento de impunidade no seio da comunidade. A sua conduta dificultou a atuação do Estado na reprimenda ao delito.

Dessa forma, sopesadas as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, fixo-lhe as seguintes penas-base:

Quanto ao Crime do art. 146, do Código Penal (Constrangimento Ilegal) fixo a pena base em 06 (seis) meses de detenção.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “h”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **07 (sete) meses de detenção**.

Não incidindo causa de diminuição, mas presentes duas causas de aumento de pena específica, uma prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73 e outra no § 1º, do art. 146, do Código Penal, aplico esta última em face do que dispõe o parágrafo único do art. 68, do Código Penal, dobrando a pena aplicada, ficando condenado em **1 (um) ano e 02 meses de detenção**.

Quanto ao Crime do art. 163, incisos I e VI (Dano Qualificado) fixo a pena base em 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento 200 (duzentos) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “c”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento 233 (duzentos e trinta três) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Não incidindo causa de diminuição, mas presente a causa de aumento de pena específica prevista no art. 59, da Lei nº. 6001/73, majoro a pena em 1/3 (um terço), ficando condenado em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

À vista do concurso material incidente na espécie, torno definitivas as referidas penas privativas de liberdade, a de reclusão em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato e a de detenção em **1 (um) ano e 02 meses de detenção**. Deverá ser cumprida primeiramente a de reclusão e depois a de detenção, nos termos do art. 69 do Código Penal.

O regime inicial do cumprimento das penas será o aberto.

Deixo de substituir a pena nos moldes do art. 44, pelo fato do delito ter sido praticado mediante violência e grave ameaça.

JACINTO WANDERLEY

A conduta deste réu que sem qualquer motivo para enveredar na seara criminosa, para satisfazer interesse pessoal, associou-se aos outros acusados com a finalidade de constranger missionárias e indígenas, impedindo-os de trafegar em via pública e obrigando-os a abandonar o veículo em que andavam e retornar à pé, para em seguida arremessar este veículo de cima de uma ponte, revela grau máximo de reprovabilidade. É primário e possui bons antecedentes. A sua conduta social, ao menos no seio familiar, não é desabonadora, como se deflui dos autos. Os motivos dos crimes são injustificáveis, porquanto consubstanciados na utilização da força para resolver problemas relacionados à disputa de terras. As circunstâncias do crime são graves, por se tratar de uso da força privada como meio de resolução de conflitos, prática vedada no ordenamento jurídico. Ato que torna difícil a pacificação social e inflige um sentimento de impunidade no seio da comunidade. A sua conduta dificultou a atuação do Estado na reprimenda ao delito.

Dessa forma, sopesadas as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, fixo-lhe as seguintes penas-base:

Quanto ao Crime do art. 146, do Código Penal (Constrangimento Ilegal) fixo a pena base em 06 (seis) meses de detenção.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “h”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **07 (sete) meses de detenção**.

Não incidindo causa de diminuição, mas presentes duas causas de aumento de pena específica, uma prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73 e outra no § 1º, do art. 146, do Código Penal, aplico esta última em face do que dispõe o parágrafo único do art. 68, do Código Penal, dobrando a pena aplicada, ficando condenado em **1 (um) ano e 02 meses de detenção**.

Quanto ao Crime do art. 163, incisos I e VI (Dano Qualificado) fixo a pena base em 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento 200 (duzentos) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “c”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento 233 (duzentos e trinta três) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Não incidindo causa de diminuição, mas presente a causa de aumento de pena específica prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73, majoro a pena em 1/3 (um terço), ficando condenado em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

À vista do concurso material incidente na espécie, torno definitivas as referidas penas privativas de liberdade, a de reclusão em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato e a de detenção em **1 (um) ano e 02 meses de detenção**. Deverá ser cumprida primeiramente a de reclusão e depois a de detenção, nos termos do art. 69 do Código Penal.

O regime inicial do cumprimento das penas será o aberto.

Deixo de substituir a pena nos moldes do art. 44, pelo fato do delito ter sido praticado mediante violência e grave ameaça.

EDILA DE MELO COUTINHO

A conduta desta ré que sem qualquer motivo para enveredar na seara criminosa, para satisfazer interesse pessoal, associou-se aos outros acusados e incitou-os com a finalidade de constranger missionárias e indígenas, impedindo-os de trafegar em via pública e obrigando-os a abandonar o veículo em que andavam e retornar à pé, para em seguida arremessar este veículo de cima de uma ponte, revela grau máximo de reprovabilidade. É primário e possui bons antecedentes. A sua conduta social, ao menos no seio familiar, não é desabonadora, como se deflui dos autos. Os motivos dos crimes são injustificáveis, porquanto consubstanciados na utilização da força para resolver problemas relacionados à disputa de terras. As circunstâncias do crime são graves, por se tratar de uso da força privada como meio de resolução de conflitos, prática vedada no

ordenamento jurídica. Ato que torna difícil a pacificação social e inflige um sentimento de impunidade no seio da comunidade. A sua conduta dificultou a atuação do Estado na reprimenda ao delito.

Dessa forma, sopesadas as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, fixo-lhe as seguintes penas-base:

Quanto ao Crime do art. 146, do Código Penal (Constrangimento Ilegal) fixo a pena base em 07 (sete) meses de detenção.

Ausentes atenuantes. Presentes as agravantes do inciso II, alínea “h”, do art. 61 e 62, inciso I, aplico somente a primeira, porquanto a segunda foi considerada nas circunstâncias judiciais, dessarte, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenada em **08 (oito) meses de detenção.**

Não incidindo causa de diminuição, mas presentes duas causas de aumento de pena específica, uma prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73 e outra no § 1º, do art. 146, do Código Penal, aplico esta última em face do que dispõe o parágrafo único do art. 68, do Código Penal, dobrando a pena aplicada, ficando condenado em **1 (um) ano e 06 (seis) meses de detenção.**

Quanto ao Crime do art. 163, incisos I e VI (Dano Qualificado) fixo a pena base em 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão e ao pagamento 220 (duzentos e vinte) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “c”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **02 (dois) anos e 07 (sete) meses de reclusão e ao pagamento 256 (duzentos e cinquenta e seis) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.**

Não incidindo causa de diminuição, mas presente a causa de aumento de pena específica prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73, majoro a pena em 1/3 (um terço), ficando condenado em **03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão e ao pagamento de 342 (trezentos e quarenta e dois) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.**

A vista do concurso material incidente na espécie, torno definitivas as referidas penas privativas de liberdade, a de reclusão em **03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão e ao pagamento de 342 (trezentos e quarenta e dois) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato e a de detenção em 1 (um) ano e 06 (seis) de detenção.** Deverá ser cumprida primeiramente a de reclusão e depois a de detenção, nos termos do art. 69 do Código Penal.

O regime inicial do cumprimento das penas será o aberto.

Deixo de substituir a pena nos moldes do art. 44, pelo fato do delito ter sido praticado mediante violência e grave ameaça.

LUIZ LARANJEIRA DE MACEDO

A conduta deste réu que sem qualquer motivo para enveredar na seara criminoso, para satisfazer interesse pessoal, associou-se aos outros acusados e incitou-os com a finalidade de constranger missionárias e indígenas, impedindo-os de trafegar em via pública e obrigando-os a abandonar o veículo em que andavam e retornar à pé, para em seguida arremessar este veículo de cima de uma ponte, revela grau máximo de reprovabilidade. É primário e possui bons antecedentes. A sua conduta social, ao menos no seio familiar, não é desabonadora, como se deflui dos autos. Os motivos dos crimes são injustificáveis, porquanto consubstanciados na utilização da força para resolver problemas relacionados à disputa de terras. As circunstâncias do crime são graves, por se tratar de uso da força privada como meio de resolução de conflitos, prática vedada no ordenamento jurídico. Ato que torna difícil a pacificação social e inflige um sentimento de impunidade no seio da comunidade. A sua conduta dificultou a atuação do Estado na reprimenda ao delito.

Dessa forma, sopesadas as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, fixo-lhe as seguintes penas-base:

Quanto ao Crime do art. 146, do Código Penal (Constrangimento Ilegal) fixo a pena base em 07 (sete) meses de detenção.

Presente a atenuante prevista no art inciso I, *in fine*, do art. 65 do CP, diminuo a pena em 1/6 ficando condenado em **05 (cinco) meses de detenção.**

Presentes as agravantes do inciso II, alínea “h”, do art. 61 e 62, inciso I, aplico somente a primeira, porquanto a segunda foi considerada nas circunstâncias judiciais, dessarte, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **06 (seis) meses de detenção.**

Não incidindo causa de diminuição, mas presentes duas causas de aumento de pena específica, uma prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73 e outra no § 1º, do art. 146, do Código Penal, aplico esta última em face do que dispõe o parágrafo único do art. 68, do Código Penal, dobrando a pena aplicada, ficando condenado em **1 (um) ano de detenção.**

Quanto ao Crime do art. 163, incisos I e VI (Dano Qualificado) fixo a pena base em 02 (dois) anos e 03 (três) de reclusão e ao pagamento 220 (duzentos e vinte) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Presente a atenuante prevista no inciso I, *in fine*, do art. 65 do CP, diminuo a pena em 1/6 ficando condenado em **01 (um) ano e 10 (dez) meses de reclusão e ao pagamento 183 (cento e oitenta e três) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.**

Presente a agravante do inciso II, alínea “c”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **02 (dois) anos e 02 (dois) meses de reclusão e ao pagamento 213 (duzentos e treze) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.**

Não incidindo causa de diminuição, mas presente a causa de aumento de pena específica prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73, majoro a pena em 1/3 (um terço), ficando condenado em **02 (dois) anos e 10 (dez) meses de reclusão e ao pagamento de 284 (duzentos e oitenta e quatro) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.**

À vista do concurso material incidente na espécie, torno definitivas às referidas penas privativas de liberdade, a de reclusão em **02 (dois) anos e 10 (dez) meses de reclusão e ao pagamento de 284 (duzentos e oitenta e quatro) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato e a de detenção em 01 (um) ano de detenção.** Deverá ser cumprida primeiramente a de reclusão e depois a de detenção, nos termos do art. 69 do Código Penal.

O regime inicial do cumprimento das penas será o aberto.

Deixo de substituir a pena nos moldes do art. 44, pelo fato do delito ter sido praticado mediante violência e grave ameaça.

HUGO CABRAL DE MACEDO

A conduta deste réu que sem qualquer motivo para enveredar na seara criminoso, para satisfazer interesse pessoal, associou-se aos outros acusados com a finalidade de constranger missionárias e indígenas, impedindo-os de trafegar em via pública e obrigando-os a abandonar o veículo em que andavam e retornar à pé, para em seguida arremessar este veículo de cima de uma ponte, além do que utilizando seu veículo imprimiu velocidade incompatível com a via em que se concentravam estas pessoas e passou “tirando fino” delas, revela grau máximo de reprovabilidade. É primário e possui bons antecedentes. A sua conduta social, ao menos no seio familiar, não é desabonadora, como se deflui dos autos. Os motivos dos crimes são injustificáveis, porquanto consubstanciados na utilização da força para resolver problemas relacionados à disputa de terras. As circunstâncias do crime são graves, por se tratar de uso da força privada como meio de resolução de conflitos, prática vedada no ordenamento jurídica. Ato que torna difícil a pacificação social e inflige um sentimento de impunidade no seio da comunidade. A sua conduta dificultou a atuação do Estado na reprimenda ao delito.

Dessa forma, sopesadas as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, fixo-lhe as seguintes penas-base:

Quanto ao Crime do art. 146, do Código Penal (Constrangimento Ilegal) fixo a pena base em 06 (seis) meses de detenção.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “h”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **07 (sete) meses de detenção**.

Não incidindo causa de diminuição, mas presentes duas causas de aumento de pena específica, uma prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73 e outra no § 1º, do art. 146, do Código Penal, aplico esta última em face do que dispõe o parágrafo único do art. 68, do Código Penal, dobrando a pena aplicada, ficando condenado em **1 (um) ano e 04 (quatro) meses de detenção**.

Quanto ao Crime do art. 163, incisos I e VI (Dano Qualificado) fixo a pena base em 02 (dois) anos de reclusão e ao pagamento 200 (duzentos) dias-multa, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Ausentes atenuantes. Presente a agravante do inciso II, alínea “c”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento 233 (duzentos e trinta três) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Não incidindo causa de diminuição, mas presente a causa de aumento de pena específica prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73, majoro a pena em 1/3 (um terço), ficando condenado em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato.

Quanto ao Crime do art. 311 da Lei nº 9.503 (Trafegar com velocidade incompatível gerando perigo de dano) fixo a pena base em 06 (seis) meses de detenção.

Ausentes atenuantes, mas presente a agravante do inciso II, alínea “h”, do art. 61, majoro a pena em 1/6 (um sexto), ficando condenado em **07 (sete) meses de detenção**.

Não incidindo causa de diminuição, mais presente a causa de aumento de pena específica prevista no art. 59, da Lei nº. 6.001/73, majoro a pena aplicada em 1/3 (um terço), ficando condenado em **09(nove) meses de detenção**.

À vista do concurso material incidente na espécie, torno definitivas às referidas penas privativas de liberdade, a de reclusão em **03 (três) anos e 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão e ao pagamento de 311 (trezentos e onze) dias-multa**, cada um no valor correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato e a de detenção em **02 (dois) anos e 03 (três) meses de detenção**. Deverá ser cumprida primeira a de reclusão e depois a de detenção nos termos do art. 69 do Código Penal.

O regime inicial do cumprimento das penas será o aberto.

Deixo de substituir a pena nos moldes do art. 44, pelo fato do delito ter sido praticado mediante violência e grave ameaça.

Expeçam-se guias para pagamento das multas.

Condeno-os, também, ao pagamento das custas judiciais, em rateio.

Após o trânsito em julgado, lance-se o nome dos réus no rol dos culpados e oficie-se.

Expeçam-se Cartas de Guia.

Enumere-se estes autos a partir da folha 534, inclusive, por se tratar de parte integrante do depoimento de outra testemunha, colocando esta folha no seu respectivo lugar.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Boa Vista, 26 de outubro de 2004.

Dr. Helder Girão Barreto
Juiz Federal Substituto

EXPEDIENTE DO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2004

AUTOS COM ATO ORDINATÓRIO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

PROCESSO Nº : 2002.42.00.001770-1
CLASSE: 13101 – PROCESSO COMUM
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU: ELCIO ANTONIO TANQ E OUTROS
ADV.: RR00169 – JOSÉ APARECIDO CORREIA; RR00145 – JOSENILDO FERREIRA BARBOSA
Ato Ordinatório: Intimação, em conformidade com a Portaria Gabju nº 002, de 1º.07.2003/2ª Vara/JF-RR, das partes para tomarem ciência da expedição das Cartas Precatórias para inquirição de testemunhas, remetidas para Comarca de Mossoró/RN com audiência já designada para o dia 22 de novembro de 2004, às 15:00 horas, e para Comarca de Caracaraí/RR.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE JURADOS

O Exmo. Sr. Juiz-Presidente do Tribunal do Júri Federal, na forma da lei, etc.:

Faz Saber e torna público, nos termos do artigo 439 e seguintes do CPP, *a Lista Geral Provisória* dos Jurados que deverão servir e participar das Sessões do Tribunal do Júri do ano 2005, constituída dos nomes a seguir relacionados, devendo quaisquer impugnações serem feitas no prazo legal de 20 (vinte) dias:

N.º	NOME	PROFISSÃO/INSTRUÇÃO
1.	ABIGAIL PASCOAL DOS SANTOS E SILVA	PROFESSOR
2.	ABIGAIL SANTOS GARCIA	PROFESSOR
3.	ABILÊNIO ALMEIDA PEREIRA	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
4.	ADAIZE ROSAS DE SOUZA	PROFESSOR
5.	ADALVA MARIA FERREIRA DE SOUZA	PROFESSOR
6.	ADEILSON SALDANHA BRAGA	PROFESSOR
7.	ADELLA ANDRA SILVA DE CARVALHO	PROFESSOR
8.	ADELINA ERNANDES MARQUES	PROFESSOR
9.	ADEMAR MORAIS DA COSTA FILHO	PROFESSOR
10.	ADENILDO MATOS DA SILVA	PROFESSOR
11.	ADIR ARANTES DE ARAUJO	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
12.	ADMILSON DA COSTA NASCIMENTO	PROFESSOR
13.	ADNA OLIVEIRA DAS NEVES	AGENTE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
14.	ADRIA MARIA BARROS DE MENDONÇA	TÉCNICO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
15.	ADRIANA SILVA DE MENEZES	PROFESSOR
16.	ADRIANO SOARES PEREIRA	ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL
17.	ADYLAMAR DE MELO PAIÃO	PROFESSOR
18.	AGASSIS LIMA SILVINO	PROFESSOR
19.	AGENOR PEREIRA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
20.	ALDENIR FLORENCIO DOS SANTOS	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
21.	ALDIRON ROSA DA SILVA	AGENTE CARCERÁRIO DE POLÍCIA CIVIL
22.	ALEXANDRA ESTIVALET ARAUJO DA SILVA	FUNC: PÚBLICO
23.	ALEXANDRE COELHO NETO	FUNC: PÚBLICO
24.	ALEXANDRE PINTO DE SÁ	AGENTE CARCERÁRIO DE POLÍCIA CIVIL
25.	ALEXSANDRE MELO COELHO	TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO
26.	ALTAIR MELO DE SOUZA	AGENTE SÓCIO-ORIENTADOR
27.	ALTAIR SOUZA RODRIGUES	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
28.	ALUISIO RAIMUNDO DA COSTA SENA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
29.	AMANDA SOCORRO AVELINO DOS SANTOS	ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL
30.	AMAURI DE OLIVEIRA CARVALHO	TÉCNICO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
31.	ANA CLAUDIA FREITAS GOMES	FUNC: PÚBLICA
32.	ANA FÁTIMA COUTINHO MELO	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
33.	ANA KARINE ALVES DE SOUSA	TÉCNICO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
34.	ANA NERY ARAÚJO CRUZ	AGENTE CARCERÁRIO DE POLÍCIA CIVIL
35.	ANDREZZA MICHELLE DE LIRA TRAJANO GUERRA	AUXILIAR DE PERITO CRIMINAL
36.	ANNA CAROLINA CARVALHO DE SOUZA	AGENTE SÓCIO-ORIENTADOR
37.	ANTONIEIRA DA SILVA	PROFESSOR
38.	ANTONIA IRANILZA COSTA MOURA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
39.	ANTONIA SOCORRO MONTEIRO	FUNC: PÚBLICO
40.	ANTONIO FONSECA CUNHA	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
41.	ANTONIO FERNANDO PEREIRA DE CARVALHO	FUNC: PÚBLICO
42.	ANTÔNIO GALDINO DE SOUZA	ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL
43.	ANTONIO PEREIRA MONTENEGRO	FUNC: PÚBLICO
44.	ANTÔNIO VIEIRA DOS SANTOS	SECRETÁRIO DE ESCOLA
45.	ARIELTON HOLANDA PACHECO	FUNC: PÚBLICA
46.	ARNALDA CORDEIRO DE ALMEIDA	FUNC: PÚBLICA
47.	ARLINDA VIEIRA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
48.	ARTEMIZIA BATISTA DE ABREU	ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL
49.	ARTUR PIMENTEL	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
50.	AUREO DA SILVA BATISTA	SECRETÁRIO DE ESCOLA
51.	CARELA MARCEL AFRIGUEIRO MELVILLE	FUNC: PÚBLICO
52.	CARLOS ALBERTO DE SOUZA HYPOLITO	FUNC: PÚBLICO
53.	CARLOS HEIDER DA SILVA SOUZA	BANÁRIO
54.	CARLOS HENRIQUE M. E SILVA	FUNC: PÚBLICO
55.	CASSIO MURILO ALVES MENDES	MÉDICO-LEGISTA DE POLÍCIA CIVIL
56.	CESAR BRASIL MACEDO DE SANTANA	TÉCNICO EM AGRICULTURA
57.	CICERO GALDÊTE FERREIRA BEZERRA	PROFESSOR
58.	CLAUDICE CONCEIÇÃO PEREIRA	PROFESSOR
59.	CLAUDINE SOUSA FERREIRA	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
60.	CLAUDIO ANDRÉ DE SOUSA BRITO	PROFESSOR
61.	CLAUDIO SILVA DA PAZ	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
62.	CLAYBSON CÉSAR BAIA ALCÂNTARA	PROFESSOR
63.	CLEIDE DE LIZANDRA DA COSTA BESERRA	PROFESSOR
64.	CLEOCIMAR TEIXEIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR
65.	CLEOCINEIDE AVELINO DA SILVA	PROFESSOR
66.	CLEUDINE DA CONCEIÇÃO MARTINS	PROFESSOR
67.	CLEUSLI DE AGUIAR MARREIROS	PROFESSOR
68.	CLEUSON SOUSA SANTOS	AGENTE CARCERÁRIO DE POLÍCIA CIVIL
69.	CONCEIÇÃO DE MARIA SILVA	PROFESSOR
70.	CONCEIÇÃO NASCIMENTO DA SILVA	PROFESSOR
71.	CONIE GUIMARÃES BRASIL	PROFESSOR
72.	COSME OLIVEIRA DA SILVA	FUNC: PÚBLICO
73.	CRISTIANA CARDOSO ALMEIDA	PROFESSOR
74.	CRISTIANA VICENTE NUNES	PROFESSOR
75.	CRISTIANE DE KING E CAMPOS	PROFESSOR
76.	CRISTIANE FERREIRA REGIS	PROFESSOR
77.	CRISTIANE FIDELIS RAPOSO	PROFESSOR
78.	CRISTIANE PEREIRA PAES	PROFESSOR
79.	CRISTIANE ROCHA DA SILVA	PROFESSOR
80.	CRISTIANE SOUZA DA SILVA	PROFESSOR
81.	CRISTIANE THOME MATOS	PROFESSOR
82.	CRISTIANE WOTTRICH	PROFESSOR
83.	CRISTIANO RODRIGUES KONO	BANÁRIO
84.	CRISTINA DE LIMA BARBOSA	FUNC: PÚBLICO
85.	CRISTINA MARIA LOPES BONFIM	BANCIÁRIA
86.	CYNARA SELMA SILVA DE MENEZES	PROFESSOR
87.	CYNTHIA SANTOS CARMO PERES	PROFESSOR
88.	CYNTHIA BEZERRA BRAUN	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
89.	DAGOBERTO LUIS VENTURA MOTA	AGENTE SÓCIO-INSTRUTOR
90.	DAILDE MOURA SANTOS	PROFESSOR
91.	DAIZA LAURENTINO GUARIBA	PROFESSOR
92.	DALVA DE OLIVEIRA DIAS	FUNC: PÚBLICA
93.	DALVA MAIA DA SILVA	PROFESSOR
94.	DALVA XIMENES MOREIRA	PROFESSOR
95.	DALVANICE RODRIGUES DUARTE	PROFESSOR
96.	DANIEL PEREIRA ANDRE	PROFESSOR
97.	DANIELA APARECIDA MENDONÇA LIMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE
98.	DANIELA BESSA RODRIGUES	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
99.	DANIELA CIDADE NOGUEIRA	PROFESSOR
100.	DANNIEL SILVA DA ROCHA	AUXILIAR DE PERITO CRIMINAL
101.	DEBORA THIEMI OKSABUENO	PERITO CRIMINAL DE POLÍCIA CIVIL
102.	DEIANETE RODRIGUES CARREIRO	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
103.	DEVANEY DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
104.	DILZO MAGALHÃES DA SILVA	FUNC: PÚBLICO
105.	DIRCE APARECIDA PLACIDO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
106.	DISMAR FREITAS DE MESQUITA	FUNC: PÚBLICO
107.	DORVAL COSTA JUNIOR	FUNC: PÚBLICO
108.	EDIEL PESSOA DA SILVA	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
109.	EDIRVALDO DE JESUS RIBEIRO	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL

110.	EDNILZO MESQUITA FILGUEIRAS	FUNC. PÚBLICO
111.	EDSON RODRIGUES DE SOUZA	FUNC. PÚBLICO
112.	EGÍDIO DE MOURA FAITAO	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
113.	ELCIO LEANDRO BATISTA DE ANDRADE	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
114.	ELEMAR CARVALHO SENA	TÉCNICO DE LABORATÓRIO
115.	ELEMAR CARVALHO SENA	TÉCNICO DE LABORATÓRIO EM ANÁLISE CLÍNICA
116.	ELIAS PESSOA DA SILVA	FUNC. PÚBLICO
117.	ELIOMAR LIMA FEITOSA	AGENTE SÓCIO-INSTRUTOR
118.	ELISANGELA CARNEIRO DE ARAÚJO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
119.	ELISANGELA XAVIER LOPES	MERENDEIRO
120.	ELIZABETH DE OLIVEIRA FILHO	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
121.	ERIDEVANIA LEAL DA SILVA	ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL
122.	ERILENE VIEIRA PINHEIRO SANTOS DA SILVA	TÉCNICO EM SECRETARIADO
123.	ERLANDSON UCHOÁ LACERDA	PERITO CRIMINAL DE POLÍCIA CIVIL
124.	EUFRASIO ANTONIO DE LIMA GOMES	AGENTE CARCERÁRIO DE POLÍCIA CIVIL
125.	EUNICE ALMEIDA EVANGELISTA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
126.	FABIO MOREIRA RAMOS	BANCÁRIO
127.	FABRICIO DA ROSA ORIHUELA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
128.	FERNANDO BRUNO DE SOUZA	DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL
129.	FLÁVIO MACIEL DE SOUZA	FUNC. PÚBLICO
130.	FRANCINE VASCONCELOS BRIGLIA	FUNC. PÚBLICA
131.	FRANCINETE VIANA SILVA	FUNC. PÚBLICA
132.	FRANCISCA ADRIANA ARAÚJO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
133.	FRANCISCA DE ALMEIDA P. MOURA	FUNC. PÚBLICA
134.	FRANCISCO CARLOS HERVILANDO DE CASTRO	AGENTE CARCERÁRIO DE POLÍCIA CIVIL
135.	FRANCISCO COELHO DA SILVA	FUNC. PÚBLICO
136.	FRANCISCO DAS CHAGAS DOURADO DOS SANTOS	TÉCNICO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
137.	FRANCISCO MARQUES DE SOUSA NETO	AGENTE SÓCIO-INSTRUTOR
138.	FRANCISCO ONEIZEITO ARAÚJO	FUNC. PÚBLICO
139.	FRANCISMAR GALVÃO DA PENHA	AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE
140.	FREDRICO PACHECO FERREIRA DE OLIVEIRA	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
141.	GEANCARLA MEDEIROS FERREIRA	FUNC. PÚBLICO
142.	GENILDA MARIA MARIA RODRIGUES	FUNC. PÚBLICA
143.	GEOMAR DA SILVA A CARNEIRO	FUNC. PÚBLICO
144.	GIVONIA NAZARÉ DES S. MENDES	FUNC. PÚBLICA
145.	GIULIANA NICOLINO DE CASTRO	DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL
146.	GLAYSON DA SILVA MATOS	BANCÁRIO
147.	GLEDSON DO NASCIMENTO BEZERRA	ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL
148.	GLEIDIS SOUTO DE MORAES	FUNC. PÚBLICA
149.	GONCALO TEIXEIRA DOS SANTOS	FUNC. PÚBLICO
150.	GRAZIELE DE AZEVEDO RODRIGUES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
151.	HELDER SOUZA REFKALEFSKY	AGENTE SÓCIO-ORIENTADOR
152.	HERON FERREIRA DA SILVA	FUNC. PÚBLICO
153.	HILDA CARLA MACÊDO CAMPOS	TÉCNICO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
154.	IDIO GARCIA BARBOSA JUNIOR	AGENTE SÓCIO-ORIENTADOR
155.	INDIA DIACUI RORAIMA DA SILVA	FUNC. PÚBLICO
156.	IRACILDA GOMES BATISTA	FUNC. PÚBLICO
157.	IRANI BARREIRO OLIVEIRA	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
158.	IRISMAR MACHADO DOS SANTOS VITO	FUNC. PÚBLICO
159.	ISMAEL LOURIVAL DA SILVA FILHO	TÉCNICO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
160.	IVALDO MAGNO OLIVEIRA SILVA	FUNC. PÚBLICO
161.	IVONE CORREIA DE MELO FERREIRA	PROFESSORI
162.	JACIARA CRISTIANE NOBRE SOARES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
163.	JADIR FRANCO MOTA	FUN. PÚBLICO
164.	JAIR ELIAS DA SILVA	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
165.	JANARI GRANGEIRO RODRIGUES	TÉCNICO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
166.	JANE WANDERLEY DE MELLO	FUNC. PÚBLICO
167.	JANET WANDERLEY DE MELLO	FUNC. PÚBLICA
168.	JANIO LUZ COSTA	BANCÁRIO
169.	JÂNIO UCHOA E SILVA	FUNC. PÚBLICO
170.	JANOS WANDERLEY DE MELLO	FUNC. PÚBLICO
171.	JEALDAN ANTÔNIO DA SILVA	TÉCNICO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
172.	JOANETE DE JESUS NUNES CÂMARA	AGENTE SÓCIO-INSTRUTOR
173.	JOANILCE RIBEIRO DE SOUZA	FUNC. PÚBLICO
174.	JOÃO BATISTA CAVALCANTE	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
175.	JOÃO BATISTA DA SILVA	FUNC. PÚBLICO
176.	JOÃO CARLOS BARBOSA	FUNC. PÚBLICO
177.	JOÃO DA SILVA EVANGELISTA FERREIRA	AGENTE SÓCIO-INSTRUTOR
178.	JOEL SANTOS SILVA	TÉCNICO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
179.	JOEL SOUSA DA SILVA FILHO	TÉCNICO EM SECRETARIADO
180.	JORGE DA SILVA MOTA	FUNC. PÚBLICO
181.	JORGE LUIZ DA SILVA SOUZA	FUNC. PÚBLICO
182.	JOSÉ ALBERTO AREB PALHETA	FUNC. PÚBLICA
183.	JOSÉ AMORIM FELIX	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
184.	JOSÉ ERIVAL VALDEBRAGA	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
185.	JOSÉ GOMES DO NASCIMENTO	FUNC. PÚBLICO
186.	JOSÉ LEONCIO BATISTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE
187.	JOSÉ LOPES DE CARVALHO	FUNC. PÚBLICO
188.	JOSÉ NARCÉLIO DE LIMA	FUNC. PÚBLICO
189.	JOSÉ PEREIRA JÚNIOR	ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL
190.	JOSÉ PINHO RODRIGUES	FUNC. PÚBLICO
191.	JOSÉ RAIMUNDO BATISTA DA SILVA	FUN. PÚBLICO
192.	JOSÉ RAMOS	FUNC. PÚBLICO
193.	JOSÉ RIBAMAR SÁBOIA V. FILHO	BANCÁRIO
194.	JOSÉ RILDO DE MORAES SANTANA	CONTADOR
195.	JOSÉ VIEIRA FILHO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
196.	JOSEFA SOUSA DE ANDRADE PEREIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
197.	JULIANA CRISTINA MARTINS FERREIRA	ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL
198.	JULIO CÉSAR TAVARES NEVES	PAPILOSCOPISTA DE POLÍCIA CIVIL
199.	JURACLENE DE SOUZA ARAÚJO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
200.	KELY PRINTES ARAÚJO DOS SANTOS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
201.	KLEBER CARVALHO CAXIAS	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
202.	KLEBER JOSÉ MONTORIL ROCHA	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
203.	LANNIA CARVALHO DA COSTA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
204.	LAURENSE MARIA DE SOUZA	FUNC. PÚBLICO
205.	LEA CRISTINA LINHARES VASCONCELOS	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
206.	LEIF RAMOS DE SOUZA	MERENDEIRO
207.	LÉLIA RIBEIRO RICHIL	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
208.	LEOMAR PEREIRA DA SILVA	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
209.	LEONIR DA SILVA	FUNC. PÚBLICO
210.	LIZETH RIBEIRO FIGUEIRAS	FUNC. PÚBLICA
211.	LOURDES MARIA FERNANDES NEVES	FUNC. PÚBLICO
212.	LÚCIA MARIA OSÓRIO DE SOUZA LEÃO	AGENTE SÓCIO-INSTRUTOR
213.	LUCIANO PEREIRA SILVESTRE	DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL
214.	LUCIENE BARBOSA DE LIMA	DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL
215.	LUCILENE GALVÃO SALDANHA	FUNC. PÚBLICO
216.	LUIZ ANTONIO FERREIRA QUEIROZ	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
217.	LUIZ HUMBERTO APOLINÁRIO DUARTE	FUNC. PÚBLICO
218.	LUIZIANE BRAGA FERREIRA	TÉCNICO EM SECRETARIADO
219.	LUIZLENA SOCORRO FERNANDES DE OLIVEIRA	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
220.	MAJARI MATOS WANDERLEY	FUNC. PÚBLICO
221.	MANOEL CANUTO DA SILVA	FUNC. PÚBLICA
222.	MANOEL SILVA OLIVEIRA	AGENTE SÓCIO-ORIENTADOR
223.	MARCIO RODRIGUES CHAGAS DE ASSIS	BANCÁRIO
224.	MARCOS SILVA PHILIPES	AGENTE CARCERÁRIO DE POLÍCIA CIVIL
225.	MARIA CLONILDES CAV ALCANTE COSTA	FUNC. PÚBLICO
226.	MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO BRINGEL	FUNC. PÚBLICO
227.	MARIA HELENA CORDEIRO DE AZEVEDO	FUNC. PÚBLICA
228.	MARIA HELENA DE SOUZA LEITE	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
229.	MARIA PERPETUA BARROS	FUNC. PÚBLICA
230.	MARIA POLLANA DE ARRUDA	AGENTE CARCERÁRIO DE POLÍCIA CIVIL
231.	MARIA SOUSA DO NASCIMENTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE
232.	MARILENE GALVÃO SALDANHA	FUNC. PÚBLICA
233.	MARLENE DE ANDRADE LIRA	ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL
234.	MAX ANDRÉ DE ARAÚJO FERREIRA	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
235.	MILKA SAMPÃO LIMA	FUNC. PÚBLICA
236.	MIRIAM MENEZES PINHEIRO	AGENTE CARCERÁRIO DE POLÍCIA CIVIL
237.	MIRIAN MERGULHÃO BRUNET	FUNC. PÚBLICA
238.	MOISÉS RODRIGUES	FUNC. PÚBLICO
239.	MONICA CRISTINA DE FREITAS DOS SANTOS	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
240.	NAPOLEÃO HENRIQUE BRASILEIRO FREIRE	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
241.	NELIZAN MENDES DE SOUZA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
242.	NEUSIAN CARDOSO DO NASCIMENTO	FUNC. PÚBLICA
243.	NOENICE BENTO DA SILVA	PROFESSOR
244.	OCTÁLIO DE SOUZA NEVES JÚNIOR	FUNC. PÚBLICO
245.	ODAYR LIMA SANTOS	TÉCNICO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
246.	ONETE DE MAGALÃES MARQUES	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
247.	ONOFRE MOREIRA DOS SANTOS	PERITO CRIMINAL DE POLÍCIA CIVIL
248.	PALMIRA LEÃO DE SOUZA	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
249.	PÂMLIO LAZARO DOS SANTOS VELASCO	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
250.	PAULO DE AMORIM RAMOS	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
251.	PAULO MOREIRA MAQUES ABEL	FUNC. PÚBLICO
252.	PAULO SÉRGIO SOUZA DA COSTA	TÉCNICO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
253.	PEDRO FONSECA COUTINHO FILHO	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
254.	PEDRO RAIMUNDO ESTEVAM RIBEIRO	FUNC. PÚBLICO
255.	PERICLES MAIA NETO	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
256.	PETRONIO LARANJEIRA BARBOSA	FUNC. PÚBLICO
257.	RAIMUNDO PEREIRA CRUZ	FUNC. PÚBLICO
258.	RALISON PARENTE HARDI	TÉCNICO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
259.	REGILEIDE DA COSTA SOUSA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
260.	REGINA CELIA DO NASCIMENTO	TÉCNICO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
261.	REGINA NONATA GOMES DOURADO	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
262.	REGINALDO PORTO OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
263.	REINALDO FERNANDES NEVES NETO	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
264.	RICARDO GOUVEIA	MEDICHO-LEGISTA DE POLÍCIA CIVIL
265.	RICARDO NICOLINO DE CASTRO	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
266.	RICARDO SANTOS CALZANS	FUNC. PÚBLICO

267.	RILDEILSON BEZERRA PAZ	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
268.	RITA MARIA DE ARAÚJO	FUNC. PÚBLICA
269.	ROGERIO BARBOSA BEZERRA	PROFESSORI
270.	ROMULO SOARES AMORIM	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
271.	ROSA MARIA SILVA DE DEUS	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
272.	ROSALVA GONÇALVES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
273.	RUBENILZA SARAIVA FEITOSA MORAES DA SILVA	AGENTE SÓCIO-INSTRUTOR
274.	RUBSSILANDER DE SPUZA SILVA	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
275.	SHEILA RODRIGUES DA SILVA OLIVEIRA	FUNC. PÚBLICA
276.	SHEILA VERUSCA MACHADO BARATA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
277.	SILVANIA DO SOCORRO VERAS BARATA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
278.	SILVIA GRACIELA TORRES GILARDI	FUNC. PÚBLICA
279.	SILVIO CESAR WEIL FORTES	AGENTE SÓCIO-ORIENTADOR
280.	SINEY DA CONCEIÇÃO FELÍCIO	FUNC. PÚBLICA
281.	SIRENILDE DA CRUZ BRITO	AGENTE SÓCIO-INSTRUTOR
282.	SÔNIA MOURA VILHENA	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
283.	SORAIMA MARIA PEIXOTO	FUNC. PÚBLICA
284.	SUEBIA CARDOSO SILVA	PROFESSOR
285.	TÂNIA DE JESUS VIANA DANTAS	FUNC. PÚBLICA
286.	TANIA MARIA FARIA DA SILVA	FUNC. PÚBLICA
287.	TARIK HALABI SOUKI	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
288.	TEREZINHA DE JESUS PEREIRA DA SILVA	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
289.	THIAGO OLIVEIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE PERITO CRIMINAL
290.	UINDER GUEDES DA PAIXÃO	AGENTE CARCERÁRIO DE POLÍCIA CIVIL
291.	VALDINA SILVA DE FREITAS	FUNC. PÚBLICA
292.	VALDIR COSTA MATEUS	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE
293.	VALNIZIA MORAES DA SILVA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
294.	VLADIMIR MARTINI MACHADO	FUNC. PÚBLICO
295.	WALDEMIR BARNABÉ DOS SANTOS	FUNC. PÚBLICO
296.	WALLISON LARIEU VIEIRA	AGENTE DE POLÍCIA CIVIL
297.	WANDERLEI FELICIANO DE ARAÚJO	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TTE
298.	WANDERLEY BARROSO DA SILVA	FUNC. PÚBLICO
299.	WILMAR FRANÇA DA COSTA	FUNC. PÚBLICO
300.	ZILMA DE CASTRO LUZ	FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS - FTE

2ª VARA FEDERAL

Juiz Federal Substituto
GIOVANNY MORGAN
Diretor de Secretaria
ALANO PEREIRA NEVES

EDITAIS

TABELIONATO DE 1º OFICIO

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro, neste Registro Civil das Pessoas Naturais - 1º Ofício da Capital de Boa Vista-RR:

1) VANDERLEI PRAZERES DOS SANTOS e MARTA VELOSO CARDOSO

ELA: nascido em Itacoatiara-AM, em 21/08/1978, de profissão serviços gerais, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua S-04, nº 669, Bairro Senador Hélio Campos, Boa Vista-RR, filho de RAIMUNDO SILVA DOS SANTOS e GENEROSA PRAZERES DOS SANTOS.

ELA: nascida em Itaituba-PA, em 06/05/1984, de profissão do lar, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua S-04, nº 669, Bairro Senador Hélio Campos, Boa Vista-RR, filha de MANOEL MOTA CARDOSO e MARIA DE LOURDES VELOSO CARDOSO.

2) FABIANO RAMOS PACHECO e KELLEN CRISTINA COSTA DE OLIVEIRA

ELA: nascido em São Fidélis-RJ, em 19/06/1976, de profissão gerente administrativo, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Av.Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 2467, Bairro São Francisco, Boa Vista-RR, filho de ARQUIMINIO PACHECO e VERA LÚCIA RAMOS PACHECO.

ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 23/12/1981, de profissão servidora pública, estado civil solteira, domiciliada e residente na Av.Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 2467, Bairro São Francisco, Boa Vista-RR, filha de EROTIDES JOSÉ BADOTE DE OLIVEIRA e MARIA ESTELA PINHO DA COSTA.

3) JUAN EDUARDO TINEO BRITO e KARLA ANDRÉA RODRIGUES DE ARAÚJO

ELA: nascido em Monagas-Venezuela, em 26/07/1975, de profissão missionário, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua: Luiz Cavalcante, n.º 333, Bairro: Centro, Boa Vista-RR, filho de JUAN VIRGILIO TINEO e MERCEDES EFIGENIA BRITO SUBERO.

ELA: nascida em Manaus-AM, em 12/05/1973, de profissão professora, estado civil divorciada, domiciliada e residente na Rua: Luiz Cavalcante, n.º 333, Bairro: Centro, Rorainópolis-RR, filha de ONESMO DE SOUZA ARAÚJO e ENAEDA RODRIGUES DE MELO ARAÚJO.

4) JESSÉ LOPES FERNANDES e ALDIANE OLIVEIRA MOREIRA

ELA: nascido em Santa Luzia-MA, em 12/06/1979, de profissão estudante, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua: Django da Silva, n.º 310, Bairro: Caranã, Boa Vista-RR, filho de LUIS COSTA FERNANDES e RAIMUNDA LOPES FERNANDES.

ELA: nascida em Colorado do Oeste-RO, em 18/01/1983, de profissão estudante, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua: Nicaragua, n.º 265, Bairro: Cauamé, Boa Vista-RR, filha de OSMAR OLÍMPIO MOREIRA e ELZA MARIA OLIVEIRA MOREIRA.

5) HAMILTON ALENCAR CARVALHO e ADRIANA GOMES DE SOUSA

ELE: nascido em Boa Vista-RR, em 06/09/1980, de profissão funcionário público, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Av. Eldorado, n.º 173, Bairro: 13 de Setembro, Boa Vista-RR, filho de ANTÔNIO ALENCAR CARVALHO e LÚCIA REGILIA DE ALENCAR.

ELA: nascida em Santarém-PA, em 18/02/1988, de profissão estudante, estado civil solteira, domiciliada e residente na Av. Eldorado, n.º 173, Bairro: 13 de Setembro, Boa Vista-RR, filha de e MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUSA.

6) GEREMIAS DA SILVA DUARTE e BARBARA BEATRIZ OLIVEIRA BARROS

ELE: nascido em -MA, em 02/11/1975, de profissão aposentado, estado civil solteiro, domiciliado e residente na Rua Iugoslávia, n.º 747, Bairro Cauamé, Boa Vista-RR, filho de SILVIO DUARTE DE MELO e TEREZINHA DA SILVA DUARTE.

ELA: nascida em Manaus-AM, em 04/02/1978, de profissão aposentada, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Iugoslávia, n.º 747, Bairro Cauamé, Boa Vista-RR, filha de ALIOMAR LUCENA BARROS e MARIA ALICE TAVARES DE OLIVEIRA.

7) PAULO MESQUITA DE CARVALHO e EVÂNGELA TELES PORTELA

ELE: nascido em Manaus-AM, em 30/11/1965, de profissão locutor, estado civil divorciado, domiciliado e residente na Rua Alvaro Maia, n.º 441, Aparecida, Boa Vista-RR, filho de AZARIAS DE CARVALHO e WALDECY MESQUITA DE CARVALHO.

ELA: nascida em Boa Vista-RR, em 22/12/1974, de profissão secretária, estado civil solteira, domiciliada e residente na Rua Alvaro Maia, n.º 441, Aparecida, Boa Vista-RR, filha de RAIMUNDO LIMA PORTELA e EDNA MARIA TELES PORTELA.

Se alguém souber de algum impedimento queira acusá-lo na forma da Lei. Boa Vista-RR, 19 de novembro de 2004. DEUSDETE COELHO FILHO, Oficial, subscrevo e assino.

TABELIONATO DE 2º OFÍCIO

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 n.º I, II, e IV do Código Civil Brasileiro: **Roberto Chagas Corrêa e Evarista dos Santos Pereira**. Sendo o pretendente nascido em **Curuá-Pará**, ao (s) **vinete e cinco (25) dias de maio (05) de 1976**, Profissão: **motorista**, Estado Civil: **solteiro**, domiciliado e residente na rua, **Efigênia Lima, n.º 607, Bairro Silvio Leite, nesta cidade**, filho de **João Chagas Corrêa e Humbertina de Sousa Mourão**. A pretendente nascida em **Coroatá-Maranhão**, ao(s) **vinete e seis (26) dias de outubro (10) de 1980**, Profissão: **professora**, Estado Civil: **solteira**, residente na rua **Antares, n.º 297, Bairro Jardim Primavera, nesta cidade**, filha de **José da Silva Pereira e Maria da Purificação dos Santos Pereira**.

Alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente para ser afixado em quadro próprio no Edifício do Fórum e publicado no Diário do Poder Judiciário.

Boa Vista - RR, 18 de novembro de 2004.

Wagner Mendes Coelho
Tabelião

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 n.º I, II, e IV do Código Civil Brasileiro: **José Sérgio Maia Gonçalves e Meiry Jeane Campos Oliveira**. Sendo o pretendente nascido em **Juazeiro do Norte-Ceará**, ao (s) **vinete e três (23) dias de maio (05) de 1966**, Profissão: **Motorista**, Estado Civil: **divorciado**, domiciliado e residente na rua, **C- 40, n.º 159, Bairro Alvorada, nesta cidade**, filho de **Raimundo Gonçalves e Maria Ozair Maia Gonçalves**. A pretendente nascida em **Boa Vista -Roraima**, ao(s) **vinete (20) dias de junho (06) de 1978**, Profissão: **do lar**, Estado Civil: **solteira**, residente na

rua C-40, n.º 159, Bairro Alvorada, nesta cidade, filha de **José de Oliveira Sobrinho e Adalgiza Campos Oliveira**.

Alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente para ser afixado em quadro próprio no Edifício do Fórum e publicado no Diário do Poder Judiciário.

Boa Vista - RR, 18 de novembro de 2004.

Wagner Mendes Coelho
Tabelião

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 n.º I, II, e IV do Código Civil Brasileiro: **Geraldo de Souza Moreno Neto e Lauricia Viviany Sousa Carvalho**. Sendo o pretendente nascido em **Boa Vista - Roraima**, ao (s) **vinete e um (21) dias de fevereiro (02) de 1982**, Profissão: **autônomo**, Estado Civil: **solteiro**, domiciliado e residente na rua, **Tantalita, n.º 171, Bairro Jóquei Clube, nesta cidade**, filho de **Francisco de Paulo Luciano e Miriam de Souza Luciano**. A pretendente nascida em **Monção-Maranhão**, ao(s) **nove (09) dias de fevereiro (02) de 1981**, Profissão: **professora**, Estado Civil: **solteira**, residente na rua **Mestre Albano, n.º 3159, Bairro Asa Branca, nesta cidade**, filha de **Luis Perteira de Carvalho e Maria da Conceição Sousa Carvalho**.

Alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente para ser afixado em quadro próprio no Edifício do Fórum e publicado no Diário do Poder Judiciário.

Boa Vista - RR, 19 de novembro de 2004.

Wagner Mendes Coelho
Tabelião

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 n.º I, II, e IV do Código Civil Brasileiro: **Hercules Caetano Rodrigues e Éster da Silva Oliveira**. Sendo o pretendente nascido em **Boa Vista-Roraima**, ao (s) **quatorze (14) dias de outubro (10) de 1982**, Profissão: **Técnico em informática**, Estado Civil: **solteiro**, domiciliado e residente na rua, **João Padilha, n.º 723, Bairro Caimbé, nesta cidade**, filho de **Jose Rodrigues de Assis e Tereza Caetano da Silva**. A pretendente nascida em **Boa Vista -Roraima**, ao(s) **quatro (04) dias de setembro (09) de 1966**, Profissão: **agente administrativo**, Estado Civil: **solteira**, residente na rua **João Padilha, n.º 723, Bairro Caimbé, nesta cidade**, filha de **Francisca Vieira da Silva**.

Alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente para ser afixado em quadro próprio no Edifício do Fórum e publicado no Diário do Poder Judiciário.

Boa Vista - RR, 19 de novembro de 2004.

Wagner Mendes Coelho
Tabelião



Ordem dos Advogados do Brasil
Seccional de Roraima

EDITAL 082

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Roraima, faz público achar-se nesta Seccional, suficientemente instruído para oportuna deliberação do pedido de Inscrição Suplementar da Advogada **MICHELE MOREIRA GARCIA**, art 10, da Lei 8.906/94.

Sala da Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Roraima aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e quatro.

ANTONIO ONEILDO FERREIRA
Presidente da OAB/RR



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA

Em caso de problemas com:

- SISCOM
- Equipamentos de Informática
- Softwares/Aplicativos
- Acesso ao Serviço de Redes
- Dúvidas e/ou solicitações na área de informática

Entre em contato com:

Central de Atendimento

Ramal: 2670
(Palácio da Justiça e Fórum)

Externo: 621-2670
(Juizado da Infância e Juventude e Comarcas)

e-mail: suporte@tj.rr.gov.br

Acesse a intranet: <http://intranet/>

Horário: 08:00 às 18:00

SAU – Seção de Atendimento ao Usuário - DI

Serviço exclusivo ao Poder Judiciário do Estado de Roraima



**Justiça Especial Volante
JUSTIÇA NO TRÂNSITO**

Acidentes de trânsito no perímetro urbano de Boa Vista
em que tenham ocorrido somente danos materiais, sem vítimas

- **Atendimento 24h, todos os dias da semana**
- **(95) 9971-6700 – 621 2657** - Justiça no Trânsito
- **190** - Central de Operações da Polícia Militar - COPOM
- **194** - Central de Operações da Polícia Civil
- A equipe se deslocará ao local do acidente e um conciliador tentará promover a conciliação dos envolvidos para solução imediata da questão

JUSTIÇA MÓVEL
0800 280 8580

**Diário do Poder Judiciário
Provimento Nº 001/1992**

Des. Ricardo de Aguiar Oliveira
Presidente

Des. Carlos Henriques Rodrigues
Vice-Presidente

Des. Almiro José Mello Padilha
Corregedor-Geral de Justiça

Des. Robério Nunes dos Anjos
Des. José Pedro Fernandes
Des. Lupercino de Sá Nogueira Filho
Des. Mauro José do Nascimento Campello
Membros

João Augusto Barbosa Monteiro
Diretor-Geral

Palácio da Justiça
Praça do Centro Cívico, s/n, Centro
CEP: 69301-380, Boa Vista, RR
(95) 621-2600

**Corregedoria
Geral de Justiça**

Ouvidoria-Geral

Telefone
0800 2809551

e-mail:
ouvidoria@tj.rr.gov.br



**Assine o Diário do
Poder Judiciário**

Telefone: 623-6108



**Assine o Diário do
Poder Judiciário**

Telefone: 623-6108